

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

JADIELMA DE BARROS ALVES

**PROTAGONISMO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE DO
MOVIMENTO DAS/OS TRABALHADORAS/ES RURAIS SEM TERRA (MST) EM
ALAGOAS**

MACEIÓ
2022

JADIELMA DE BARROS ALVES

**PROTAGONISMO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE DO
MOVIMENTO DAS/OS TRABALHADORAS/ES RURAIS SEM TERRA (MST) EM
ALAGOAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia (IP) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Ribeiro Mesquita.

MACEIÓ

2022

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de
Alagoas Biblioteca Central

Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 –

A474p Alves, Jadelma de Barros.
Protagonismo e participação política da juventude do Movimento das/os
Trabalhador/es Rurais Sem Terra (MST) em Alagoas / Jadelma de Barros
Alves.
– 2022.
144 f. : il.

Orientador: Marcos Ribeiro Mesquita.
Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas.
Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
Maceió, 2022.

Bibliografia: f. 136-144.

1. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Brasil). 2.
Juventude.
3. Participação política. 4. Ruralidade. I. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA - IP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGP


TERMO DE APROVAÇÃO

JADIELMA DE BARROS ALVES

Título do Trabalho: "PROTAGONISMO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE DO MOVIMENTO DAS/OS TRABALHADORAS/ES RURAIS SEM-TERRA (MST) EM ALAGOAS".


Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:


 Documento assinado digitalmente
MARCOS RIBEIRO MESQUITA
Data: 26/04/2022 19:22:54-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Marcos Ribeiro Mesquita (PPGP/UFAL)

Examinadores:

 Documento assinado digitalmente
JADER FERREIRA LEITE
Data: 01/04/2022 15:48:59-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Jáder Ferreira Leite (UFRN)

 Documento assinado digitalmente
SAULO LUDERS FERNANDES
Data: 01/04/2022 08:39:20-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Saulo Luders Fernandes (PPGP/UFAL)

Maceió-AL, 25 de março de 2022.

À minha pessoa preferida (em memória),
por ter sido e continuar sendo, meu
exemplo de ousadia e determinação.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Marcos Mesquita, que é sinônimo de cuidado, amor, gentileza e afeto – como tem em um bordado na estante de seu escritório –, me acolhendo em momentos tão delicados e não soltando minha mão em nenhuma situação de turbulência. Obrigada por tanto, sempre. Essa jornada, nada fácil, foi muito mais leve, por ser contigo.

Às/Aos jovens do MST que me oportunizaram tantos afetos e aprendizados – sigamos em luta pela vida e por direitos, ocupando, transformando e re(x)istindo. Estar em contato com vocês renova minha esperança em uma sociedade mais justa.

Ao meu pai, Jorge Alves (em memória), uma das pessoas que mais contribuiu para a pessoa que sou hoje e que esteve diretamente comigo até metade desse percurso. À minha mãe, Adriana Maria, por ser meu alicerce e abdicar de tanto para favorecer minhas realizações. Aos meus irmãos, que me apoiam e seguram a barra que é me ter como caçula.

À/A todas/os, sem exceção, que cruzaram meu caminho, desde a minha graduação até a finalização desse ciclo. Em especial, à minha amiga, professora e anfitriã, Cássia Castro, por ter sido um abraço-casa, principalmente enquanto precisei estar em Maceió para acompanhar as aulas, e continuar sendo um dos maiores presentes da vida.

Às minhas companheiras de mestrado (e do grupo “IP da depressão”), Laura – pelo nosso encontro tão genuíno e acolhedor, desde a colação mais aleatória da história até nossa amizade que se alonga para vida –, Julyanna – por ser essa mulher rural tão forte e determinada –, e Camila – minha dupla na sorte de ter o melhor orientador.

Ao Núcleo EDIS, por ser um espaço de troca de tanto conhecimento, afeto e acolhimento. À minha turma, pelo prazer das trocas realizadas e dos deliciosos lanches coletivos que faziam parte das nossas tardes. Às/Aos professoras/res que fizeram parte desse ciclo. Em especial, ao professor, tutor e amigo, Saulo Luders, por ser um dos principais incentivadores e exemplo de pesquisador comprometido, responsável, ético e humilde. Obrigada por ter me apresentado, juntamente com o PET-NESAL, tais roteiros e continuar contribuindo de forma tão direta também nessa etapa, fazendo parte das bancas de qualificação e defesa deste trabalho. Meus agradecimentos também ao professor Jader Leite, pessoa tão admirada ao longo do meu percurso acadêmico, pela honra de ter suas contribuições e considerações desde qualificação até a defesa deste trabalho. Só orgulho dessa bancada!

Meus agradecimentos também à melhor rede de apoio que eu poderia ter, que em meio a tantos desafios e suspenses, ao longo dos últimos anos, não soltaram minha mão. Em especial, ao meu grupo “Vamo? Bora!” – por estar sempre “com a roupa de ir” quando é acionado para entrar nas minhas aventuras.

Às minhas amigas-irmãs, às/aos amigas/os do colégio, da profissão, do trabalho e da vida, pela torcida, apoio e compreensão em relação aos momentos de ausência.

A mim, por concluir esta etapa – mesmo em meio aos adoecimentos, abdições, jornadas triplas de trabalho, pandemia, morte da minha pessoa preferida e tantos outros desafios – ainda mais consciente de que lado me encontro e satisfeita por defender uma ciência posicionada politicamente a favor da liberdade, equidade, justiça e diversidade.

A Deus, por ter me permitido e sustentado durante todo esse processo!

Eu poderia desejar mil coisas...
Mas eu desejo respeito!
Eu poderia chorar por mil coisas...
Mas choro pelo sangue derramado
num país onde o ódio é constante.
Choro pelo preconceito que vai
além da estética, que estupra,
que sonega e ainda clama por ética...
Eu poderia gritar por mil coisas...
Mas sinto-me nua.
Despida de coragem,
Eu poderia desistir por mil coisas...
Mas isso eu deixo para os covardes
que violentam, alienam, aprisionam...
Sim! Eu poderia desistir por mil coisas...
Mas resisto, por que não calarei
diante das injustiças.
Não calarei enquanto outro sofrer...
Pois o meu silêncio é de respeito
e não de covardia...
Meu silêncio me ajuda a
reascender a rebeldia.

(Meu silêncio
Silvania Soares¹ – em memória)

¹ Silvana Soares foi uma importante militante no MST e uma das jovens que participou indiretamente deste trabalho. Durante o processo de pesquisa fomos surpreendidas/os com sua morte precoce.

RESUMO

A presente pesquisa busca discutir a relação da juventude e da participação política na contemporaneidade. A juventude na qual nos debruçamos neste estudo trata-se da juventude rural do Movimento das/os Trabalhadoras/es Rurais Sem Terra (MST) de Alagoas. A pesquisa teve como objetivo analisar a participação política protagonizada pela juventude do MST em Alagoas. Para tanto, os objetivos específicos traçados foram investigar as trajetórias e as concepções de política presentes nos discursos da juventude do MST; analisar os processos de organização e ocupação dos espaços, pelos jovens, no interior do movimento; identificar as lutas empreendidas pela juventude; os desafios existentes em suas trajetórias de participação política no Movimento; e as estratégias de fortalecimento da militância através da arte e da amizade. Os estudos sobre juventude, os conhecimentos decoloniais e a interseccionalidade foram a base epistêmica e metodológica deste trabalho, possibilitando uma escrita baseada nas vivências e nos trajetos das/os jovens que contribuíram com a construção do trabalho. através disso, foi possível perceber os atravessamentos que interseccionam suas realidades e, de forma engajada, ética e política, analisar como se dão seus processos de atuação política, dado o fato de estarem em lugar específico, que é o de ser jovem em um movimento social rural. As ferramentas utilizadas para estabelecer contato foi a realização de conversações, o acompanhamento das movimentações e eventos realizados virtualmente, através das mídias sociais e a apreciação dos dados construídos pelas/os próprias/os jovens no exercício de suas atividades militantes. participaram dessas conversações, cinco jovens do MST, de diferentes regiões do estado. A forma de registro se deu através da gravação e de diários sobre as trocas realizadas. Por meio das conversações, acompanhamento das mídias sociais, das produções artísticas e documentais das/os jovens publicadas nas redes oficiais do MST, foi possível construir cinco eixos de análise, são eles: 1) trajetórias das/os jovens do MST e suas concepções políticas; 2) ocupação de espaços do MST: participação e expressão política das/os jovens; 3) lutas empreendidas pela juventude do MST de Alagoas; 4) desafios da juventude militante do MST e 5) militância, arte e amizade. Os resultados sugerem que o ingresso dessas/es jovens no Movimento e na própria política aconteceram tanto por conta da insatisfação com as condições de vida que possuem, como pelos elementos de admiração, identificação e busca por transformações sociais. Esperamos, por meio dessa pesquisa, contribuir para que as tensões e generalizações geradas a partir de olhares adultocêntricos e universalizantes, que tentam abafar as vozes e as articulações das/os jovens, sejam cada vez mais postas em questão. Consideramos que é importante evidenciar as contribuições, os esforços e as ações que as/os jovens têm empreendido com tanta dedicação e tenacidade. Além disso, buscamos colaborar para o fortalecimento de um debate que reforce a pluralidade em relação aos modos de ser jovem e atuar politicamente.

Palavras-Chave: Juventude. Participação política. Ruralidades. Movimento das/os Trabalhadoras/es Rurais Sem Terra.

ABSTRACT

The present research seeks to discuss the relationship between youth and political participation in contemporary times. The youth we focus on in this study is the rural youth of the Landless Rural Workers Movement (MST) in Alagoas. The research aimed to analyze the political participation carried out by the youth of the MST in Alagoas. Therefore, the specific objectives outlined were to investigate the trajectories and conceptions of politics present in the discourses of the youth of the MST; analyze the processes of organization and occupation of spaces by young people within the movement; identify the struggles undertaken by the youth; the existing challenges in their trajectories of political participation in the Movement; and strategies to strengthen militancy through art and friendship. Studies on youth, decolonial knowledge and intersectionality were the epistemic and methodological basis of this work, enabling a writing based on the experiences and paths of the young people who contributed to the construction of the work. through this, it was possible to perceive the crossings that intersect their realities and, in an engaged, ethical and political way, analyze how their processes of political action take place, given the fact that they are in a specific place, which is to be young in a movement rural social. The tools used to establish contact were the holding of conversations, the monitoring of movements and events held virtually, through social media and the appreciation of data constructed by the young people themselves in the exercise of their militant activities. Five young people from the MST from different regions of the state participated in these conversations. The form of registration was through recording and diaries about the exchanges carried out. Through conversations, monitoring of social media, artistic and documentary productions of young people published on official MST networks, it was possible to build five axes of analysis, which are: 1) trajectories of MST young people and their political conceptions; 2) occupation of MST spaces: participation and political expression of young people; 3) struggles undertaken by the youth of the MST in Alagoas; 4) challenges of the militant youth of the MST and 5) militancy, art and friendship. The results suggest that the entry of these young people into the Movement and into politics itself happened both because of the dissatisfaction with the living conditions they have, and because of the elements of admiration, identification and search for social transformations. We hope, through this research, to contribute so that the tensions and generalizations generated from adult-centric and universalizing perspectives, which try to muffle the voices and articulations of young people, are increasingly called into question. We consider it important to highlight the contributions, efforts and actions that young people have undertaken with such dedication and tenacity. In addition, we seek to collaborate to strengthen a debate that reinforces plurality in relation to ways of being young and acting politically.

Keywords: Youth. Political participation. Ruralities. Landless Rural Workers Movement

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 – Viva Paulo Freire – Um educador do povo (2021)

Imagem 02 – Ação de denúncia ao crime ambiental da Braskem durante a 12ª Jornada da Juventude Sem Terra (2020)

Imagem 03 – Campanha “Ocupar, Resistir e Educar” (2020)

Imagem 04 – Cartaz de lançamento da campanha da 11ª Jornada Nacional da Juventude Sem Terra (2020)

Imagem 05 – Sessão de cinema – filme Marighella (2021)

Imagem 06 – Mesa da solenidade de abertura do primeiro curso de bacharelado em agroecologia do Brasil destinado às/aos assentadas/os (2018)

Imagem 07 – Participantes do concurso nomeado “Versos de resistência” (2019)

Imagem 08 – Alexandre em concurso “Versos de resistência” (2019)

Imagem 09 – “Coletânea Pé de Poesia” (2018)

LISTA DE SIGLAS

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CPT - Comissão Pastoral da Terra

FSM – Fórum Social Mundial

LGBTQIA+ – Lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, queer, intersexo e assexuais

MST – Movimento das/os Trabalhadoras/es Rurais Sem Terra

ONGs – Organizações não-governamentais

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PET – NESAL – Programa de Educação Tutorial – Núcleo de Estudos do Semiárido Alagoano

PLs – Projetos de Lei

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 JUVENTUDES PLURAIS E SUAS PARTICIPAÇÕES POLÍTICAS NA ATUALIDADE	18
1.1 Mosaico das experiências de participação juvenil na contemporaneidade.....	24
2 JUVENTUDE DO MST EM LUTA PELA VIDA E POR DIREITOS.....	36
2.1 MST: semeando resistência	37
2.2 Juventudes e vivências rurais	41
2.3 Juventude do MST: participação política e re(x)istência	47
3 CONSTRUINDO A PESQUISA: DISCUSSÕES EPISTÊMICAS E METODOLÓGICAS.....	55
4 PARTICIPAÇÃO E PROTAGONISMO DA JUVENTUDE DO MST EM ALAGOAS	72
4.1. Trajetórias das/os jovens no MST e suas concepções sobre a política.....	74
4.2. Ocupação de espaços no MST: participação e expressão política das/os jovens	85
4.3. Lutas empreendidas pela juventude do MST de Alagoas	102
4.4 Desafios da juventude militante do MST	112
4.5 Militância, arte e amizade.....	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS	136

INTRODUÇÃO

Relaciono a prática da pesquisa à experiência de viajar. Iniciamos com o desejo de conhecer determinado local, em seguida, partimos para o planejamento de como os objetivos que pretendemos alcançar com aquele embarque podem se realizar; e, por fim, lançamo-nos na aventura com algumas expectativas, mas sem certezas do que vamos nos deparar. Apenas vamos abertas/os a viver, partilhar e absorver o que a experiência pode nos proporcionar. Sendo assim, este estudo é resultado de vivências – pessoais e acadêmicas –, inquietações experienciadas ao longo da minha trajetória nessa viagem da vida.

Assim como a escolha por determinados destinos para a realização de uma viagem é influenciada pelas experiências já vividas e, principalmente pelas que se pretende viver lá, meu processo de embarque nas pesquisas relacionadas às juventudes, participação política e movimentos sociais não é diferente. Embora – ou justamente por – ter sido criada em um contexto com olhares conservadores, sexistas e machistas, meus interesses sociais e políticos, em um determinado momento da minha juventude, entraram pela contramão da minha educação e resolvi explorar roteiros que me fizeram buscar por mais liberdade, equidade, autonomia e justiça.

Um dos acontecimentos mais determinantes para fortalecer meu desejo em continuar nesse roteiro de contramão à criação conservadora foi a graduação em psicologia em uma Unidade Acadêmica do interior do estado. O Ensino Superior só se tornou possível para mim e para tantas outras pessoas da minha turma por ser no interior, pois as condições não favoreciam estudar na capital.

Além de todas as construções, desconstruções e reconstruções que a sala de aula proporcionava, meu percurso na graduação também foi marcado, durante três anos, pela experiência de participar no Programa de Educação Tutorial – Núcleo de Estudos do Semiárido Alagoano (PET-NESAL). O PET-NESAL foi um dos grandes responsáveis por promover contato direto com experiências e discussões sobre o semiárido, ruralidades, movimentos sociais, política, gênero, raça, entre outras, e intensificar o interesse em continuar transitando em tais temáticas.

Uma das experiências mais determinantes para chegar à escolha do tema desta pesquisa foi a participação em uma atividade vivencial que ocorreu durante um final de semana do segundo semestre de 2016, promovida pelo grupo do PET-NESAL em

parceria com o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em um assentamento rural do Movimento². Através dessa vivência – onde pude me alimentar, dormir, conhecer a comunidade, interagir com as pessoas, ter momento de confraternização e aprendizado – foi possível me inteirar da dinâmica básica de funcionamento do local e ser informada, através de uma figura adulta envolvida com as/os jovens, sobre algumas de suas demandas no que diz respeito à identificação com a militância e as formas de participar politicamente no Movimento.

Tomar conhecimento sobre algumas dessas demandas me fez buscar compreender as relações entre as/os jovens e as dinâmicas internas do MST, e assim, desenvolver atividades várias – desde projetos de extensão à pesquisa relacionada ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em tal assentamento.

Sair das quatro paredes da universidade e buscar contribuir de forma direta ou indireta, através da psicologia, com as demandas das comunidades locais, foi um exercício que se fez presente durante a graduação e que me permitiu ficar em contato com o campo de pesquisa. Esse exercício também contribuiu para que eu percebesse a importância de assumirmos uma teoria contextualizada e alinhada às necessidades dos contextos nos quais nos propomos estudar.

As observações iniciais realizadas no assentamento, no final de 2016, foram baseadas em queixas vindas principalmente de alguns representantes da comunidade – tratava-se de uma demanda relacionada à ausência de participação da juventude em assuntos relacionados ao Movimento. A inserção no assentamento, inicialmente com objetivos voltados à queixa que me foi dada, fez com que eu compreendesse melhor o contexto e, assim, me interessasse em aprofundar os estudos e realizar intervenções.

No primeiro semestre de 2017, através de uma atividade da disciplina de Processos Grupais, realizei, em parceria com um colega de turma, um projeto com a juventude que buscou, primeiramente, levantar o histórico do MST e compreender como ocorreram as lutas para a posse das terras daquele assentamento na busca por fazê-los conhecer a dimensão histórica de suas próprias vidas, da existência de sua comunidade e da luta do Movimento como um todo.

Posteriormente, imaginamos que a criação de um espaço de interação poderia proporcionar maior estreitamento dos laços e promover o compartilhamento de experiências e vivências que fortalecessem o processo de formação política,

² A palavra Movimento com inicial maiúscula será utilizada ao longo do texto para se referir ao MST.

identificação e participação das/os jovens com e no Movimento. Com total participação das/os jovens, caracterizamos uma “rede de afetos” – representada por uma rede de dormir –, que se tornou símbolo da construção do espaço de encontros criado para a promoção de atividades culturais, políticas e de lazer entre elas/es.

Entre algumas compreensões alcançadas através desse projeto, de outras intervenções e do Trabalho de Conclusão de Curso, foi possível compreender que há diferentes modos e possibilidades de vivenciar e significar a política e a militância. Por levar em consideração características como as diferentes necessidades coletivas e individuais das/os assentadas/os, as potencialidades e vulnerabilidades geográficas e políticas dos locais onde se encontram os assentamentos, ou as relações intra e intersubjetivas dos grupos, foi possível perceber que a participação política pode ser (re)construída e fortalecida no âmbito da alteridade e da diversidade.

Os trajetos trilhados até então continuaram a despertar meu interesse em entender cada vez mais os fenômenos envolvidos no campo juvenil, político e social ao qual embarquei há alguns anos. Por isso, procurei tomar como objetivo geral desta pesquisa, analisar a participação política protagonizada pela juventude do MST em Alagoas. Além disso, procurei analisar as trajetórias das/os jovens e suas concepções acerca da política; seus processos de organização e ocupação dos espaços no interior do Movimento; as principais lutas por elas/es empreendidas; os desafios vivenciados em seus processos de participação política no MST e; as estratégias de fortalecimento da militância através da arte e da amizade.

A concepção de juventude que assumimos neste trabalho tem como perspectiva a ideia de pluralidade, ou seja, consideramo-la a partir das diferentes condições de ser e atuar em suas vivências e contextos. Nesse sentido, uma compreensão de juventude mutável, significada a partir de um olhar social, histórico e cultural que leva em consideração os diferentes marcadores que a atravessam – gênero, classe, raça, sexualidade, território e demais variáveis que as interseccionam.

Nas ciências sociais, as juventudes são consideradas uma categoria social que se refere ao período entre as funções sociais da infância e vida adulta (GROPPO, 2000), sendo tanto uma condição social quanto uma representação, portanto, é impossível de serem discutidas por elas mesmas, sem destacar os marcadores que as atravessam (DAYRELL, 2003). Essa concepção as desvencilha dos olhares essencialistas e etários e as consideram a partir de um olhar social, histórico, variável e não universal (GROPPO, 2004).

As múltiplas compreensões sobre as juventudes e seus modos de vivê-las, refletem também em diferentes modos de atuação no campo político. Por isso, a partir do momento que consideramos a juventude uma categoria mutável e plural, sua atuação enquanto sujeito político também acompanha essa capacidade de atuação que varia a partir dos distintos contextos culturais e sociais.

Desse modo, essa pesquisa se interessa em discutir a relação entre jovens e política, e, por tanto, os modos como estas/es compreendem sua atuação no mundo. No entanto, o foco do trabalho se dará especificamente a partir da análise da participação política de jovens rurais que integram o Movimento das/os Trabalhadoras/res Rurais Sem Terra.

Se discutir sobre juventudes e seus modos de participação política já é desafiador, aprofundar esses estudos no campo da juventude rural faz com que a responsabilidade aumente ainda mais. A escassez de pesquisas que debatam sobre as juventudes e a participação política nesse território específico é ainda maior e torna-se uma das causas pelas quais nos propomos a realizar este trabalho.

Assim, esta pesquisa se dedicou especificamente a compreender as relações políticas da Juventude do MST – movimento social que tem como principais características a defesa pela Reforma Agrária, educação do campo, agroecologia, entre outras pautas contextualizadas conforme a realidade de suas/seus militantes. Ele também busca incluir em suas pautas a pluralidade e a construção de um Movimento heterogêneo, preocupado com as relações de trabalho, gênero, sexualidade, políticas de permanência no campo e outras.

Castro (2009) afirma que esta juventude surge nos movimentos sociais como uma categoria política que retrata os desdobramentos das lutas coletivas que defendem e atua para unir aquelas/es que se identificam com os movimentos sociais do campo. Além de se fortalecer através das trocas de experiências e discussões sobre a realidade social, política e subjetiva que a cerca – o que proporciona uma rede afetiva que possibilita a construção dos sentimentos de pertença e enraizamento.

Esse fortalecimento entre elas/es é importante, pois boa parte vivencia conflitos semelhantes, principalmente no que diz respeito às limitações em relação à credibilidade de suas falas e atuações nos espaços de decisões. Essas dificuldades evidenciam a existência de relações hierárquicas em relação aos critérios geracionais e a ideia de juventude atrelada à inexperiência para assumir determinadas responsabilidades. Em uma pesquisa realizada por Castro (2009), foi percebido que até

mesmo as/os jovens que possuem cargos de liderança em movimentos sociais reconhecidos nacionalmente vivenciam essas relações de subordinação – quer seja em espaços domésticos ou organizativos.

Vinadé e Guareschi (2007) defendem que precisamos rever nossos olhares sobre os modos de participação política, juventude e militância, para que não incorramos no risco de cristalizar nossas pesquisas e práticas em “[...] velhas e obsoletas categorias de análise” (p. 69). É necessário desconfiarmos constantemente de nossas categorias (GUATTARI, 1987), tomando como alinhado deste desafio, neste caso, a busca por compreensões críticas e historicamente localizadas sobre o modo como as juventudes têm protagonizado sua participação política no MST.

Diante dos dilemas e possibilidades vivenciados pelas juventudes, esta pesquisa buscou discutir como as/os jovens integrantes do MST têm protagonizado sua participação política em Alagoas. Para a construção de uma pesquisa que contemplasse tal discussão de modo ético e engajado, estruturamos este trabalho em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, realizamos uma contextualização histórica sobre as diversas perspectivas de juventude nas suas diferentes relações com a política e discutimos algumas das principais experiências participativas da atualidade protagonizada por jovens. Tentamos aqui entender por onde tem passado a participação política das/os jovens, seus modelos de organização e a construção da política no cotidiano.

No segundo capítulo, na busca por compreender as especificidades das/os jovens em destaque para este estudo, fizemos uma discussão sobre a juventude rural e os movimentos sociais rurais, tomando como destaque a história do MST. Além disso, refletimos também sobre o surgimento da juventude do MST e os desafios que para ela estão postos na atualidade.

No terceiro capítulo, realizamos uma discussão sobre a epistemologia que orienta esta pesquisa e refletimos sobre os percursos metodológicos trilhados para a construção deste trabalho. O método utilizado para realiza-lo foram as conversações com 05 jovens – duas do sexo feminino e três do sexo masculino –, de 18 a 29 anos de idade, sendo todas/os de cidades diferentes, buscando abarcar as três regiões geopolíticas que se divide o estado – agreste, litoral e sertão. Para construção da análise dos dados buscamos adotar um modelo de escrita que nos faz pensar sobre os espaços que ocupamos individualmente no mundo – em relação à classe, etnia, gênero, entre outros – e também sobre as realidades sociais que nos atravessam coletivamente.

Por fim, no quarto capítulo, realizamos as análises dos dados construídos através do estudo. Buscamos estruturá-la a partir de cinco eixos, a saber: 1) o início da trajetória de cada uma/um das/os jovens no Movimento e suas concepções sobre a política; 2) processos de organização e ocupação dos espaços pelas/os jovens no interior do Movimento; 3) as principais lutas empreendidas pela juventude; 4) os desafios vivenciados por essas/es jovens no campo da participação e 5) as estratégias de fortalecimento da participação através da arte e da amizade.

1 JUVENTUDES PLURAIS E SUAS PARTICIPAÇÕES POLÍTICAS NA ATUALIDADE

Discutir as juventudes de forma crítica, ética e política é um desafio, pois além dos variados pressupostos teóricos que podem ser abordados, elas são significadas historicamente por constantes transformações sociais e culturais. É essa a concepção de juventude que assumimos nesse trabalho e é a partir dela que discutiremos a relação entre jovens e política na atualidade, tendo como foco a análise das experiências relacionadas à juventude do MST. Para tanto, neste capítulo, faremos uma breve incursão histórica sobre o modo como a juventude vem sendo discutida para, em seguida, aprofundarmos sua relação com a participação política e as diferentes formas em que esta se expressa.

Consideramos a juventude como uma categoria social forjada por diferentes ciências para se referir ao período que compreende as funções sociais da infância e da vida adulta (GROPPO, 2000). Dayrell (2003) considera que a juventude é tanto uma condição social, quanto um tipo de representação que adquire formas específicas diante das experiências vivenciadas nos distintos contextos, sendo, desta forma, impossível discuti-la sem levar em consideração os diversos marcadores que a perpassam. Sobre isso, Mesquita *et al.* (2016) ressaltam que:

Essa concepção alerta-nos sobre a existência, na realidade dos grupos sociais concretos, de uma pluralidade de juventudes: de cada recorte sociocultural – classe social, estrato, etnia, religião, mundo urbano ou rural, gênero, etc. – saltam subcategorias de indivíduos jovens, com características, símbolos, comportamentos, subculturas e sentimentos próprios (p. 289).

A ideia da juventude enquanto uma categoria mutável leva em consideração as variadas construções históricas e sociais relacionadas às fases da vida (MESQUITA; OLIVEIRA, 2013). Isto reforça a tentativa de desvencilhar os olhares das ciências que procuram “naturalizar” a juventude, ao considerar que ela “não é tão somente da ordem da ‘natureza’, mas principalmente da ordem do ‘social’ e, portanto, uma criação histórica, não um invariante universal” (GROPPO, 2004, p. 11).

É importante ressaltar que em função da diversidade dos modos de ser jovem, pesquisadoras/es têm realçado a necessidade de falar em juventudes para evidenciar a existência dessa pluralidade (NOVAES, 2003; CASTRO; ABRAMOVAY, 2004; BORELLI; ROCHA; OLIVEIRA, 2009). Essa diversidade de concepções e modos de

ser, vivenciar e entender as juventudes acarreta em uma variedade de compreensões e vivências no que diz respeito às relações das/os jovens com a política (MESQUITA; OLIVEIRA, 2013). Através da posição que assumem enquanto sujeitos – frente à vida, às situações e à realidade, com tendências a construir os próprios processos de identidade, autonomia, singularização e protagonismo –, é possível que elaborem uma lógica de atuação com capacidade de criação e de transformação da realidade social (CASTRO; BICALHO, 2013).

O diálogo entre essas duas categorias – juventudes e política – tem gerado discussões e estudos cada vez mais imprescindíveis por expressar “um tempo em que a própria concepção da política está sendo transformada” (MESQUITA; OLIVEIRA, 2013, p.478). Também em função da compreensão de que devemos desnaturalizar algumas representações acerca dessa relação. Alguns enunciados sobre a relação entre jovens e política foram, historicamente, direcionados por um olhar que essencializa as juventudes tanto em uma perspectiva de dizer que elas possuem uma natureza questionadora, rebelde (ABRAMO, 1997, p.26), inquieta, crítica e ousada, tomando-as como fontes de transformação política e social, quanto em afirmar que não se interessam por política. Essas são duas representações bastante compartilhadas sobre as/os jovens, porém não condizem com suas realidades.

Abramo (1997) afirma que alguns desses discursos foram produzidos por um tipo de “fixação” do padrão ideal de comportamento político das/os jovens dos movimentos da década de 60, quando avaliam que os acontecimentos e as manifestações conhecidas como o “maio de 68”, as mobilizações através do *rock and roll*, dos hippies e da contracultura, atingiram seu grau máximo de interferência nos acontecimentos sociais.

Assim, entende-se que essas construções geraram tanto uma cristalização de uma imagem relacionada à juventude como portadora de uma essência transformadora, quanto a formação de um modelo de participação política fortemente influenciada pelas práticas forjadas na década de 60. Essas imagens que associam as juventudes à política, estabelecem uma “relação quase obrigatória” entre uma e outra (CASTRO; MAYORGA; PRADO; 2012, p.261) – instituída “naturalmente” – construindo erroneamente um imaginário pautado na ideia de jovem como necessariamente crítica/o, de esquerda, revolucionária/o, com experiências de engajamento tradicional em ações políticas.

Mayorga (2013) defende que a relação entre juventudes e política não é natural. Para ela, os discursos produzidos tanto no Brasil quanto em outros países evidenciam as controvérsias existentes nesse debate. Se por um lado ela é contrária à ideia da juventude

enquanto principal protagonista de transformação, fonte de crítica e dedicação ao âmbito social, que direciona à/ao jovem o papel central da participação política; por outro, também não concorda da juventude ser dada como apolítica, apática, sem interesse político.

Direcionar-se a uma ou outra é uma armadilha teórica e política que pode ser impeditiva para uma análise crítica e contextualizada dessa relação. Nesse sentido, a autora chama a atenção para a produção de olhares binários que pouco nos ajudam. Em uma dessas análises binárias, o debate se pauta através de discursos que apontam ora para um desencantamento dos jovens com a política³, especialmente com os modos mais tradicionais de seu fazer vinculadas à representatividade, ora para uma visão de inovação no cenário político no que diz respeito às juventudes enquanto portadoras de uma novidade. Sobre o campo da participação juvenil atual, diferentes autoras/es têm chamado a atenção para uma série de práticas que podem apontar um caminho possível de participação juvenil.

Carrano (2012) afirma que as concepções preponderantes na contemporaneidade apontam que os modos de participação política juvenis se manifestam “[...] pela emergência de diferentes coletivos de identidade que se afastam das formas e conteúdos clássicos de participação e militância e se orientam para o simbólico, o corpóreo, o cultural e as demandas do cotidiano” (p. 94).

No entanto, visibilizar os diferentes modos de participação política manifestados atualmente – sejam eles, por exemplo, em forma de coletivos feministas, coletivos LGBTQI+, grupos de combate ao racismo, grupos artísticos e culturais que problematizam através da poesia e literatura temáticas sobre as relações de poder ou batalhas de *slam* – não quer dizer que as formas “clássicas” de participação, feitas por partidos políticos ou movimentos estudantis, não tenham mais sua funcionalidade e importância. Elas co-habitam adaptadas às novas demandas e ajustes das/os jovens, tidas como uma reconfiguração do campo de participação política contemporânea (CARRANO, 2012).

Reforçando a análise anterior, Carrano (2012) nos diz que:

Uma das hipóteses mais correntes no debate sobre a participação contemporânea dos jovens é a que reconhece as novas formas da participação política dos jovens: o lugar da cultura, os agrupamentos

³ Alguns autores consideram que esse fato pode levar a um esvaziamento das juventudes nesses espaços e ocasionar uma crise de representatividade (HOLLOWAY, 2005; PUTNAM, 2000; STOLLE & HOOGHE, 2004).

em torno de novas temáticas relacionadas ao campo simbólico, aos usos da internet e redes sociais virtuais, etc. É preciso cuidar, contudo, para evitar a ocorrência de uma espécie de ruptura epistemológica apressada que desprezaria as tradições da militância estudantil, partidária e sindical. No lugar de desprezar esses campos de atuação é preciso compreendê-los tal como são praticados nos dias de hoje, onde ainda acontecem e se fazem presentes (p. 93).

Consideramos que buscar definir um padrão específico de participação pouco contribui para o avanço e aprofundamento do fazer político. Diferentemente dessas fixações e delimitações, consideramos mais produtivo ficarmos atentas/os e abertas/os ao modo como as/os jovens vêm constituindo, experimentando e nomeando esse(s) fazer(es) relacionados ao campo da política no contemporâneo.

Buscamos refletir sobre as formas de participação tradicional como um processo transitório de reinvenção, necessário para acolher a diversidade de pautas que chegam através das mais variadas manifestações de lutas, sejam em forma de coletivos, expressões culturais e artísticas, movimentos sociais, estudantis, partidários e outros (CARRANO, 2012).

Estas análises nos levam para um debate sobre a relação entre jovens e política que afirma a construção de uma crítica sobre os limites da política institucional. Diferentes autoras/es (LATTES, 2001; HENN *et al.*, 2002; KIMBERLEE, 2002; AUGUSTO, 2008; FLORENTINO, 2008; SOUZA, 2014; MESQUITA *et al.*, 2016), demonstram uma conjuntura de diminuição do interesse pela política institucional, de pouca confiança nos políticos e rejeição em relação a certas metodologias de participação política. Para Souza (2014), esta crise na política afasta as/os jovens dos contextos tradicionais e as/os inclinam a buscarem se envolver em ações sociais, produzindo um engajamento político fora dos padrões políticos convencionais, buscando integração e propiciando novos territórios de pertencimento.

O distanciamento de algumas/uns jovens dos processos de participação política institucional tem sido marcado por uma preocupação comum à maioria das democracias ocidentais. Consideram que as/os jovens têm investido menos que no passado nas estruturas tradicionais de atuação política (AUGUSTO, 2008). Geralmente, a responsabilidade pelo dito distanciamento e o apoliticismo recai apenas sobre a juventude, sendo comumente caracterizada como “fútil, indiferente, pouco trabalhadora, ineficiente, incompetente, ameaçadora, depravada, hedonista” (MIZEN, 2002, p. 5).

A ideia de distanciamento da política institucional não deve ser uma crítica direcionada somente à juventude, mas à sociedade em geral, considerando que é uma

questão bem mais ampla e que afeta diversas gerações e grupos sociais. É necessário evidenciar que muitas formas de engajamento e participação exercidas pelas/os jovens têm sido invisibilizadas ou desconsideradas, levando em consideração que os critérios para analisá-las se baseiam em experiências de jovens de outras gerações e até de classes sociais – como o movimento estudantil dos anos 70 (MAYORGA, 2013). Em algumas situações, esse distanciamento juvenil pode ser um tanto relativizado, já que há jovens que se engajam nesse tipo de política, como é o caso das experiências da juventude que vamos discutir no próximo capítulo.

Além disso, há também uma comparação aos modos de participação em contextos mais institucionalizados, como partidos políticos, movimento estudantil, sindicatos e movimentos sociais. Levar em consideração essas compreensões impede que percebamos e reconheçamos outros modos de participação marcados por formas diversas de engajamento, sejam elas entre as/os jovens, sejam entre a sociedade em geral.

Somente raras vezes essa crítica é direcionada às organizações, aos funcionamentos ineficientes dos sistemas democráticos, às figuras dos partidos políticos e a certos grupos institucionais – justificadas pela compreensão de que não exercem o papel que precisavam desempenhar –, que pouco a pouco tem vindo a ser invertida – não só pela crise de representação como também pela própria transformação da condição juvenil diversa da contemporaneidade.

Algumas circunstâncias como o fortalecimento das experiências no âmbito de participação, a necessidade de criação de espaços mais democráticos e diversos – no que diz respeito aos assuntos relacionados ao interesse público – destacam as insatisfações em relação aos modos clássicos de fazer política e manifestam o desejo de uma sociedade que luta para ser ouvida, efetivamente representada e plural.

Sobre a perspectiva acima mencionada, Beck (2000) refere que “aquilo que parecia uma ‘retirada apolítica para a vida privada’ [...] na velha interpretação política, pode representar, quando vista desde outro ângulo, a luta por outra dimensão do fenômeno político” (p. 20). É possível considerar que a desinstitucionalização constitui-se como indicador de transformação intergeracional pelo modo como a juventude experimenta os contextos sociais e, especificamente, o sistema político tradicional.

Um dos paradoxos ligados à juventude é a relação entre a defesa sincera da democracia (pautada na liberdade de expressão e de associação) e a rejeição de alguns modelos de funcionamento do sistema democrático, interpretados e vivenciados de maneiras diferentes. Alguns autores (LATTES, 2001; HENN *et al*, 2002; KIMBERLEE,

2002) consideram que a juventude se afasta não propriamente da democracia, mas sim da “máquina democrática”, demonstrando mais uma vez o processo da desinstitucionalização e não necessariamente de apoliticismo.

As juventudes contemporâneas, ao mesmo tempo em que reforçam a crítica à política institucional, indicam a sua importância e reconhecem quando os movimentos ou coletivos são coerentes e promotores de uma organização coletiva com capacidade de alcançar as demandas reivindicadas. Embora, atualmente, os espaços tradicionais não sejam considerados os de maior adesão pelas/os jovens, elas/es participam quando os consideram necessários. Porém, a maioria tem optado por apostar em experiências diversificadas, baseadas em participações em coletivos, mesmo cientes de suas limitações. Neste sentido, as/os jovens estão presentes fazendo suas críticas, (re)inventando possibilidades de atuação que reconheçam a representatividade, apesar dos discursos dos ataques aos seus modos de (re)existência que alguns desses grupos enfrentam (MESQUITA *et al.*, 2016).

As/Os jovens participantes de uma pesquisa realizada por Mesquita *et al* (2016), em Maceió, afirmaram que a política vai além das instituições formais reconhecidas por algumas/uns como a principal característica relacionada à participação. Ela está nas entrelinhas das relações sociais e do modo como a vida é direcionada – desde seus embates, lutas, conflitos, até as conquistas, transformações e experiências adquiridas através das relações de militância nos movimentos estudantis, nos coletivos e até mesmo no ativismo pelas mídias e redes sociais, por exemplo.

A primeira década do século XXI, no Brasil, evidencia a diversidade de formatos de ações coletivas ensejadas pelas diferentes juventudes militantes. As mobilizações analisadas dos anos 2000 até então – no campo da teoria dos movimentos sociais –, tendem a ser interpretadas como “novíssimos movimentos sociais”, conhecidos sinonimamente como grupos, organizações, culturas juvenis e coletivos. A horizontalidade e a busca por autonomia – embora já estivessem presentes em ideários próximos do anarquismo desde o século XIX, em alguns momentos da história do movimento feminista e em setores independentes do movimento estudantil – são vistas como traços caracterizadores desse atual direcionamento político (SPOSITO; ALMEIDA; CORROCHANO; 2020).

Identificar como algumas experiências juvenis são dadas na contemporaneidade nos ajuda a compreender como as/os jovens têm se relacionado e construído suas relações políticas na conjuntura atual. Na intenção de evidenciar algumas dessas expressões de

participação política, no sentido de analisar quais elementos elas trazem e quais nos ajudam a compreender o campo da participação no contemporâneo, iremos explorar algumas dessas experiências: as ocupações estudantis, o ativismo digital e o *slam*.

Apesar de nos determos mais especificamente a essas três experiências, elas contêm dimensões que não são exclusivamente delas. Através desses três exemplos de participação política, buscaremos abranger debates que perpassam fenômenos de gênero, sexualidade, raça, classe social e relações de poder e dialogam com outras experiências que não foram mencionadas, mas que conseguem ter caráter político semelhante.

1.1 Mosaico das experiências de participação juvenil na contemporaneidade

Uma das principais expressões de participação política das/os jovens em geral, e do movimento estudantil, neste início do século, no Brasil, se deu através dos movimentos de ocupação dos espaços educacionais e que foram protagonizados por estudantes de escolas e universidades de todo o país. As ocupações se deram como símbolo de resistência e protesto às medidas de sucateamento pelas quais os governos, desde o âmbito estadual ao federal, ameaçavam fazer para atingir a qualidade e quantidade de investimentos destinados à educação (COUTINHO; POLI, 2019).

Para Corti, Corrochano e Silva (2016) “os canais de participação criados a partir dos anos 1980 para a democratização da gestão escolar mostravam-se limitados pela forte burocratização e hierarquização da rede estadual” (p. 1171). Parecia indiscutível a necessidade de repensar os mecanismos tradicionais de participação para enfrentar as medidas autoritárias das metodologias e relações escolares.

A estratégia política de ocupação de estabelecimentos escolares por parte das/os estudantes nesse início de século não acontecia pela primeira vez na América Latina. O Chile, na “Revolta dos Pinguins”, em 2006, mobilizou diversos estudantes secundaristas – que tiveram início com o protesto a pautas específicas, como a gratuidade no transporte e na realização de exames de ingresso à universidade, estendendo-se a demandas mais complexas, como o questionamento e a reforma às e nas metodologias educativas do sistema escolar dado. Em 2011, uma nova onda de protestos se ergue e agora junto com o movimento universitário também. As estratégias de ocupação também tiveram seus reflexos e mobilizações na Argentina, entre 2010 e 2014 (CORTI; CORROCHANO; SILVA, 2016).

No Brasil, os estudos sobre as ocupações incidem sobre dois momentos. O primeiro momento teve início em 2015, em São Paulo, protagonizadas por estudantes do segundo ciclo do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, como forma de protesto às políticas educacionais de caráter estadual e ao risco de fechamento de praticamente cem escolas de nível médio (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2006). O segundo momento, já em 2016, foi ganhando expressividade nas escolas do Paraná e se disseminando por escolas e universidades de todo o país, tendo demandas dirigidas à esfera federal, tomando como estopim a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241 – que sofreu algumas mudanças e se tornaria depois PEC 51 – que limitou os investimentos na área da educação, saúde e seguridade social por vinte anos, e a Medida Provisória (MP) 764 – que buscou uma reforma na grade curricular do ensino médio no país (COUTINHO; POLI, 2019). Esses momentos representam o que Bringel (2009) e Gohn (2017) denominam de novo ciclo da participação estudantil no Brasil.

Em análise a estes fenômenos políticos, Martuccelli (2016) destaca as dificuldades que as instâncias escolares tiveram e têm em aceitar o protagonismo, a participação e a intervenção das/os jovens nas tomadas de decisões. O movimento secundarista experimentou fortes críticas a alguns pilares das instituições contra as quais se colidia, entre eles:

[...] hierarquias; fragmentação do conhecimento; heteronomia; clivagem entre planejadores e executores; cristalização de funções; monopólio das informações, e assim por diante. Por esses motivos, e pela combatividade demonstrada, pela ousadia e pela disposição ao enfrentamento, assim como pela recusa aos limites das mesas de negociação, da “governabilidade”, das políticas de coalização, da lógica político-partidária cada vez mais homogênea e ensimesmada, as recentes lutas secundaristas, assim como as “Jornadas de Junho” que as antecederam, evidenciaram os limites da democracia representativa e abriram um horizonte de inventividade política, rompendo com uma “normalidade” bárbara (CATINI; MELLO, 2016, p. 1193).

Não foram poucos os conflitos e as pressões que as/os ocupantes enfrentaram. O grito “*Ocupar e resistir*” faz muito sentido à realidade vivenciada pelas/os jovens, pois os grupos que se opunham ao movimento iam desde algumas direções escolares, professoras/es, grupos de pais e mães – que com apoio de partidos conservadores, principalmente os que defendiam as PLs que o movimento criticava, criaram um movimento de intimidação nomeado de *desocupa* – até algumas/uns estudantes que

argumentavam estarem sendo prejudicadas/os por conta da impossibilidade de ocorrência das aulas. Além de precisar lidar com esses conflitos, das/os jovens precisavam desenvolver estratégias para negociar com os órgãos educacionais que faziam poucos esforços para atender as demandas levantadas pelo movimento (FERREIRA, 2017).

Ativas, organizadas e responsáveis, as/os jovens produziam a agenda formativa de seus espaços, evidenciando o currículo como campo de luta e colocando em prática suas reivindicações, deixando nítido que é possível levantar pautas sobre questões históricas, políticas e sociais, sobre gênero, machismo, racismo, cotas para ingresso no ensino superior, e sobre uma infinidade de temas que perpassam a pluralidade necessária para fortalecer a democracia.

Foi assumindo pautas como estas, durante o curto espaço de tempo que administraram seus ambientes, que se evidenciou o quanto os currículos escolares ainda são falhos em oferecer espaços para elaborar e refletir de forma crítica e cuidadosa sobre como essas diversidades as atravessam e se manifestam nos ambientes escolares e universitários (FERREIRA, 2017).

Buscou-se realizar na prática também, através da organização interna de comissões responsáveis pelo cotidiano da ocupação, a efetivação de rodas de conversa, oficinas e debates sobre os temas levantados como necessários para ressignificações dos espaços das escolas e das universidades. Essas atividades expressam modos de formação dialógicos e formativos que são característicos de uma práxis advinda dessa experiência da ocupação. Além disso, reforçando o espírito de coletividade, evidenciando-se a importância do âmbito afetivo-político e do estabelecimento de vínculos para o fortalecimento tanto do engajamento político quanto dos enfrentamentos em relação a outras dimensões da vida que atravessam as juventudes (SPOSITO; ALMEIDA; CORROCHANO; 2020).

É importante destacar que os contextos e, conseqüentemente, os modos nos quais se desenvolveu a participação nas ocupações, se deram de formas heterogêneas. A experiência das ocupações possibilitou importantes processos de subjetivação política nas/os *ocupas* – como ficaram conhecidas/os as/os jovens que ocuparam as escolas e universidades – de maneira a suscitar intensos aprendizados políticos e processos de transformação de si.

Em graus e amplitudes diversas – exercitando processos de autonomia, horizontalidade nas relações e na distribuição das tarefas entre as comissões, por exemplo – a subjetivação política se deu principalmente durante as dinâmicas de ações coletivas,

que através da desconstrução dos papéis sexistas, possibilitou uma convivência de pessoas que agiam e se relacionavam como iguais, dentro de suas particularidades e diversidades (GROPPO; SILVA, 2020).

Grosso e Silva (2020) comentam que “as memórias da ocupação, nos relatos, do relevo à ruptura, à inovação e à descoberta, tanto nas dinâmicas cotidianas e escolares, quanto na própria forma de conceber a política” (p. 420). Entre outros, um dos reflexos práticos da ocupação na vida dessas/es jovens foi a decisão de ingresso em um curso superior – tendo como influência na escolha do curso e da carreira profissional, as posições políticas criadas ou reforçadas pela experiência das ocupações.

As ocupações – através de estratégias como assembleias, valorização da horizontalidade, autogestão dos espaços de vivência e certa desconfiança e recusa aos modelos de política tradicional – conseguiram aproximar as/os jovens de um conjunto de novas modalidades de atuações coletivas, desestabilizar hierarquias, desenvolver experiências políticas diversas, e permitir a apropriação ativa, criativa e singular nos modos de produzir participações políticas (CORTI; CORROCHANO; SILVA, 2016).

Outro reflexo desse fenômeno político no universo das/os estudantes que merece ser mencionado, é a possibilidade de renovação do movimento estudantil. Mesquita (2003), bem antes das ocupações, chamava a atenção para as possibilidades de construção de uma “nova sociabilidade militante” dentro deste movimento (SPOSITO; ALMEIDA; CORROCHANO; 2020), chegando a esta conclusão não só pela crise de representatividade das entidades tradicionais, mas também pelo que denomina de “novas sociabilidades emergentes do meio juvenil” (MESQUITA, 2003, p. 119).

Cabe lembrar que através das ocupações foi possível evidenciar os limites dos modelos tradicionais cristalizados e burocratizados tanto em nível educacional quanto político. As ocupações provocaram fissuras aos poderes hegemônicos e despertaram a ousadia e a coragem das/ao jovens para se apropriarem e reinventarem tanto o sistema de ensino quanto a própria relação com a vida (CORTI; CORROCHANO; SILVA, 2016).

Recentemente, “novas” estruturas e formas de mobilização e participação política tornam-se presentes, principalmente entre estudantes universitários, no que diz respeito ao surgimento ou ampliação de coletivos autônomos, informais e não institucionalizados. Os princípios básicos e os valores para muitos deles são a autonomia e a horizontalidade. Para exemplificar e contextualizar, podemos citar os coletivos voltados para as questões étnico-raciais – organizados por jovens negras/os e que podem ser analisados também como uma das consequências das políticas afirmativas de acesso ao ensino superior –, os

coletivos voltados para questões de gênero e aqueles voltados para as questões da sexualidade (SPOSITO; ALMEIDA; CORROCHANO; 2020).

Quando se fala nos novos modos de participação política juvenil, as atenções também se direcionam às mudanças e transformações representadas pela passagem de uma sociedade industrial para a sociedade informacional. Essa informatização tem tido o poder de influenciar como os modos de vida têm funcionado e estruturado mudanças no funcionamento da sociedade (MARTUCCELLI, 2016), e automaticamente, nas formas de atuar politicamente também.

A internet e os aparelhos móveis têm se tornado ferramentas não só de comunicação, mas também de criação de espaços e mobilização para formação e apropriação da opinião pública. Distante das estruturas midiáticas institucionalizadas, o acesso à informação através das plataformas virtuais possibilita a seleção dos conteúdos de interesse e a criação de narrativas a respeito de temáticas relevantes de seu contexto (BRINGEL, 2009).

O espaço virtual propiciado pela internet tem ocupado lugar central no que diz respeito à infraestrutura das ações para formar pautas, mobilizar a população, fazer convites ou convocações, divulgar atos e realizar agendamento, por exemplo. Além da criação de espaço em relação à promoção das ações citadas acima, ainda há a possibilidade de criação de memórias e construções de registros que ajudam a criar um imaginário sobre os temas abordados, catalogando através dos blogs, dos perfis em redes sociais e/ou sites. Segundo Gohn (2017), criam-se também códigos linguísticos e símbolos que passam a ser compartilhados entre os participantes que fazem parte e interagem nessas redes virtuais.

Deslandes (2018) considera que as relações sociais digitais criam uma nova estrutura em relação ao debate das redes sociais na contemporaneidade:

seja por permitir a suspensão de fronteiras geográficas, pela virtualidade que materializa realidades não presenciais, pela ampla e célere disseminação de toda sorte de informações e ideologias, seja pela possibilidade de agremiação (que pode ser efêmera ou duradoura) em torno de vivências e/ou ideias comuns (p. 313).

Ao possibilitar a quebra de fronteiras e a participação de diversos protagonistas de modo instantâneo, são produzidos processos intersubjetivos e processos discursivos. Esses processos podem construir novos repertórios, novas propostas, novos direitos, e os

mesmos passarem a ser assumidos como novas pautas para a criação de normas comuns tanto no plano da sociedade civil quanto da política (GOHN, 2017; BRINGEL, 2009).

Através das redes sociais digitais, ações civis e políticas podem ser realizadas por meio da virtualidade, entre as mais comuns estão: campanhas, petições, defesas de determinadas pautas, pressão para aprovação ou rejeição de projetos de leis e criação de grupos políticos variados. Destaca-se como exemplo da potencialidade de um desses modos de ação ativista, a aprovação da lei Ficha Limpa, que teve mais de dois milhões de assinaturas colhidas online pela organização Avaaz⁴. De modo semelhante, movimentos, sujeitos e atuações políticas que geralmente não possuem espaço nas redes midiáticas tradicionais, ganham visibilidade nos meios virtuais e confirmam a capacidade da internet em proporcionar a construção de novos espaços de atuação e protagonismo político (DESLANDES, 2018).

Algumas indagações sobre o recente fenômeno de ativismo digital e a sua influência para a descentralização política fizeram e fazem parte dos estudos feitos sobre os modos e participação política na atualidade. Entre elas, destacamos indagações sobre a capacidade das redes sociais digitais criarem ou reproduzirem os movimentos sociais já existentes e sobre vocalizarem ações coletivas.

Sabe-se que especialmente a partir dos anos 2000, a utilização intensiva das redes sociais tem sido uma das grandes ferramentas de protagonismo político, principalmente entre as/os jovens (MARTUCCELLI, 2016). O imaginário popular de que o ativismo digital seria “um ativismo de sofá” foi retrucado desde o início da utilização das redes para a organização, divulgação e convocação de ações políticas. A inauguração do ativismo digital foi dada pela organização mexicana do movimento Zapatista, em 1994 e seguida por muitos outros, entre eles as jornadas de junho, em 2013 (DESLANDES, 2018).

A proporção dessas manifestações revela o quanto o ativismo digital tem capacidade de convocação, agregação de massas, atuação nas ruas, concentração de diversas frentes de luta ao mesmo tempo, transversalidade de interesses e pautas, conectividade e detenção de um caráter complementar ao ativismo presencial (DESLANDES, 2018).

⁴ A Avaaz foi fundada em 2007 por um grupo de ativismo online norte-americano (MoveOn.org) e um grupo de advocacia global da sociedade civil (a Res Publica) e trata-se de uma comunidade virtual que atua como um megafone para mobilizar questões de interesse público (AVAAZ, 2011).

Sobre ativismo, arte e política no contexto da internet, destacamos as manifestações que o movimento feminista tem construído através do que nomearam, inicialmente, de ciberfeminismo. Tratou-se de um campo de atuação político e artístico que através das ferramentas digitais, expressava suas opiniões e executava suas estratégias de oposição às hegemonias e aos discursos de normatividade essencialista imposta pelo sistema heteropatriarcal (ABREU, 2017).

Os espaços digitais ocupados pelo ciberfeminismo deram abertura para as mulheres se fortalecerem, organizarem-se em coletivos, estabelecerem alianças entre elas, criticarem comportamentos sexistas, denunciarem as violências e discriminações vivenciadas, além de ampliarem o alcance para a experimentação de novas formas de expressão artística.

Atualmente, o termo utilizado para se referir à geração de jovens mulheres que habitam os ambientes virtuais e se empenham na construção de ferramentas digitais para expressar opiniões, organizar campanhas e exibir suas produções textuais e artísticas, é digifeminista. A atuação da nova geração é marcada, especialmente, pelo florescimento dos feminismos plurais, participativos e contraculturais.

As manifestações artísticas e políticas partilhadas na internet se dão através de “vídeos, performances, poesias, contos, ilustrações, fotos e muitas páginas em redes sociais e *websites*” (ABREU, 2017, p.147) que ajudam na propagação de seus trabalhos e ideais. As produções dessas mulheres dão sinais nítidos que, para essa geração, o formato “bela, recatada e do lar” não contempla e nem representa a mulher contemporânea.

É possível perceber que as mídias digitais têm sido utilizadas tanto pelos movimentos sociais já conhecidos, como os movimentos novos ou que antes possam ter sido silenciados ou invisibilizados. Para exemplificar, Deslandes (2018) relata que:

Os mecanismos digitais de participação política não dispensam a mediação das instituições da sociedade civil organizada, ainda que possibilitem a participação de atores independentes na arena de debate. A autora conclui que o ganho da internet é, no fim das contas, aumentar a circulação da informação, mas não substitui os mecanismos tradicionais de participação. Em outros termos, as redes sociais permitem, sobretudo, maior disseminação de ideias e mídias contra-hegemônicas, o que nos amplia o escopo de informações e recursos para a tomada de decisões e escolhas. (p. 3133).

Ressalta-se que as ações de ativismo político podem acontecer a partir das mais diversas posturas e posicionamentos políticos, sejam eles plurais, democráticos, liberais,

éticos ou conservadores, fundamentalistas, racistas, machistas, homofóbicos, entre outros. Assim, apesar de todas as potencialidades das redes sociais digitais e do ativismo possibilitado através delas, não podemos nos deter a uma leitura ingênua e unilateral.

Nesse sentido, vale considerar os fenômenos como a exclusão digital que ainda atinge 32% dos brasileiros; as relações de poder que também circulam no meio digital através das mídias oficiais e seus interlocutores; a estrutura digital com pouca capacidade para possibilitar debates entre posicionamentos divergentes; e as associações algorítmicas que direcionam os tipos de postagens que serão apresentadas com mais frequência (DESLANDES, 2018).

Por ser produto de nossas criações, a internet não consegue estar isenta das relações estabelecidas dentro dos marcos sociais, econômicos, políticos e culturais, que continuam a alimentar, por vezes, comportamentos sexistas e racistas. Abreu (2017) relata que os ciberespaços, embora venha evoluindo e tendo suas (des)construções, muitas/os de suas/seus usuárias/os ainda manifestam seus preconceitos e discriminações contra mulheres, negros e sujeitos não heteronormativos. As dificuldades que essas pessoas enfrentam em seus mundos *off-line*, estendem-se também aos seus espaços *on-line*.

Embora a internet ainda contenha atravessamentos pautados em lógicas regulatórias de gestão das identidades, dos corpos e das subjetividades, ela também possui ferramentas com potencialidades políticas “e de resistência crítica para desestabilizar os regimes de poder, além de oferecer possibilidades para a ativação de novos processos de subjetivação dissidentes” (ABREU, 2017, p.150).

Diariamente, principalmente as/os jovens, têm se apropriado dessas novas tecnologias virtuais para visibilizar suas lutas, realizar discussões sobre os debates que consideram importantes serem feitos – como gênero, sexualidade, classe, raça – construir espaços de trocas e formações, além de militar e participar ativamente, direta ou indiretamente de ações políticas.

Atualmente, diante das limitações impostas pelo contexto pandêmico e da dificuldade de estar expondo-se presencialmente, o principal meio de propagarem suas perspectivas, defenderem seus direitos e protestarem pelos inúmeros absurdos de corrupção e crimes que vêm acontecendo contra a saúde pública, tem sido a utilização de plataformas digitais como ferramenta para manifestar seus posicionamentos políticos. Entre as plataformas populares mais utilizadas no momento, as que se destacam são: YouTube, Instagram, Meet e Zoom.

A internet tem oferecido um conjunto de ferramentas considerado de suma importância para o ativismo e a participação política no espaço social (CAMARGO; MAGNONI; MIRANDA, 2018), principalmente dada às condições vivenciadas no momento. Através dela tem sido possível minimizar as limitações e viabilizar de forma segura a participação política.

Nos últimos anos, antes mesmo da pandemia, novas formas de socialização da atividade política têm encontrado expressão em mobilizações coletivas através das mídias digitais. Matos (2009) acredita que a internet tem potencial para a formação de um capital social compreendido como “um fator de participação política autônoma que apresenta efeitos sobre o capital humano, facilitando as relações sociais de interdependência e interação por meio das redes sociais” (MATOS, 2009, p. 101).

A internet é vista por diversos estudiosos como uma espécie de “ingrediente revigorante” da esfera pública argumentativa. Duas das condições que se destacam para ter esse entendimento, são elas: a oportunidade de expressão para vozes marginais e a possibilidade de surgimento de discursos, superando barreiras como espaço e tempo (MARQUES, 2006). Levantar pautas que fazem parte do cotidiano de pessoas comuns e trazer discussões de forma acessível no que diz respeito à complexidade e modo de aquisição, permite que sujeitos reais sejam visibilizados.

Martino (2015) afirma que “quem participa das redes online são seres humanos ligados às redes do mundo desconectado [...] Assim como o mundo real é levado para as redes sociais digitais, as discussões on-line têm o potencial de gerar atitudes e ações no mundo físico” (p. 58). As ações realizadas na rede alimentam as atividades desempenhadas na vida diária e conseqüentemente as atividades da vida cotidiana refletem no que tem sido gerado nas redes.

A participação das/os jovens no ambiente virtual demonstra que o ativismo político dessa categoria está ligado a cultura do momento, a cultura digital e às redes sociais. A pesquisa Juventude Conectada (2016) considerou que o ativismo e a participação social das/os jovens conectadas/os se deu principalmente a partir de experiências como a primavera árabe, o Occupy Wall Street e as manifestações de junho de 2013, especificamente no Brasil. Essa pesquisa mostrou que entre as atividades mais comuns realizadas a partir da internet tinha sido: acesso a redes sociais, troca de e-mails e de mensagens instantâneas.

A pesquisa acima citada indicou que as comunidades virtuais têm recorrido a importantes plataformas adicionais que têm sido criadas para facilitar a participação da

população no ciberespaço, quer sejam elas de natureza política, educacional ou cultural. De acordo com ela, a partir das manifestações e incorporações dessas dinâmicas de atuação, “ficou evidente que os novos ativismos estariam ligados à cultura digital e às redes sociais na internet” (JUVENTUDE CONECTADA, 2016, P.122).

As mídias digitais têm se consolidado como espaços de mobilização e participação política, proporcionando aos sujeitos comuns não só informação aos usuários, mas também a oportunidade de produção e compartilhamento de conteúdos. Na cultura digital em que vivemos, não tem como negar as mídias digitais como espaço de mobilização e ativismo, assim como enquanto espaço de ressignificação e reconfiguração dos modos de participação política, principalmente no que diz respeito aos modos de consumo, produção, circulação e reflexão.

Quando pensamos nas novas expressões que a juventude tem incorporado a suas práticas e produções de fazer política, o *slam* é uma das experiências da atualidade com capacidade de conciliar política, crítica, arte e cultura. Considerado como um novo fenômeno de poesia oral e performática, os *slams* são as competições ou batalhas de poesias que dão vez e voz às poetisas e poetas da periferia, e elas/eles versam sobre as adversidades que lidam em seu cotidiano. Entre os principais temas abordados de forma crítica e engajada em suas criações, destaca-se o racismo, a violência, o machismo, o sexismo, que são postos de maneira crítica e engajada para gerar escuta, reflexão e politização (NEVES, 2004).

O *slam poetry*, ou simplesmente *slam* é uma forma de poesia performática desenvolvida por Marc Kelly Smith, em Chicago, na década de 80, baseado principalmente nos pilares da poesia, performance, competição, interatividade e comunidade (SILVA, 2020). Para Neves (2004), o *slam* poderia ser definido de diversas maneiras: “uma competição de poesia falada, um espaço para livre expressão poética, uma ágora onde questões da atualidade são debatidas ou até mesmo mais uma forma de entretenimento” (p.93). O autor declara que é difícil defini-lo de modo simplificado, pois ele vai além de um acontecimento poético, trata-se de um movimento social, cultural e artístico.

O *slam* não funciona para evidenciar apenas os fenômenos que se passam no momento presente, ele também constrói narrativas e sons de acontecimentos passados, mas que consideram importante ser lembrado, sendo capaz de evocar variadas

contestações acerca de problemas sociais como o racismo, conflitos de classe, violência policial, violência contra a mulher, e poluição ambiental, chegando a questões estritamente políticas como nesse caso o porte de armas e a eleição de Bolsonaro (SILVA 2020, p. 49).

Os *slams* são caracterizados como espaços democráticos de engajamento e crítica social e política a qualquer fenômeno, porém algumas categorias conseguem ter destaque e presença mais frequente em suas construções, sejam elas nos âmbitos de causas específicas – racismo, machismo, homofobia –, espaços – morro, favela, periferia –, e/ou sujeitos – minorias, negras/os, LGBTQIA+. É importante ressaltar que no processo de construção da identidade política através do *slam* nem todas/os as/os participantes são os protagonistas dos problemas sociais colocados em questão na construção do poema, mas constroem uma identificação com a causa (SILVA, 2020).

Hooks (2017), ao comentar sobre o valor da teoria, lembra que “em diversos contextos a palavra escrita tem um valor visual mínimo (...) por isso nenhuma teoria que não possa ser comunicada em uma conversa cotidiana pode ser usada para educar o público” (p. 90). A autora critica teorias que são acessíveis apenas a determinados grupos ou que deslocam a teoria da prática.

Nesse sentido, Jasper (1997) considera que o *slam* pode ser visualizado como uma ocupação de locais simbólicos ou estratégicos, através de uma retórica verbal e visualmente provocativa. É através da forma poética e performática que as vozes de uma multidão periférica e marginalizada deixam de ser invisibilizadas e tornam-se resistências. Como conclui Alcalde (2016): “É preciso mostrar poetas para além dos livros didáticos. (...) É preciso trazer a poesia para a oralidade, para o corpo, para a atualidade” (p. 10). Nós concordamos e consideramos que é preciso trazer prática alinhada aos nossos discursos, para assim nossas experiências conseguirem ter impacto transformador e expressivo nas causas que pretendemos defender.

A partir desses três exemplos de participação evidenciados no mosaico, vistas tanto na literatura quanto na experiência das/os jovens no dia a dia, podemos destacar que diversos elementos políticos se evidenciam nestas e em tantas outras experiências que não foram abordadas aqui. Entre eles, a aposta em grupos menos hierarquizados, a autonomia e autogestão entre as/os próprias/os jovens, a participação dialogada e em conjunto com diferentes movimentos sociais, em espaços físicos ou virtuais, com atravessamentos de gênero, raça, geração, contexto histórico, social e geográfico.

A maneira com que essas experiências se manifestam nos levam a compreensão de que a juventude, a sociedade e a política não podem ser compreendidas de um modo

estático e indissociado. As/Os jovens militantes são reflexos de um contexto histórico ao qual estão inseridas/os e que ao mesmo tempo constroem na contemporaneidade. A relação entre política e juventude parece ir do desinteresse a um engajamento constante. O que buscamos ressaltar é justamente o risco de não cair nesses extremos, e considerar não o “desencanto nem a inovação, mas a experiência do cotidiano e as formas de ação política que aí se ensejam” (CASTRO; MAYORGA; PRADO, 2012, p. 262) – plurais, mutáveis, contextualizadas.

2 JUVENTUDE DO MST EM LUTA PELA VIDA E POR DIREITOS

Acordar mais cedo!
Convocar o povo para juntos
Fazermos o amanhecer!
Cheios de Esperança!
Tornarmos o nosso cotidiano
verdadeiramente revolucionário⁵.

Os estudos relacionados às juventudes e seus modos de participação política demandam que levemos em consideração de forma crítica, ética e contextualizada, as nuances que se relacionam a essas categorias, dadas as especificidades e complexidades que os atravessam. Quando nos aprofundamos em uma categoria mais específica – a da juventude rural –, e que só muito recentemente tem surgido como questão de interesse para a academia, os desafios para uma boa análise são ainda maiores. Neste sentido, este capítulo buscará compreender a necessidade e a importância de problematizar essas dimensões de ser jovem em um contexto rural e de atuar politicamente nele.

Quando se fala em participação política em contextos, grupos ou movimentos sociais específicos, é necessário explorar a história, conhecer seus valores, compreender seus objetivos, razões de luta e identificação com as produções de sentidos e afetações que a inserção nesses espaços é passível de promover. Por isso, assim como consideramos a pluralidade das juventudes em geral, como já mencionado no capítulo anterior, no caso específico das juventudes rurais, assim também o faremos. Ela será pensada a partir da pluralidade que atravessa essa experiência.

Este estudo se debruça sobre a juventude do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – movimento social que se desdobra como uma das possibilidades de participação política que as/os jovens rurais podem ter. Neste capítulo especificamente, discutiremos a história da constituição do MST, as trajetórias de lutas do Movimento e a ampliação de suas pautas, além de explicar os modelos de participação e re(x)istência que a juventude tem manifestado atualmente.

⁵ Trecho retirado da orelha do livro “O vigor da mística” de Ademar Bogo, Caderno de Cultura nº. 2, MST, SP, novembro de 2002.

2.1 MST: semeando resistência

A história do Brasil nos relata que desde a colonização o país apresenta um histórico de concentração de terra sob posse de poucos. As estratégias para essa concentração nas mãos das oligarquias que se erguiam no Brasil se davam de múltiplas maneiras: desde a doação de sesmarias por parte do rei aos nobres que vinham de Portugal, até a Lei de Terras de 1850, como é conhecido o projeto que estabelecia a relação de compra como a única forma de adquirir a posse da terra – esta lei impedia que grupos familiares que tinham suas vivências associadas ao espaço rural se territorializassem e construíssem seus próprios espaços.

Desde o processo de colonização até por volta da metade do século XX, não existiram mudanças significativas nessas relações de posse e divisão das terras. Ao longo da história brasileira, esta centralidade desencadeou e desencadeia significativos conflitos – inclusive de sangue – na luta pela democratização dos territórios (FIRMINIANO, 2009). A partir da segunda metade do século passado, três mediadores sociais ganharam destaque junto às esferas das/os trabalhadoras/es rurais no que se refere à luta pela terra. Foram eles: as Ligas Camponesas; a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o movimento de trabalhadores que se tornaria o que hoje é denominado como MST.

O contexto de surgimento das Ligas Camponesas se deu na década de 50, no governo de Juscelino Kubitschek, a partir da introdução de tecnologias industriais nas atividades agrícolas, quando ao tempo em que promovia novo funcionamento de produção no contexto camponês, também excluía, expulsava e expropriava famílias de seus espaços de origem e modos de vida distintos (FIRMINIANO, 2009). O movimento de mobilização das Ligas se deu principalmente com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que deu às questões agrárias uma conotação política (LEITE; DIMENSTEIN, 2011a).

A história relata que o auge dos conflitos por conta da concentração de terras aconteceu no período do regime militar, momento marcante para que os camponeses desapropriados e os trabalhadores rurais desempregados, excluídos do sistema econômico, político e social, reivindicassem tanto por posse de terra quanto pela construção de novos tipos de organização social no campo (FRANÇA, 2009).

No fim da década de 70, por meio da criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Igreja Católica, influenciada pela Teologia da Libertação, passa a se inserir de forma mais ativa no meio rural com o intuito de provocar uma leitura diferenciada sobre a

realidade de exploração do trabalho, a concentração fundiária e a violência no campo. Tal entrada promoveu ações de conscientização dos trabalhadores rurais com a finalidade de fomentar a criação de organizações, como sindicatos e associações comunitárias, que pudessem superar esses dilemas, representar e lutar pelos interesses coletivos.

Evidencia-se a Teologia da Libertação, a partir das vivências das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), como um importante elemento no processo de constituição das organizações de luta pela terra, que apesar da conjuntura histórica de censura e repressão, tinha na igreja católica como uma das poucas instituições que ainda possibilitava certo “espaço de liberdade, participação e resistência” (FRANÇA, 2009, p. 228), tendo assim permitido a germinação do que logo mais tarde se tornaria o MST.

Com o apoio da Comissão Pastoral da Terra e a abertura democrática, abre-se terreno fértil para a criação do MST, que se solidifica em 1984, quando apesar de um período político delicado, em que ainda não havia liberdade de organização devido ao movimento de transição do período de ditadura militar, já iniciava uma dinâmica diferente das décadas anteriores. A Igreja Católica desempenha aqui um papel de propulsora de movimentos que abarcavam aos agricultores, indígenas, intelectuais, operários e comunidade no geral (CORSO, 2012).

Segundo Gomes (2001), o nascimento do MST se deu através do “exercício do poder dos segmentos excluídos ou sem possibilidade de se reproduzir como produtor rural” (p. 57), que ao resistir a essa situação, constroem a luta junto com várias instâncias da sociedade. As/Os trabalhadoras/es rurais foram se construindo aos poucos enquanto sujeitos sociais, políticos e ativos que lutam para mudar a situação de violência e pobreza a que foram submetidas/os (FRANÇA, 2009).

Considerado, atualmente, como um dos mais destacados movimentos sociais da América Latina e reconhecido internacionalmente principalmente por suas ações nos campos da reforma agrária, da educação e da democracia, tem como principais características defender o interesse das/os trabalhadoras/es rurais (FRANÇA, 2009), lutar pela reforma agrária e pela permanência do/a agricultor/a no campo com qualidade e assistência. Além disso, procura denunciar implicações perversas da modernização do campo, confrontar o Estado e latifundiários por meio da ocupação de terras improdutivas (LEITE; DIMENSTEIN, 2011a) e buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais (FRANÇA, 2009).

Leite e Dimenstein (2010) afirmam que o avanço do Movimento é guiado por uma fase de atuação que configura a ampliação de suas pautas e bandeiras que vão desde a luta pela terra até à proposição de um outro modelo de sociedade:

[...] já que em sua pauta de reivindicações são visíveis a integração e conexão com questões que extrapolam interesses de lutas localizadas, para uma dimensão em escala planetária (combate às sementes geneticamente modificadas e a incorporação de uma agenda de lutas em torno do desenvolvimento sustentável, da agroecologia, da biodiversidade, da educação, saúde, produção, luta contra o aquecimento global etc.) (p. 270).

O MST percebeu a “necessidade de ampliar sua luta para além do acesso à terra” (LEITE; DIMENSTEIN, 2011a, p. 38), e dessa forma, buscou acolher a pluralidade e construir um movimento heterogêneo, com pautas voltadas às relações de trabalho, gênero, educação contextualizada e orientação religiosa, direcionadas a todos os públicos. Castells (2006) destaca que essa efetiva participação em esferas diversificadas do sistema social é um dos fortes componentes dos movimentos sociais atuais.

O MST é constituído atualmente como um movimento social que atua politicamente articulado a outros movimentos e instituições – como partidos políticos, igrejas, organizações não-governamentais e entidades nacionais e internacionais, como a Via Campesina. Seus avanços em relação aos âmbitos de articulação são guiados pelas reivindicações e atuações sobre questões que vão além do interesse da luta pela terra, como já mencionado.

As mudanças de ampliação das pautas de lutas foram avaliadas como necessárias por conta da alteração da natureza da reforma agrária. Enquanto em alguns países da Europa e nos Estados Unidos a estrutura da propriedade foi alterada através de uma reforma, com intuito de democratizar o acesso à terra e tornar as/os agricultoras/es consumidores internos, no Brasil foi o oposto. As políticas implementadas facilitaram a concentração das terras nas mãos de uma elite agrária – principalmente no período da ditadura militar – e elas passaram a ser consideradas como mercadorias de especulação (MST, 2007; MARTINS, 2000).

Assim sendo, as/os dirigentes e teóricas/os do MST perceberam que a pauta pela reforma agrária no contexto brasileiro precisaria passar por uma luta contra o modelo econômico e político, tendo não apenas as/os latifundiárias/os como inimigas/os, mas também e principalmente o modelo econômico neoliberal e imperialista (MST, 2007). Esse processo de ampliação de suas ações contra não apenas mais um “inimigo”, leva o

MST a alinhar-se a outras/os atriz/atores sociais que também encaram esse modelo econômico como adversário (LEITE; DIMENSTEIN, 2011a).

Neves (2004) comenta sobre o surgimento e consolidação de variadas ações que se apresentam enquanto denúncia contra os efeitos desumanos de tal sistema econômico e que se articulam para combater as ofensivas do projeto neoliberal sobre diversas regiões do mundo. Por exemplo, os movimentos de natureza popular, os de inspiração ecológica ou os de reconhecimentos das identidades de gênero, étnica entre outros, como o Fórum Social Mundial (FSM) do qual foi um dos movimentos que se destacou e apontou para uma convergência de embate global sobre o capital.

No decorrer de sua história, o MST se caracteriza por ser um movimento atento às necessidades sociais e políticas de seu tempo, e por buscar dialogar com pautas diversificadas que atravessam seu objetivo principal de luta pela terra e da crítica ao sistema econômico hegemônico e neoliberal, pauta também a questão feminista, o meio ambiente, as questões da diversidade sexual, a educação do campo, entre outros.

Nesse sentido, o crescimento das pautas de lutas junto às conquistas dos assentamentos rurais, fez com que novas demandas surgissem para o Movimento. Entre elas, os serviços de saúde, saneamento, escolas e estradas de qualidade. Essas demandas fizeram com que o MST começasse a criar uma estrutura organizativa em que as atividades que eram realizadas a níveis municipais, estaduais e federais fossem institucionalizadas (LEITE; DIMENSTEIN, 2011a). Os setores são exemplos de uma estratégia de organização de como essas pautas se estruturaram no movimento e se concretizam de forma prática coletiva. Ele corresponde a “um conjunto de ações e atividades realizadas por um grupo de pessoas e que representa demandas específicas” (LEITE; DIMENSTEIN, 2011a, p.38). Existem os setores de Formação, de Frente de Massas, de Gênero, de Educação, entre outros. Cada um desenvolve ações voltadas para contemplar suas principais necessidades.

No caso do setor de Formação, por exemplo, as ações se voltam para a realização de cursos de formação política, com o objetivo de fazer com que as/os militantes passem a ter uma melhor compreensão sobre questões teóricas e práticas que atravessam suas realidades. O setor de Frente de Massas é responsável por realizar reuniões e apresentar os princípios gerais do MST, atuando diretamente com a base e promovendo a inserção das pessoas para o Movimento. As lutas em relação às demandas sobre educação do campo e ao protagonismo mais efetivo das mulheres por meio da conquista de direitos e representatividade, também fazem parte das ações de quem está nestes setores.

Outra pauta que tem se destacado no Movimento, a nível também internacional, é a do combate ao agronegócio, fenômeno considerado pelo MST como extremamente danoso para a agricultura sustentável e arriscado para a alimentação dos países que se deixarem levar por este modelo de desenvolvimento agrícola. A interferência de transnacionais no processo de produção agrícola tem tornado outras formas de produção inviáveis e sufocado alguns âmbitos, como o da agricultura familiar.

Essa busca do agronegócio em dominar a cultura agrícola dar-se pela:

[...] internacionalização das ações dessas empresas, pelo controle de preços de produtos, serviços e do mercado consumidor, controle das sementes transgênicas que traz em si domínio tecnológico e leis de patentes para comercialização do produto, padronização dos alimentos, controle da biodiversidade, exploração em forma de monocultivo entre outros. (LEITE; DIMENSTEIN, 2011a, p. 42).

O fato do agronegócio se expandir a nível planetário faz com que diversos movimentos sociais que lutam contra esse modelo se articulem para que o combate também consiga ter aderência em proporção semelhante. Assim como o modelo econômico que influencia a expansão do agronegócio vem sofrendo sucessivas mutações, os movimentos sociais também sofrem as transformações em função da necessidade de buscarem enfrentar essas estratégias capitalistas.

O Movimento tem buscado estar atento aos impasses que impedem o desenvolvimento econômico, político e social das/os suas/seus e das/os que lutam por uma sociedade mais crítica e igualitária em direitos e oportunidades. Levando em conta essas considerações já mencionadas, o MST tem se desenvolvido enquanto um movimento forjado historicamente pelo diálogo que consegue estabelecer com a sociedade, com o seu tempo e com outros movimentos sociais. É neste cenário, rico em modos de ser e fazer política, atravessado por diferentes categorias, que faremos uma discussão para conhecermos as/os jovens que são o centro dessa dissertação.

2.2 Juventudes e vivências rurais

Os estudos baseados em perspectivas sociológicas consideram que os locais/territórios são construídos por aspectos históricos, econômicos, culturais e sociais que influenciam no significado que o espaço tem para os sujeitos que neles convivem (PAULO, 2013). No caso do espaço rural, o modo de vida gerado não depende apenas do

espaço físico com o campo e o trabalho na terra, mas com a ligação subjetiva que é gerada através da relação de convivência e trocas com o local na construção das relações, de vida, de experiência e de coletividades (OLIVEIRA; PRADO, 2013).

A compreensão sobre ruralidade e seus sinônimos precisa ir para além de uma lógica binária de contraposições entre rural *versus* urbano, campo *versus* cidade. O entendimento tido sobre esta categoria faz referência à noção de território não apenas como espaço físico e geográfico, mas principalmente como uma representação social de um fenômeno cultural historicamente construído, considerada enquanto um processo dinâmico, de constante reestruturação de seus elementos culturais – por intermédio de novos costumes, tecnologias e relações (CARNEIRO; CASTRO, 2007).

Levantamentos bibliográficos realizados por Lopes e Carvalho (2017), identificaram que na psicologia, durante muito tempo, os estudos sobre ruralidades não eram pautados ou até ignorados pelos cientistas e profissionais dessa área. Ao considerar o urbano como preponderante em relação ao investimento de pesquisas teóricas e práticas, os estudos se aprofundavam e se aproximavam dos sujeitos urbanos e, conseqüentemente, deixavam de lado e se afastavam dos que estavam no meio rural. Assim, o rural era entendido como o local a ser transformado, evoluído e não necessariamente vivenciado.

Lopes (2007) afirma que a aproximação da psicologia às demandas relacionadas ao campo tem ligação tanto com os questionamentos e incitações de movimentos sociais e políticos que surgem no meio rural, quanto com a diversidade e ampliação de campos de discussão que a psicologia passa a explorar, problematizar e agir, em conjunto com atores diversos.

Um fenômeno que vale ser ressaltado na análise da inclinação do olhar para o contexto rural é que no Brasil, as/os psicólogas/os que realizaram pesquisas nessa área tiveram em sua experiência de vida alguma relação com o meio rural. Esses fatos evidenciam e reforçam o quanto a pesquisa fala sobre quem a realiza, seja diretamente ou indiretamente, sendo incapaz de ser neutra e afastada do contexto vivencial, histórico, social e político de quem a explora.

Por um longo período da história, as pesquisas relacionadas ao contexto rural em geral já não eram levantadas como necessárias, a especificidade da juventude rural muito menos. Durante um bom tempo, a juventude rural não foi explorada como campo de estudos ou atenção para políticas específicas, por exemplo (CASTRO, 2009). Segundo Castro (2009), uma das causas para os poucos estudos na área era o fato desta população representar cerca de apenas 4,5% da população jovem do Brasil. Para a pesquisadora, a

invisibilidade das/os jovens rurais enquanto sujeitas/os a serem estudadas/os é ocasionada também por um suposto desinteresse já citado em relação às discussões em contextos rurais, fato que ecoa até mesmo na formação subjetiva dessas/es jovens.

É importante ressaltar que a juventude, seja ela urbana ou rural, não pode ser considerada de forma homogênea. A juventude é uma categoria discutida no mundo social e acadêmico, vista como construída social e culturalmente (CASTRO, 2005; ABRAMO, 2005). As/Os estudosas/os consideram que não existe uma identidade juvenil que possa ser considerada como universal, mas identidades ou condições juvenis que têm relação com dimensões históricas, sociais, culturais, regionais, de gênero e raça. Dessa forma, como dito anteriormente, não se pode pensar em uma juventude rural, mas juventudes rurais.

Ao considerar as juventudes como construídas social e culturalmente, Jhon Durston (1998) busca visibilizar as juventudes rurais como sujeitos sociais e históricos, levando em consideração que até a década de 90 essa categoria não era reconhecida no universo rural como possuidora de especificidades, mas tida como parte de um contexto familiar que tinha como foco a preservação da propriedade e a reprodução daquele modelo de vida (WANDERLEY, 2000). Para Durston (1998), a juventude rural é um período da vida equivalente ao intervalo entre a puberdade e o momento de assumir as responsabilidades de adulto correspondentes a tornarem-se chefes de família.

Foi nesta mesma década que os estudos relacionados a esta categoria iniciaram-se com maior consistência e passaram a visualizar temas relativos, principalmente, ao êxodo rural e sucessão da propriedade familiar. Os resultados do levantamento bibliográfico realizado por Castro, Martins, Almeida, Rodrigues e Carvalho (2009), no início deste século, apontam para uma contínua associação das/os jovens rurais à migração, ignorando outras dimensões de sociabilidade e vivências experienciadas por essas/es mesmas/os jovens⁶. Além disso, afirmam que esta perspectiva baseia-se em uma visão sintetizada das juventudes, por desconsiderar contextos como os familiares, regionais, sociais e políticos, que são transversais a elas e consideráveis nas análises realizadas.

Levar em consideração as discussões sobre êxodo ou permanência, e compreender as migrações para a cidade, têm relação com o que Stropasolas e Aguiar (2010) chamaram de ‘condição do meio rural’ – em que o que favoreceria o êxodo rural estaria relacionado

⁶ Com base nos estudos e análises realizadas, quando associamos as/os jovens à migração, estamos nos referindo às/aos jovens sem oportunidades, inseridas/os em uma determinada classe social – os “agroboys”, por exemplo, também são jovens rurais e podem até migrar, mas não pelas mesmas questões.

a uma questão econômica relacionada à baixa capacidade de oferecer oportunidades de renda fixa, acesso à infraestrutura e serviços básicos.

Para tais autoras/es, se as expectativas que as juventudes criam em relação ao futuro não conseguem ter prospecção nos modos em que se encontram no meio rural, elas passam a direcioná-las ao meio urbano, que, do ponto de vista juvenil, pode oferecer maiores possibilidades para realizações nos âmbitos pessoais, profissionais e financeiros. Principalmente no que diz respeito ao acesso à educação e aos aspectos de renda “fixa”, “mensal” – já que o exercício das atividades agrícolas gera insegurança pela renda instável.

Ao longo do tempo, o surgimento de políticas mais específicas para a melhoria das condições econômicas das atividades rurais – como a da Reforma Agrária –, junto a maior precarização da vida urbana, promoveram uma tendência à reversão do êxodo rural e migração evidenciada nos primeiros estudos sobre juventude rural (LOPES e CARVALHO, 2017). Em tal circunstância surgem novas perspectivas, discursos e sociabilidades associadas a ela, o que fez com que discussões começassem a se voltar inclusive para mobilizações de lutas políticas, militância, processos identitários e subjetivos.

Para Castro (2009), esta juventude⁷ tem emergido dos meios dos movimentos sociais rurais como uma categoria política que retrata o desdobramento de diversas lutas e articulações coletivas, com intuito de reconfigurar suas identidades e as relações com a terra. Assim, a visão de uma/um jovem rural descontextualizada cede espaço para o surgimento de uma juventude com atuação política tanto no campo da luta pela terra, quanto na busca por direitos de permanência nela.

Atualmente, estas/es jovens atuam em espaços específicos de discussão para unir aquelas/es que se identificam com os movimentos sociais do campo e se preocupam em garantir melhorias para sua perpetuação neles. Os movimentos juvenis geralmente se constroem e se fortalecem através dos momentos de encontros e discussões, que tem a dupla possibilidade de aproximar as/os interessadas/os e envolvidas/os em determinados assuntos, assim como corroborar para consolidar vivências relacionadas à militância e às experiências pessoais, enquanto atriz e ator político (CASTRO, 2009).

⁷ Partimos da compreensão de que existem diferentes vivências juvenis no contexto rural que passam por valores, visões de mundo e modos de expressão variados. No entanto, a juventude rural citada por Castro (2000) e a que tratamos aqui se refere a uma juventude com atuação no campo dos movimentos sociais rurais.

Compreende-se que esses espaços de troca entre as/os jovens reforçam as razões das demandas que anseiam e fortalecem o sentimento de coragem, além de proporcionar a criação de uma rede afetiva com impactos positivos para a estrutura psicológica, autoestima, segurança e satisfação das necessidades dos sujeitos militantes, o que possibilita “a formação de sentimento de pertencimento e enraizamento no espaço, ressaltando a necessidade de um lugar para expressão de sua subjetividade” (LOPES; CARVALHO, 2017, p. 5).

Além de algumas dificuldades estruturais em relação ao acesso à escola e ao trabalho, por exemplo, as/os jovens rurais também são vítimas de uma violência simbólica – que diante dos processos de industrialização e urbanização, refere-se ao território rural como inferior e subalterno. No caso das/os jovens rurais provenientes de terras ocupadas pela improdutividade de grandes latifúndios, os relatos são de que elas/es são tidas/os como ‘mal-educadas/os’ ou baderneiras/os, acusadas/os de terem violado o direito da propriedade privada, por parte daquelas/es que acreditam que o acesso à terra deve ocorrer apenas pelo modelo de compra e venda do mercado capitalista. Mesmo seus espaços fazendo parte de uma política pública de democratização de acesso à terra, sofrem com as representações sociais negativas (LOPES; CARVALHO, 2017).

Castro (2009) percebe que além de serem estigmatizadas/os nos espaços urbanos como roceiras/os, algumas das vezes são tratadas/os entre as/os suas/seus, na própria casa, como “urbanas/os” demais para despertar interesse para continuar a desenvolver o trabalho dos familiares na terra.

Quando se observa o funcionamento dessas relações cotidianas das juventudes com o contexto rural, percebe-se também que muitas das vezes as/os jovens vivenciam limitações quanto ao espaço de participação, possibilidade de serem ouvidas/os ou capacidade para conseguir se colocar em espaço de decisão, por outras/os acharem que elas/es possuem pouca seriedade ou mesmo por “deslegitimação dos filhos por serem jovens” (CASTRO, 2009, p.194) e não possuírem opinião relevante nos momentos decisivos sobre assuntos familiares, sobre espaços coletivos ou organizativos, segundo alguns adultos e familiares.

A ausência de credibilidade dada ao protagonismo da juventude revela a permanência das relações hierárquicas em relação a critérios geracionais já discutidos no capítulo anterior. Uma pesquisa realizada por Castro (2009) alega que jovens líderes de reconhecidos movimentos sociais nacionais afirmam vivenciar esse tipo de relação de subordinação até nos espaços políticos de assentamentos e acampamentos. Essas/es

jovens expressam que isso ocasiona sentimento de desvalorização e até desânimo em relação às pautas de reivindicações e demandas de transformação que buscam realizar. Episódios de desconsideração e desvalorização também são comuns. Evidenciados inclusive pela negação ao acesso de certos espaços de decisão, por serem consideradas/os jovens demais.

Mattos e Mesquita (2013), comentam sobre a necessidade de reconhecer que a posição de subordinação vivenciada pela juventude em nossa sociedade acontece em variados contextos. Entretanto, não se mostra capaz de provocar uma luta política, sobretudo porque “[...] a posição hierarquicamente inferior, tutelada e supostamente imatura do jovem [...]” (p. 478) tem sido naturalizada e não dada importância na maioria das relações. A sobreposição desses e outros tipos de violências e/ou preconceitos evidencia a invisibilidade das juventudes.

Procurar abordar essas questões que aparentemente são contraditórias nos movimentos é uma busca por lançar olhares sobre os jogos que atuam nas relações de visibilidade e invisibilidade de protagonismo. O que, portanto, nos ajudará a compreender como a participação política das/os jovens do MST tem se dado na prática no interior do Movimento em Alagoas.

Apesar de serem compreendidas/os por algumas/uns como sujeitos inexperientes ou sem capacidade suficiente para participar ou construir certas frentes que requerem responsabilidades, Castro (2009) afirma que podem sim ser consideradas/os como agentes de transformação social. Não é porque essas/es jovens não apresentam as mesmas demandas ou estratégias de luta que seus pais e suas mães tiveram no início do MST que suas articulações coletivas ou pautas baseadas nos contextos atuais da sociedade são menos importantes ou desnecessárias de serem ouvidas.

Assim como nossos valores não têm sentidos fixos e passam por transformações (a depender dos contextos e temporalidades), os ideais de luta dos movimentos sociais também. Nesse sentido, as pessoas que compõem os movimentos políticos também precisam acompanhar as mudanças e revisitar seus modos de engajamento nas mesmas (VINADÉ; GUARESCHI, 2007), já que parte do progresso e desenvolvimento dos movimentos tem ligação direta aos modos de participação e comprometimento das/os integrantes (LEITE; DIMENSTEIN, 2011b).

2.3 Juventude do MST: participação política e re(x)istência

Eu poderia desejar mil coisas.
 Mas eu desejo respeito!
 Eu poderia chorar por mil coisas.
 Mas choro pelo sangue derramado
 num país onde o ódio é constante.
 Choro pelo preconceito que vai
 além da estética, que estupra,
 que sonega e ainda clama por ética.
 Eu poderia gritar por mil coisas.

Mas sinto-me nua.
 Despida de coragem,
 Eu poderia desistir por mil coisas.
 Mas isso eu deixo para os covardes
 que violentam, alienam, aprisionam.
 Sim! Eu poderia desistir por mil coisas.
 Mas resisto, não calarei diante das injustiças.
 Não calarei enquanto outro sofrer.
 Pois o meu silêncio é de respeito
 e não de covardia.
 Meu silêncio me ajuda a
 reascender a rebeldia!

Meu silêncio
(Silvania Soares)

Como mencionado no tópico anterior, assim como as juventudes são construídas social e culturalmente, as juventudes rurais também são sujeitas sociais e históricos, possuidoras de especificidades e compreendidas a partir dos atravessamentos de classe, gênero, raça e contextos dos quais fazem parte. A juventude a qual nos debruçaremos neste tópico, diz respeito a um grupo com atuação no campo, o Movimento de Trabalhadoras/es Rurais Sem Terra, o MST.

Quando especificamos a juventude do MST, precisamos compreender que consolidar este grupo implica em ressignificar o rural e o urbano, aumentar as possibilidades de organização e criar espaços de atuação para as/os jovens que querem permanecer no campo e garantir sua existência nesses espaços. Organizar-se na luta por mudanças sociais que as/os beneficiem é buscar posicionar-se contra o esvaziamento do campo e os conflitos intergeracionais, e lutar a favor das disputas por reconhecimento das suas atuações (CASTRO, 2009).

Como forma estratégica de permanência, atuação e organização política dessa/es jovens para garantir aos seus grupos a continuidade da luta por suas necessidades e a

possibilidade de desenvolvimento de projetos de seus interesses, surge no interior do Movimento o coletivo específico para a juventude. Nessa oportunidade, formaliza-se a instância juvenil do MST e o lugar de reconhecimento no interior dos movimentos rurais como atriz e ator político do Movimento. É importante ressaltar que a consolidação dessa categoria enquanto coletivo não se deu de forma repentina e sem histórico de participação ativa da juventude. Ela se deu de modo processual e a médio prazo – para entendermos melhor, descreveremos como aconteceu.

Sensível às necessidades sociais as quais o Movimento precisava acompanhar, o MST, com toda sua capacidade de organização, foi se estruturando conforme as especificidades das demandas que o dia a dia requeria – meio ambiente, produção, formação, comunicação, educação, finanças, gênero e outras. Em relação especificamente à juventude, nos primeiros anos da fundação do MST, os trabalhos eram mais voltados para a educação e preservação do meio ambiente nos acampamentos e assentamentos.

Quando o Movimento completou uma década, percebeu que era necessário ampliar suas ações para além das questões da terra e contar com atrizes e atores sociais que, direta ou indiretamente, se encontravam dentro dos espaços de atuação do MST. Sobre este período, CASTRO, S. (2005) nos conta que o MST teve como emblema de comemoração de sua primeira década o lema “reforma agrária, uma luta de todos!”. Tratava-se de “um redirecionamento das suas ações para além das suas demandas de terra, ou seja, volta-se o olhar para outros atores sociais de fora e de dentro dos espaços de atuação, olhando para quem o compõe” (p. 38).

Durante a década de 1990, a participação das/os jovens nos eventos de âmbitos estaduais, regionais e nacional teve um crescimento significativo. Esse envolvimento, junto a olhares para este grupo que estava compondo diretamente as ações do Movimento, motivou a ocorrência de atividades com esta juventude e então mobilizou o MST a criar um espaço mais voltado para as/os jovens. Sales (2003) relata que:

Inicialmente, até a segunda metade da década de 1990, as experiências eram localizadas, mas logo os trabalhos com a juventude foram contaminando o conjunto do Movimento, o que significou um novo direcionamento no sentido da organização dos assentados. O mapeamento de ações locais envolvendo jovens assentados mobilizou o MST a criar um setor específico para a juventude na sua estrutura, inclusive associando-o à ideia de cultura - Setor de Juventude e Cultura (p. 139).

Foi a partir desse contexto que, em 1999, o Movimento percebeu a importância de constituir, nacionalmente, um espaço de formação política voltado especialmente para as/os jovens e assim realizou o I Curso de Realidade Brasileira Para Jovens do Meio Rural. A partir desse momento a juventude surgiu como demanda organizativa e teve a criação de seu setor específico (CASTRO, S. 2005).

Para o MST, a juventude está relacionada a um potencial revolucionário com capacidade de operar rupturas e confrontar com as injustiças sociais. Ela foi compreendida como um dos meios para alcançar transformações e também para compartilhar identificação, pertencimento, ideais sobre a luta social e atribuir para si a missão das mudanças (CASTRO, S. 2005).

O Movimento descreveu, em 1998, no documento de “Proposta para Organização da Juventude do MST”, “como deve ser uma/um jovem do MST”:

O jovem do MST deve ser a vanguarda frente a toda e qualquer opressão, ser exemplo vivo não perdendo o entusiasmo juvenil, estímulo, garra e coragem de lutar. (...) Expressar sua rebeldia e seu espírito de coragem e luta, com isso um grande senso de dever para com a sociedade que estamos construindo, com nossos semelhantes enquanto seres humanos, com todos homens e mulheres, o nosso compromisso de dever revolucionário (MST, 1998a, p. 3).

Tornar-se jovem do MST se dá através de uma dinâmica processual das experiências e vínculo com o Movimento, em que a/o Sem Terra, como atriz e ator sociocultural em movimento, constrói uma relação de pertencimento ao MST, a um coletivo que se insere progressivamente na sociedade, gerando sentido a sua constituição histórica (CALDART, 2000).

Quando indagadas/os sobre o que é ser juventude Sem Terra, as/os jovens afirmam que não é uma pergunta que se responda com apenas uma palavra, ela está associada a outras como luta, ousadia, rebeldia, atitude, conquista e futuro. Além disso, é também a possibilidade de mudanças, de seguir na construção coletiva de uma sociedade mais justa (MST, 2019).

Na relação de fortalecimento entre as/os jovens e o Movimento, o MST realizou em 2019 um Seminário Nacional da Juventude Sem Terra com o objetivo principal de ampliar as reflexões sobre as dimensões e desafios do trabalho das/os jovens, além de buscar debater sobre o papel estratégico delas/es na luta pela terra. Uma integrante do Coletivo de Juventude em São Paulo, Renata Menezes, ressaltou que esse debate deve ser internalizado no movimento como uma cultura política geral e não só como uma tarefa

colocada para o coletivo. Esta visão colabora muito com o ideal de juventude e militância implicada com a realidade do Movimento (MST – COLETIVO DA JUVENTUDE, 2019).

A militante Renata aponta que é necessário o comprometimento da juventude no que diz respeito ao enfrentamento da violência e da barbárie presente nesse período de crise do sistema capitalista. Torna-se imperativo defender os territórios e direitos já conquistados e conquistar outros. Para isso, é fundamental haver organização para elaboração de novas metodologias para enraizamento e fortalecimento da identidade Sem Terra no cotidiano (MST, 2019).

Alguns dos modos de organização das ações políticas das/os jovens do MST para o enfrentamento da violência e da barbárie se dão através das mobilizações, dos eventos nacionais e/ou regionais e das reuniões locais. Os eventos, em especiais, por um lado geram a “aproximação e consolidação individual de trajetórias de militância, de sociabilidade e de construção de laços de afetividade e confiança” (CASTRO, 2009, p.179) e por outro, permitem um processo de consolidação e até visibilidade das juventudes como sujeitos políticos dentro de suas próprias regiões e em âmbito nacional.

Esses espaços são ocupados pelas/os jovens como oportunidades de legitimação e demonstração de força política para as esferas com as quais pretendem negociar e reivindicar suas demandas. Para Castro (2009), em suas análises sobre a juventudes:

As manifestações públicas compreendem espaços privilegiados para o processo de construção e legitimação dessas novas identidades. As *místicas*, os cantos, as roupas exclusivas para os eventos e para as manifestações de rua aparecem como práticas políticas recorrentes em todos os movimentos sociais. É também nesse espaço que a categoria juventude busca legitimidade como ator político, sujeito de suas ações, discutindo não só questões relativas a ela, mas integrando as questões gerais do movimento às suas discussões. (CASTRO, 2009, p. 179).

Para Carrano (2012), a participação juvenil na atualidade é marcada pelo surgimento de diferentes coletivos de identidade que se manifestam de maneira distinta dos modos e conteúdos clássicos de participação. Precisamos ressaltar que entre a juventude do MST isso não ocorre de modo diferente. A militância contemporânea se direciona “para o simbólico, o corpóreo, o cultural, e as demandas do cotidiano”⁸. Este é

⁸ O MST e a juventude têm desenvolvido em suas formas de participação política diálogos com as dimensões simbólicas e culturais – sejam elas através da mística ou das expressões em forma de música, teatro, cinema, literatura, poesia e outras. Para o MST, o conceito de cultura está relacionado à ideia de cultivo, o que tem grande afinidade com as atividades dos Sem Terras. Para ele, a cultura é também

um traço nítido de reconfiguração do âmbito da participação juvenil (CARRANO, 2012, p.94), e também, em certa medida, das/os jovens do MST.

A conjuntura atual, marcada pela crise estrutural do capitalismo e por um desgoverno brasileiro que torna o cenário nacional totalmente precarizado e desassistido, exige que observem os problemas gerados pela falta de políticas públicas direcionadas para sanar as necessidades da população do país e tracem planejamentos para tentar superá-los. Sofre-se com demandas do cotidiano do tipo: crise sanitária, com mais de 580 mil mortes (BRASIL, 2021); desmonte da educação; desemprego; inflação em alta; fome; violência e ataques diretos à terra e os bens da natureza.

Diante deste cenário enfrentado, para as/os jovens do MST, a partir de suas discussões em coletivos, espaços de formação e luta cotidiana, chegam à conclusão de que a luta e a construção de alternativas concretas, direcionadas para minimizar tais problemas, é um dos únicos meios de buscar combater os ataques. As/Os jovens do MST consideram que não podem se calar diante das tantas atrocidades as quais o povo está submetido, por isso, consideram necessário denunciar quem são os responsáveis por tais situações (MST, 2019). A organização popular, a solidariedade e outras formas de fazer a luta, reforçam a esperança de uma mudança para melhoria do contexto da sociedade brasileira no geral e em especial dos Sem Terra.

A juventude do MST considera que precisa construir estratégias políticas organizativas que supram suas necessidades de vida – sejam elas físicas ou simbólicas. Com vista nisso, elas têm se movimentado a partir da organização do trabalho e da renda; da agroecologia; da arte, cultura e comunicação; além da organização da educação (MST, 2021).

Em uma das assembleias realizadas pela juventude do MST neste ano, elas/es debateram sobre os desafios que têm precisado enfrentar na atualidade. Contendo participantes de todas as regiões do país, a juventude reforça o engajamento na defesa da Reforma Agrária Popular, incluindo também o fortalecimento da agroecologia e a resignificação das relações entre os sujeitos e a natureza, a produção de alimentos saudáveis, o plantio de árvores, além de ações políticas e sociais que consolidem a organização e a luta da juventude pelos acampamentos e assentamentos de todo o país (MST, 2021).

considerada como instrumento de transformação da realidade social. No Movimento, o coletivo de Cultura teve início formalmente em 1996 (ZACCHI, 2010).

Nessa mesma assembleia nacional, contando com a presença virtual de aproximadamente 350 jovens de todo o Brasil, Aline Oliveira, integrante do Coletivo de Juventude do MST de Alagoas, afirmou que “Nossos assentamentos e acampamentos precisam ser os melhores lugares para se viver no mundo!” (MST, 2021). Para Aline, a defesa de suas áreas – assentamentos e acampamentos – precisa ser uma tarefa cotidiana, para que assim elas/eles consigam fortalecer suas lutas não só por direitos como o da Reforma Agrária, mas também pela transformação das classes sociais.

Além de todas as dificuldades já apresentadas e ataques sofridos, um dos desafios centrais da juventude Sem Terra tem sido a preservação da sua identidade que é tão atacada e criminalizada pela mídia. Cientes de que esses ataques acontecem alinhados a um projeto social, econômico e político baseado no capitalismo, ele procura fazer com que as/os jovens sejam seduzidas/os pelas perspectivas culturais e ideológicas que desrespeitam as especificidades e diversidade de suas/seus participantes e sigam uma lógica individualista e consumista (MST, 2019).

O capitalismo, com seus objetivos de atomizar, fragmentar e capturar determinados grupos, tem buscado atacá-los através de narrativas despolitizadas, criminalizando e excluindo as/os que se posicionam com posturas diferentes da sua. Diante dos estigmas sociais sobre as/os Sem Terra, colocadas/os enquanto ladrões de terras particulares, não é difícil imaginar o quanto as/os participantes são marginalizadas/os e referenciadas/os negativamente por serem do Movimento (ALVES; FERNANDES; MESQUITA, 2021).

É importante que as/os jovens estejam atentas/os às possíveis capturas do capitalismo, sejam elas diretas ou indiretas principalmente no que diz respeito aos processos de subjetivação sem perspectiva de politizar a vida. A crítica à política individualista e consumista, de uma sociedade neoliberal e que muitas vezes é incorporada pelos processos de subjetivação, pode, sem perceber, levá-las/os a incorporar discursos e jeitos de ser de um modelo de sociedade que é neoliberal e que as/os distanciam de reflexões críticas sobre seus cotidianos, influenciam negativamente na organização política e buscam enfraquecer a coletividade e suas experiências.

As/Os jovens do Movimento afirmam que têm que ser espelho da sociedade que almejam construir. Para isso, consideram ser fundamental a inserção delas/es em todos os espaços sociais, construindo resistências pulsantes tanto nos assentamentos e acampamentos, quanto nos coletivos internos ou externos ao Movimento, combatendo ao

machismo, o racismo, a LGBTfobia, pois são práticas estruturantes para a cultura capitalista (MST, 2019).

Desde o interior até às capitais do país, o MST tem obtido eco para realizar ocupações, marchas nas vias públicas, debates em sindicatos, escolas, universidades, atos em praças, etc. Além disso, tem procurado alcançar diferentes setores da sociedade que trazem à tona demandas diversas do campo social contemporâneo. Para a juventude do Movimento, a conquista da cidadania acontece através da participação política e atuação cultural e diálogo com sociedade civil, a partir de diferentes estratégias (MST, 2019).

Os movimentos sociais, incluindo o MST, que também é atravessado pelas relações de gênero, de raça, de geração, de sexualidade, econômicas, entre outras, buscam estar antenados e em consonância com as demandas atuais, para que consigam construir modos de lidar e combater com as dificuldades que surgem. Por isso, ao lutar por uma sociedade mais justa, igualitária e plural, faz-se necessário desenvolver estratégias políticas que consigam contemplar essas demandas. Ao criarem em sua estrutura um coletivo de juventude ou desenvolverem ações com jovens, por exemplo, o Movimento não apenas constrói uma estratégia de formação que permita uma continuidade de suas ações, como também, ainda que não seja o objetivo inicial, constroem dispositivos de formas outras de fazer política ativamente.

A criação desses espaços “não significa necessariamente mudanças de práticas sociais e acolhimento por parte de todas as pessoas do movimento, contudo, não se pode deixar de reconhecer que esses coletivos são dispositivos que possibilitam criar aberturas para estabelecer diálogos” (SALES, 2003, p.345) e refletir sobre o lugar das juventudes, das mulheres, das/os LGBTQIA+, entre outras categorias, nos seus movimentos sociais e no campo político de modo geral.

O Coletivo de Juventude não se volta para si mesmo. Este coletivo específico dialoga com os coletivos de cultura, gênero, raça, meio ambiente, e permite que as/os jovens coparticipem e estejam em articulação com demandas de causas plurais. Estar engajada/o nos variados espaços que atravessam a diversidade das/dos sujeitos é importante para fortalecimento das identidades e locais que cada uma dessas pessoas ocupa. São através desses espaços e aberturas que surgem os eventos organizados pelos próprios jovens, as campanhas com impactos para grupos além da juventude, incluindo também o surgimento de lideranças de mulheres jovens – ressaltando que em movimentos sociais que predominam homens, existem mais dificuldades para mulheres ocuparem esses espaços, ainda mais se elas forem jovens.

A estratégia política da criação de coletivos de gênero, LGBTQIA+ e juventude, em movimentos sociais rurais como o MST, possibilita uma oportunidade das mulheres e jovens escaparem de ciclos de opressão que minimizam o lugar dessas pessoas. A rede de apoio que se estabelece entre as/os membras/os acaba por se tornar também um espaço propício para articular novas formas de organização, pois cria oportunidade de aberturas para articulação de interesses, troca de experiências e informações. Geralmente estas organizações possuem relações horizontalizadas, não pautadas em hierarquias ou imposição de regras (SALES, 2003).

Além dos coletivos acima citados, o Coletivo de Cultura tem sido um dos espaços de grande importância para a participação e manifestação política das/os jovens. Segundo Calle (2007), os movimentos são os criadores de novas culturas políticas e de socialização para seus membros, sendo eles, através da articulação com outras redes e também movimentos, as principais influências na alteração de conduta das pessoas quando se imaginam, por exemplo, uma linguagem não sexista.

Observa-se que os espaços de trocas que os coletivos de juventude do MST têm viabilizado e a comunicação que conseguem articular com outras/os jovens e grupos, têm gerado teias de relações, redes de discussões, campos de partilha de experiências, conhecimentos, afetos e reXistências com reflexos diretos nos âmbitos políticos, sociais e culturais.

As experiências das/os jovens do MST em Alagoas, de modo geral, não são destoantes das experiências da maioria das/os jovens do Movimento em nível nacional. Elas são atravessadas basicamente pelos mesmos problemas que afetam as juventudes de diferentes regiões do país. Assim como em boa parte do país, o coletivo da Juventude do MST em Alagoas tem buscado estar em sintonia com as demandas contemporâneas que lhes atravessam e constroem modos de participação que consigam suprir suas necessidades, suas lutas e seus modos de organização – que serão parte do interesse de nossa análise no capítulo 4 desse trabalho.

3 CONSTRUINDO A PESQUISA: DISCUSSÕES EPISTÊMICAS E METODOLÓGICAS

Por que sou levada a escrever? [...] Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. [...] Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. [...] Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever (ANZALDÚA, 2000, p. 230).

Os escritos acima tratam-se de alguns trechos retirados de uma carta feita por Glória Anzaldúa, redigida ao longo de 1980 e lançada em 1981, dirigida às mulheres do terceiro mundo. Para ela, essas mulheres deveriam sair da posição de objetos das pesquisas e escreverem suas próprias teorias, localizando seus discursos no Sul global⁹ do qual vêm, descrevendo suas próprias histórias e sentimentos (ANZALDÚA, 2000; PALMEIRAS, 2018; SANTOS; MENESES, 2009).

Entre as críticas trazidas pela carta de Anzaldúa (2000), uma delas é em relação aos sistemas educacionais hegemônicos que reforçam às/aos estudantes um tipo de escrita colonizadora e pretensamente universal que inferioriza a língua materna e, muitas vezes, invisibiliza sua história. Sobre isso, Pelúcio (2012) afirma que:

Foi também nos bancos escolares que aprendemos que as teorias produzidas em determinados lugares geo-históricos e escritas em línguas como inglês, francês e alemão, são mais “avançadas” e possuem um valor universal incontestável, servindo para descrever realidades diversas e falar de ciência com a mesma propriedade com que se faz poesia (p. 397).

Porém, foi através de uma escrita literária que Anzaldúa, no campo da universidade, encontrou uma estratégia para romper com essas produções colonizadoras e com as representações estereotipadas em relação às mulheres do Terceiro Mundo. Ao comentar que não é no papel que se criam os efeitos da escrita, mas sim “no seu interior, nas vísceras e nos tecidos vivos” (ANZALDÚA, 2000, p. 234), ela apresenta o conceito de escrita orgânica. Ela associa essa escrita a um ato ousado e paradoxal, pois ao mesmo tempo em que gera medo, também possibilita libertação, podendo ser usada também

⁹ Boaventura e Menezes (2009) fazem uso deste termo para referir-se às regiões periféricas e semiperiféricas denominadas de Terceiro Mundo, após a Segunda Guerra Mundial.

como um instrumento para a autonomia, o empoderamento, a motivação e a transformação (PALMEIRAS, 2018).

Bailey (2012) visualiza a possibilidade de escrita implicada proposta por Anzaldúa como um convite a assumirmos o risco de nos expormos em nossas produções e assim trazermos nossas identidades e nossas relações com as realidades sociais que nos cercam. Pois, além desse modelo de escrita nos fazer pensar sobre os espaços que ocupamos individualmente no mundo – em relação à classe, etnia, gênero, entre outros – ele também nos faz refletir sobre as realidades sociais que nos atravessam coletivamente.

A impossibilidade de assumir a própria escrita é um risco para a ocorrência de silenciamentos e apagamentos das histórias e afetações das/os sujeitas/os que as constroem. A escrita é potente. Precisa ser o grito das multidões que foram silenciadas. Tem que ser construída enquanto afirmação da existência de grupos sociais que foram historicamente apagados. Fazer esse tipo de escrita requer pesquisar monstruosamente¹⁰, considerando que, ou ousamos assumir o risco de desobedecermos às epistemologias hegemônicas e as metodologias tradicionalmente utilizadas, ou seremos invisibilizadas/os.

Tratando-se de epistemologia, destacar o lugar de fala significa não só romper com uma produção científica que busca esconder o narrador, mas também com a denúncia dessa forma geocentrada de produzir conhecimento e da consolidação a partir da desqualificação de outros sistemas de produção de saberes (PELÚCIO, 2012). Até meados da minha graduação em psicologia, não era indicado que as produções fossem escritas em primeira pessoa ou que tomássemos posição sobre as coisas ao nosso redor. Tanto na filosofia quanto nas ciências ocidentais, aquela/e que fala geralmente está apagado da análise. Há a predominância de um “ego” não situado e de um sujeito enunciador desvinculado. É através desse modelo de produção que a filosofia e as ciências ocidentais geram um mito sobre um conhecimento universal verdadeiro, ou seja,

¹⁰ Durante alguns encontros do grupo de pesquisa ao qual fazemos parte, o EDIS (Núcleo de Estudos em Diversidade e Políticas), nos dedicamos a discutir como estavam sendo nossas metodologias de pesquisas e de que modo elas contemplavam o nosso desejo de realizar uma escrita que denuncia as prisões epistêmicas heteropatriarcais e coloniais. Desviar das normas classificatórias de verdades absolutas e universais, próprias do fundamentalismo racionalista cartesiano, é subverter a ordem e desobedecer às proposições coloniais. É ser subversiva/o, monstruosa/o. E nosso objetivo é exatamente esse: privilegiar teorias que não são autorizadas socialmente, assim como nós do grupo EDIS (mulheres, gays, lésbicas, trans, nordestinas (os), negras/os, periféricas/os), a ocupar determinados espaços (OLIVEIRA, BLEINROTH E SILVA, 2021).

invisibiliza tanto as/os sujeitas/os que falam quanto o lugar epistêmico do qual a/o sujeita/o se pronuncia (GROSFOGUEL, 2008).

Evaristo (2005) reflete que enquanto o ato de ler lhe oferece uma apreensão do mundo, o ato de escrever vai além de uma percepção da vida. Ele lhe proporciona uma autoinscrição no mundo. Desse modo, é possível perceber o quanto a escrita não é mecânica, neutra ou distante de quem a elabora, mas sim marcada por implicações e afetos. Sobre isso, Anzaldúa (2000) orienta que deixemos de lado “a abstração e o aprendizado acadêmico, as regras, o mapa e o compasso” (p. 235) e alcancemos pessoas através das realidades pessoais e sociais — “não através da retórica, mas com sangue, pus e suor” (p. 235).

Ao fazer uma analogia sobre o que hooks (2008) explana sobre linguagem – “Mudar a maneira como nós pensamos sobre linguagem e como nós a usamos, necessariamente altera a maneira como nós sabemos o que nós sabemos” (p. 862) – refletimos que seguir os novos caminhos indicados por Anzaldúa (2000) requer mudanças não somente na maneira como pensamos e usamos a escrita, mas também em relação ao modo como construímos e desconstruímos nossos saberes.

Kilomba (2019) ao trazer o debate sobre o lugar de negras e negros na produção de conhecimento, e a constante desqualificação e invisibilidade desse saber decorrentes de uma lógica racista e colonial, nos diz que, historicamente, a academia se forjou como um espaço não neutro de privilégio para eco das vozes de apenas algumas poucas figuras. A repercussão dos discursos teóricos dessas vozes privilegiadas tem fortalecido as posições de subordinação conferidas às minorias e buscam fazê-las de objetos, em vez de sujeitos. Essa objetificação acontece não por falta de resistência ou interesse, mas por falta de acesso à representação. Pois, não é que não tenham buscado falar, a questão é que essas vozes “têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido; ou então representadas por pessoas brancas que, ironicamente, tornam-se ‘especialistas’ em nossa cultura, e mesmo em nós” (p. 51).

Isso sinaliza que é momento de (re)conhecermos a prioridade das narrativas e vozes que frequentemente são silenciadas, censuradas ou marginalizadas (HOOKS, 2008) e darmos visibilidade às diferentes formas de fazeres e saberes que rompem com a preferência por modos de escritas tradicionais e hegemônicas. Para Grosfoguel (2008), a produção de conhecimento requer novos locais institucionais e não-institucionais, a partir dos quais a/o subalterna/o possa ter fala, escuta e visibilidade garantidas.

Para alcançar a transformação é necessário deixar os velhos caminhos que levam aos mesmos lugares e produzir um novo pensamento e que este preze por ser crítico, ético e “universal” em suas construções. Mignolo (2000) explica que este “universal” é na verdade um apelo a um universal concreto que possa incluir as mais variadas particularidades epistêmicas possíveis – um pluriversal –, direcionadas a uma “socialização transmoderna e descolonial do poder” (GROSFOGUEL, 2008, p. 144) que busque, assim como pensam os zapatistas, “luchar por un mundo donde otros mundos sean posibles” (p. 144). Ou seja, produzir um conhecimento que seja pluriversal e que permita que as vozes das/os silenciadas/os e subalternizadas/os possam ser ouvidas e ecoadas.

Imagino que um dos grandes agravantes que reforça a permanência das invisibilidades, dos silenciamentos e dos não-lugares é a adoção de teorias distantes de suas/seus sujeitas/os – em âmbitos tanto geográficos, quanto políticos – de suas/seus sujeitas/os de estudo, sediadas no Norte global (SANTOS; MENESES, 2009). Dessa forma, torna-se notória a inevitabilidade de pensar a partir do Sul¹¹ – se o Sul for o lugar onde se encontram as/os protagonistas da produção de conhecimento – e transcender epistemologicamente.

Renunciar aos paradigmas eurocêntricos – orientados por pontos de vista universalista abstrato, neutro e objetivo – que ao longo dos últimos cinco séculos influenciaram a filosofia e as ciências ocidentais do “sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno” (GROSFOGUEL, 2008, p. 117), não é assumir uma crítica infundada e uma postura antieuropeia fundamentalista e essencialista. Trata-se de buscar basear as produções de saberes em uma perspectiva que seja crítica em relação às práticas nacionalistas, colonialistas e fundamentalistas, quer sejam eurocêntricas ou do Terceiro Mundo, hegemônicas ou marginais.

¹¹ Apesar de fazermos esta afirmação, compreendemos que no Sul do qual nos referimos também há um Norte, pois embora o colonialismo – que construiu relações de desigualdades entre Norte e Sul – tenha acabado enquanto relação de subordinação política, ele se manteve enquanto relação social, mentalidade e forma de sociabilidade autoritária e discriminatória. Boaventura (2010) considera que “a concepção de conhecimento situado ou perspectivado não pode comportar determinismo geográficos ou outros... o importante é determinar o lugar geopolítico das teorias a partir de seus conteúdos e orientações” (p. 34, 35). A reflexão em questão pretende evidenciar que o que está em questão não é somente a oposição entre Norte e Sul, são as divergências “entre o Sul do Sul e o Norte do Sul e entre o Sul do Norte e o Norte do Norte” (p. 41). Não podemos cair o risco de cair em relativizações ou essencializações que ignoram os atravessamentos subjetivos colonizadores que invadem nossos espaços, e um deles é a própria universidade – lugar que reforça a importância das epistemologias do Norte, que muitas das vezes não contemplam as realidades estudadas.

Vale ressaltar que buscamos fugir de quaisquer fundamentalismos que apresentem apenas uma opção de epistemologia com pretensões que nos levam a verdades absolutas e universalidades abstratas. Queremos, na verdade, construir uma pesquisa científica baseada em uma perspectiva epistemológica decolonial, que defenda a universalidade concreta e faça diálogo entre os variados projetos críticos políticos/éticos/epistêmicos, apontados a um mundo pluriversal (GROSFOGUEL, 2008).

Grosfoguel (2008) considera ainda que para a efetivação da descolonização do conhecimento é necessário “[...] levar a sério as perspectivas/cosmologias/visões de pensadores críticos do Sul global, que pensam com e a partir de corpos e lugares étnico-raciais/sexuais subalternizados” (p.117). Pois, enquanto os projetos epistemológicos de visão eurocêntrica continuarem se fortalecendo em suas formas teóricas e práticas, reproduzirão continuamente modos colonializados de saberes que minimizam ou desconsideram o que é pluriversal. Sobre isso, o autor indaga se:

Iremos nós produzir um novo conhecimento que repita ou reproduza essa [...] visão universalista e eurocêntrica? [...] Acredito que a análise do sistema-mundo precisa de descolonizar a sua epistemologia, levando a sério o lado subalterno da diferença colonial: o lado da periferia, dos trabalhadores, das mulheres, dos indivíduos racializados/colonizados, dos homossexuais/lésbicas e dos movimentos anti-sistêmicos que participam no processo de produção de conhecimento. Isto significa que, embora o sistema-mundo tome o mundo como unidade de análise, ele pensa a partir de uma determinada perspectiva no mundo (p. 136).

Reconhecer que sempre falamos a partir de um determinado lugar situado nas estruturas de poder é confessar que “Ninguém escapa às hierarquias de classe, sexuais, de gênero, espirituais, linguísticas, geográficas e raciais do “sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno” (GROSFOGUEL, 2008, p. 118).

Através disso, é possível perceber a importância de se comprometer em construir de forma ética e política uma produção de conhecimento situada, localizada e contextualizada (HARAWAY, 1995). Ao tempo em que se torna também tão importante quanto esse comprometimento citado, o afastamento de pressupostos hegemônicos que ignorem as particularidades e evidenciem aspectos generalistas e abstratos como os de objetividade, neutralidade ou ainda da possibilidade da construção de uma epistemologia universal.

As ciências humanas e sociais, tendem a provocar suas/seus pesquisadoras/es a buscarem modos de fazer pesquisa (ROMAGNOLI, 2009) que não se detenham a predeterminar o que procuram encontrar, ou mesmo representar de forma objetiva e

neutra os dados coletados. Kastrup, Passos e Escóssia (2009) incentivam que a pesquisa não seja:

[...] iniciada com um problema fechado, sabendo de antemão o que se busca. Tal posicionamento fecha o encontro com a alteridade do campo territorial, permitindo muitas vezes só encontrar o que já se sabia ou, o que é muito maior pior, não enxergando nada além dos seus conceitos e ideias fixas (p. 138).

Desse modo, compreendemos que a relação com o conhecimento não deva se restringir a representar objetos ou processar informações do que já está constituído, mas, que se pautem em um compromisso científico, ético e político com o campo para que suas produções sejam contrárias a generalizações, simplificações ou reducionismos (KASTRUP; PASSOS; ESCÓSSIA, 2009).

Por considerar a importância do modo do pesquisador se relacionar com o estudo, baseado nos significados que ele atribui ao campo, Romagnoli (2009) afirma que o conhecimento é produzido a partir da subjetividade, ao dar sentido às sensações, percepções e afetos vividos nele. Assim, a postura com que o sujeito se implica nesse espaço, que não é neutra, nem sem interferências, é central para compreensão dos fenômenos e busca de vivências, experiências e cotidianidade.

Destacar o cuidado que as pesquisas, inclusive esta, precisam ter ao entrar em contato com os espaços e modos de vida de pessoas é algo necessário, principalmente quando (no caso dessa pesquisa em questão) as/os protagonistas dos estudos são sujeitas/os marginalizadas/os. Lutas essas que muitas vezes vão de encontro aos interesses de uma determinada parcela da sociedade – como é o caso da luta pela reforma agrária – que reiteradamente reproduz discursos que reduzem, criminalizam e marginalizam os modos de vidas das/os jovens, homens e mulheres trabalhadoras/es rurais.

Por levar em consideração que as narrativas e trajetórias das/os sujeitas/os envolvidas/os nesta pesquisa são elementos significativos na produção do conhecimento, que elaboramos com elas/es, optamos por estabelecer uma relação próxima com as/os participantes.

Assim, o/a pesquisador/a rompe com a relação de poder colonizadora, ainda muitas vezes compartilhada, de que ela/e detém o saber sobre a/o outra/o e se implica no campo como observador/a participante, entrando em contato direto com as/os sujeitas/os e seus territórios existenciais, de maneira que essa experiência transforma e é transformada pela experiência da relação. Nesse sentido, não existe mais um/uma

pesquisador/a e um/uma pesquisado/a objeto, o que se torna presente são os processos de subjetivação e de objetivação que interagem mutuamente (KASTRUP; PASSOS; ESCÓSSIA, 2009; SANTOS; SOUZA; SANTOS, 2011).

Isso quer dizer que, se por um lado as/os pesquisadas/os não são um dado inerte e neutro, estão/são dotadas/os de significados e relações em constates estados de criação; por outro o/a pesquisador/a é parte integrante do processo de conhecimento e interpretação dos fenômenos, levando-se a afetar e ser afetada/o na construção dos significados (CHIZZOTTI, 2006), revelando a impossibilidade do processo ser vivido somente pelo/a pesquisador/a e evidenciando a necessidade de considerar tudo e todas/os as/os envolvidas/os – sujeitos e territórios – enquanto protagonistas da produção de conhecimento (MARTINES; MACHADO; COLVERO, 2013).

Desse modo, Rolnik (2007) afirma que ir ao campo não é pesquisar sobre, é estar junto com alguém ou algo e participar do que acontecer nele, sendo necessário para isso, estar aberto ao campo dos afetos. Nele “[...] cada palavra se faz viva e inventiva. Carrega uma vida. Podemos dizer que assim a pesquisa se faz em movimento, no acompanhamento de processos, que nos tocam, nos transformam e produzem mundos” (KASTRUP; PASSOS; ESCÓSSIA, 2009, p. 73) como um fator de transformação social (ROMAGNOLI, 2009).

Assim, assumir métodos de produção que permitam a prática do Pesquisar COM (MORAES, 2010) é tornar possível que a pesquisa não seja feita sobre a/o outra/o, mas JUNTO. É estar, desde o início da pesquisa, em contato com o território em que pretende se implicar – tomando direcionamentos conforme a demanda e concordância das/os sujeitas/os, do cotidiano e das relações. É criar uma relação de implicação com a produção de conhecimento que evita a ocorrência de uma prática científica “extrativista”.

Sobre isso Anzaldúa (2000) escreve que o que nos valida enquanto pessoas, nos valida também enquanto escritoras/es. Para ela, o perigoso não é romper com os tradicionais pressupostos de neutralidade e objetividade, mas sim sermos muito universais e humanitários ao ponto de invocarmos um eterno que sacrifique “o particular, o feminino e o momento histórico específico” (p. 233).

Assim, que esta nossa escrita se faça de maneira responsável, alinhada com uma prática não universalista abstrata, mas localizada e passível de críticas (HARAWAY, 1995). Sendo ela comprometida com construções e sistematizações de saberes horizontalizados e dialogados, cientes de que o nosso conhecimento é sempre parcial

(GROSFUGUEL, 2008) e que “a ciência é apenas um olhar sobre a realidade, e nem sempre o mais adequado” (DEMO, 1998, p. 91).

Cientes de que grande parte da história da psicologia é marcada por produções baseadas na ciência moderna, pautadas por critérios de objetividade, universalidade, neutralidade, previsibilidade e outros, buscamos nos afastar dessa psicologia tradicional e positivista e nos lançamos em uma psicologia crítica, ética, política e comprometida com a transformação social e o combate das relações de dominação (NOGUEIRA, 2017). Para tanto, tomamos em nossas mãos a produção de uma psicologia social de caráter crítico, político e não-colonial como principal perspectiva adotada.

Basear-se em um olhar da psicologia que consegue acolher as demandas de vidas invisibilizadas, sujeitos subalternizados e constantemente lançados às margens da sociedade, nos ajuda a trazer outras faces de um Movimento fortemente atacado pela mídia e por uma parcela da população. Contribuí para que a juventude rural e militante seja compreendida a partir de suas potencialidades, possibilidades e também limitações.

Construir uma pesquisa com sujeitos tão específicos requer uma sensibilidade e responsabilidade ética capazes de acolher e contemplar as demandas que na maioria das vezes são ignoradas, também e até mesmo pelos que tentam visibilizar as vivências e narrativas da vida política dos jovens do MST. Desse modo, os cuidados e as autocríticas enquanto pesquisadora acontecem constantemente, nos levando a pensar e repensar quaisquer possibilidades de estar cada vez mais alinhada com as necessidades e perfil do campo que buscamos estar em contato.

Sobre o pensar e repensar nossas práticas e planejamentos, durante a elaboração do projeto de qualificação da pesquisa, os instrumentos metodológicos utilizados para a imersão em um trabalho de análise que fosse contextualizado, singularizado, diversificado e transformador da realidade (SARZEDAS, 2007) seriam: observação participante, entrevista semiestruturada e diário de campo. Porém, em função das inviabilidades decorrentes da pandemia e de um repensar sobre os fundamentos epistemológicos utilizados para amparar uma escrita política, localizada, decolonial, horizontal e monstruosa, revisamos os instrumentos metodológicos que seriam utilizados.

Consideramos que repensar nossos instrumentos metodológicos fora do âmbito daqueles que são usados tradicionalmente é fazer ensaios de pesquisas monstruosas, tomando-os com capacidade de afirmar e produzir existências e modos de atuação. Nesse sentido, em função das mudanças desses instrumentos metodológicos, utilizamos como dispositivos de produção de conhecimento e interlocução com nossas/os sujeitas/os, os

recursos de conversações – baseados no fenômeno de diálogos referenciados por bell hooks, e os diários de campo.

Vale atentar que embora seja necessário e importante repensar nossas práticas de construção de pesquisas e elaboração de escrita, essa é uma experiência desafiadora, pois ao mesmo tempo que há uma inclinação em discutir os novos modos de produção de conhecimento não centrados nos modelos apreciados pelo norte global, há também uma resistência em colocá-los em prática e reproduzi-los no meio acadêmico. Assim, não se trata de lançar mão a um desconhecido, mas de se apropriar de novas metodologias menos reconhecidas, que são tão ou mais implicadas e capazes de construir uma pesquisa ética e política quanto às convencionais, e de criar novas estratégias e práticas de pesquisa.

Sobre o instrumento de conversações – sugerido por bell hooks quando ela coloca a ideia de diálogo como central no estabelecimento de relações em lugares desiguais de poder – é possível considerá-lo como um dos meios mais simples, utilizado por acadêmicas/os como nós, para começarmos a cruzar as fronteiras e barreiras que podem ou não serem construídas por marcadores sociais e políticos como raça, gênero, classe social (HOOKS, 2013).

hooks (2013) considera que para educar para a liberdade temos que mudar o modo como as pessoas pensam os processos pedagógicos. Baseados nestas reflexões, e parafraseando a autora, compreendemos que para realizarmos uma pesquisa para a liberdade, monstruosa e construída ‘junto com’ e não ‘sobre quem’, precisamos também mudar o modo como construímos as pesquisas.

Com base nessas considerações de hooks (2013) e na necessidade de repensar os processos de relação com o campo e suas/seus sujeitas/os, em vez de realizamos entrevistas diretas, com aspectos de neutralidade ou imparcialidade nos conteúdos abordados, optamos por construir espaços de trocas baseados em conversações e conhecimento da história de vida e trajetória no Movimento, das/os companheiras/os que cruzaram nosso caminho durante esse percurso de pesquisa.

As conversações se deram com o objetivo de fortalecer o vínculo entre nós e as/os jovens, e de estabelecer uma troca de modo a produzir um conhecimento sobre a participação política de jovens, especialmente daquelas/es que estão no MST. Como critério inicial de planejamento para realizar as conversações, decidimos que para participar da pesquisa as/os jovens deviam ter idade entre 18 e 29 anos e ser militante do MST. Essa participação se daria por meio de autorização – através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Após a definição desses critérios básicos, o passo seguinte foi entrar em contato com algumas/alguns jovens que conheci presencialmente ou virtualmente enquanto acompanhei um encontro formal da juventude do Movimento e convidá-las/os para uma conversa sobre a história de vida delas/es no movimento. As/Os que se enquadravam nos critérios, tinham disponibilidade e interesse em construir a pesquisa junto conosco, combinávamos de conversarmos por telefone – já que a pandemia impedia que o contato fosse presencial – e assim ocorreram as conversações.

As conversações tinham como objetivo inicial conhecer um pouco das histórias de vida dessas/es jovens com as/os qual estávamos em diálogo, entender a visão delas/es sobre ser jovem, fazer parte do Movimento, atuar politicamente, lidar com os desafios e prazeres de seguir na militância.

Além da articulação das conversações, a pesquisa contou também com o registro dos acontecimentos vivenciados ao longo do trabalho. A construção de um diário de campo me serve como registro tanto para uma melhor sistematização das reflexões dos resultados e considerações, como para uma relação de percepção das minhas afetações envolvidas entre as pessoas que se propuseram a construí-lo.

Esse instrumento de pesquisa tem funções para além do registro de considerações ou resultados de um determinado trabalho, ele também pode ser utilizado como disparador de desdobramentos de outras pesquisas e interesses, permitindo à/ao pesquisador/a se inserir no contexto e comprometer-se a ter um contato singular com o que se propõe estudar (KASTRUP; PASSOS; ESCÓSSIA, 2009). Para hooks (2013), o ato de relacionar as vivências às elaborações acadêmicas, aumenta a capacidade de conhecimento implicado e busca afastar os próprios modos de dominação que possam acontecer no campo durante a relação entre as/os participantes da pesquisa.

Busquei, durante todo o processo da pesquisa, realizar um exercício de escrita semelhante ao que Anzaldúa sugeriu. Uma escrita com vida, afetação, envolvimento e implicação, como se não houvesse amanhã. Uma escrita resultante das trocas e construções de relações de forma comprometida com os sujeitos de pesquisa, com o grupo de pesquisa, com o orientador, com a turma a qual compartilhei disciplinas, envolvida enquanto sujeito que tem especificidades e se localiza em um lugar diferente do qual a juventude do MST está. No entanto, construindo isso de forma responsável e respeitosa com as histórias singulares que se cruzam no caminho.

Esta escrita é também produto de uma relação de existência que se constitui com dificuldades. É um diário que conta com registros de uma realidade que se constitui com

possibilidades, mas também com limitações, principalmente no que diz respeito às dificuldades em manter contato presencial, às dificuldades de nos conectarmos pelos meios virtuais – já que boa parte não possuía boa conexão de internet.

Sobre isto, o desafio para conseguir contato com as/os jovens logo após o início da pandemia foi grande, pois o foco das pessoas no momento era sobreviver a tamanha desordem. A maior parte do mundo estava vivenciando uma pandemia pela primeira vez na vida, e, portanto, as demais demandas que surgissem no momento eram de interesse secundário ou poderia esperar para depois. De fato, pensar, fazer, construir ou participar de uma pesquisa enquanto o Brasil chegou a registrar mais de 4 mil mortes diárias por conta da pandemia, foi difícil – durante este período de tantas perdas, também tive a tristeza de perder umas das pessoas mais importantes da minha vida, o meu pai.

No cronograma de pesquisa, construído meses antes da pandemia, planejávamos ir ao campo no segundo semestre de 2020. Porém, não imaginávamos que a pandemia passava pelo ápice de sua primeira onda justamente por volta desse período. Durante essa fase, pensávamos como readaptar esse momento de acompanhamento do campo da pesquisa dadas as condições de afastamento social ao qual nos encontrávamos.

A opção que nos restava era manter contato através das tecnologias informação e comunicação (TICs). Foi a partir dessa necessidade que decidimos entrar em contato com algumas lideranças da juventude e combinar uma reunião para fazermos o convite para participarem e construir a pesquisa conosco. Em meio a tantos compromissos virtuais que passaram a fazer parte da rotina das pessoas nos primeiros meses de adaptação ao novo formato de funcionamento da vida, não foi tão fácil conseguir combinar um encontro inicial para o lançamento do convite. Depois de muitas tentativas, conseguimos reunir cinco jovens, que estavam entre o litoral e sertão do estado, e oficializamos o convite para protagonizarem esta escrita.

Ao mesmo tempo que o momento se tratava de um convite para que elas/eles contribuíssem com suas histórias, também aproveitei para me convidar a participar dos eventos e atividades virtuais que eu pudesse acompanhar. A partir desse encontro houve novas trocas e convites para participar das assembleias estaduais, das reuniões de planejamento da Jornada Nacional da Juventude e ações sociais. Acompanhar esses momentos, me permitiu conhecer pessoas, realizar trocas, admirar seus talentos, contribuir com a juventude e o Movimento e realizar as conversações para compreender as vivências que atravessam as/os jovens.

Durante a pandemia, todos os nossos contatos foram através dos meios virtuais – chamadas de vídeo pelo Meet, grupos para troca de mensagens pelo aplicativo WhatsApp, trocas de directos pelo Instagram e ligações telefônicas, esta última acontecia mais quando havia dificuldade de conexão com a internet. As trocas com a juventude se deram tanto em ambientes virtuais mais coletivos quanto em momentos mais particulares de conversações individuais.

Em função dessas e outras dificuldades de estar em contato mais direto com as/os jovens e das limitações até mesmo através do contato virtual para as conversações, nos embebemos também das produções artísticas e documentais das/os jovens publicadas nas redes oficiais do MST no Instagram, no Facebook e site.

Em relação à realização das conversações, todas elas se deram por meio de chamada telefônica, pois a instabilidade da internet dificultava a conexão necessária e atrapalhava a fluidez da conversa. As conversações duravam cerca de 1 hora e seguiam um roteiro livre para orientar alguns temas a serem abordados, porém também permitia que as/os jovens compartilhassem experiências de importância para elas/eles.

Esta pesquisa realizou conversações com 05 jovens – duas do sexo feminino e três do sexo masculino –, de 18 a 29 anos de idade, sendo todas/os de cidades diferentes, buscando abarcar as três regiões geopolíticas que se divide o estado – agreste, litoral e sertão. No processo de realização das conversações as/os participantes do estudo foram informadas/os previamente sobre os objetivos, procedimentos e instrumentos da pesquisa.

A primeira conversação aconteceu com Aline Oliveira da Silva, 26 anos, historiadora, moradora do assentamento Lameirão, na cidade de Delmiro Gouveia, no alto sertão do estado, participa dos coletivos da juventude e de mulheres, e atualmente está na coordenação estadual da juventude do MST. Ela também é participante do projeto Arajuba – que fortalece a apicultura junto às/aos acampadas/os e assentadas/os de sua região – além de se uma das grandes envolvidas nos processos de diálogos entre a juventude e a sociedade civil.

A segunda se deu com Lucas Nunes, 27 anos, morador do acampamento São José, na cidade de Atalaia, participante do Coletivo da Juventude e também da brigada Congresso do Povo – organização que se dá com o Levante Popular da Juventude e busca realizar um trabalho de base de formação política urbana na periferia da capital alagoana. Lucas também faz parte da coordenação da juventude do estado e é um dos grandes mediadores entre o MST e outras organizações que dialogam com suas perspectivas políticas.

A terceira se deu com José da Silva Santos, 28 anos, morador do assentamento Olga Benário, na cidade de Piranhas, onde tornou-se militante do MST desde 2007, através de uma ocupação de terra, quando tinha 15 anos de idade. Ele participa do coletivo da juventude e atualmente se encontra como diretor nacional do Movimento e em função disso tem dado grandes contribuições ao Movimento e coletivo e se dedicado a estar por todo o estado acompanhando as necessidades e lutas de suas/seus companheiras/os de jornada.

A quarta conversação aconteceu com Alexsandra Alves, 20 anos, moradora do assentamento Gastone Beltrão, em Olho D'água do Casado, que entrou no Movimento ainda criança, por volta dos 07 anos de idade, através da inserção dos pais no Movimento e desde então faz parte da luta. Ela é uma das comunicadoras da cidade e possui um programa de rádio, junto com outra militante do Movimento, e semanalmente estão no ar trazendo conteúdos relacionados ao MST e também a conjuntura política do país.

A quinta e última conversação aconteceu com José Lucas, 29 anos, morador do assentamento Carro Queimado, no município de Girau do Ponciano. Vindo de uma família muito humilde, ele entrou no Movimento com seus pais e mais sete irmãs e irmãos, entre os cinco e seis anos de idade. Aos oito anos, a família conseguiu um lote e passou a morar no assentamento. Passou parte de sua juventude no assentamento, mas já precisou dele se afastar por mais de três vezes para tentar melhores condições de emprego no estado de São Paulo – onde três dos seus irmãos moram atualmente.

Após a etapa de conversação e construção de dados para reflexão sobre as vivências e participação política da juventude, demos continuidade às demais etapas da pesquisa aprofundando os estudos nas epistemologias e instrumentos que nos auxiliaram nas produções de conhecimento observados durante os encontros virtuais, as construções compartilhadas nas mídias digitais do Movimento e as conversações realizadas com as/os jovens acima citados.

Como dissemos anteriormente, por conta dos limites impostos pela pandemia, não foi possível estar em encontros e participar das atividades com o contato físico que desejávamos ter enquanto construíamos a proposta do trabalho, porém, buscamos realizar movimentos que nos permitissem realizar um pesquisar dentro das condições possíveis. Dentro do que esteve ao nosso alcance, mantivemos diálogos e troca de ideias, com a tentativa de construir os materiais de análise de forma conjunta.

Apesar de todos os desafios e limitações impostos pela pandemia, buscamos realizar uma pesquisa pautada nos pilares da horizontalidade, da ética e do respeito,

levando em conta todos os aspectos subjetivos e políticos de cada uma das pessoas que fizeram parte do processo de construção desse trabalho.

Para colaborar com a construção das informações da pesquisa, propomos realizar uma análise interseccional em relação ao que foi vivenciado, levando em consideração os atravessamentos existentes no contexto permeado por diversidade geracional, racial, social, de gênero, sexual e territorial. A escolha por esta perspectiva analítica se deu pelo fato de a mesma conseguir contemplar as entrelinhas dos fenômenos que perpassam os modos de participação política das juventudes do MST e auxiliar na compreensão do sentido simbólico do que é direto ou indiretamente expresso no campo da pesquisa em questão.

Do final da década de 1960 até o início de 1980, o ativismo social nos Estados Unidos fomentou as principais ideias sobre interseccionalidade – como desigualdade social, relações de poder, contexto e justiça social. Os conteúdos centrais dessa perspectiva foram elaborados no contexto de movimentos sociais que enfrentavam algumas crises durante esse período, principalmente no que diz respeito ao colonialismo, ao racismo, ao sexismo, ao militarismo e à exploração capitalista. Nessas circunstâncias, as mulheres de cor, como afirma Collins e Bilge (2020), estavam afetadas não só pelos sistemas de poderes, mas também pela convergência entre eles, sendo assim, elas criaram movimentos autônomos que manifestavam as ideias centrais da interseccionalidade, porém, utilizando diferentes vocabulários.

Grande número de especialistas contemporâneos ignora ou não tem conhecimento dessa origem, pressupondo que a interseccionalidade não existia antes da década de 1990, quando foi nomeada por Kimberlé Crenshaw. A contribuição de Crenshaw é inegável, mas há críticas sobre a visão da interseccionalidade ter existido só a partir do momento em que foi nomeada. Considerar isso é apagar o período de luta para construção dessa categoria e facilitar a estruturação da interseccionalidade como mais um campo acadêmico. Desse modo, é necessário rejeitar os entendimentos que ignoram as contribuições dos movimentos sociais e reduzem sua compreensão aos limites impostos pelo/no cenário acadêmico.

Invisibilizar o histórico da origem da interseccionalidade causa não somente o silenciamento das grandes figuras que contribuíram para a sua conceitualização, como também faz com que essas personagens e o próprio conceito percam a força, a potência crítica e o propósito de entrelaçamento do termo.

Sobre isto, Kyrillos (2019) afirma que:

Apesar dessa ampliação na utilização do conceito, o que se verifica recorrentemente, em particular no Brasil, é o apagamento da história e dos debates teóricos que existiam antes da interseccionalidade ser nomeada por Crenshaw. Esse apagamento se torna especialmente grave quando se observa que a origem da interseccionalidade está relacionada com as lutas sociais e as elaborações teóricas de mulheres negras. Por essa razão, é preciso que se reconheça a importância de uma análise crítica sobre a origem da interseccionalidade. Para isso, é fundamental partir do entendimento de que a ideia basilar que a interseccionalidade transmite é uma preocupação que existia dentro dos movimentos sociais e de textos teóricos desde muito antes do surgimento do conceito da interseccionalidade e de sua apropriação pelo mundo acadêmico (p. 02)

Para Collins e Bilge (2020), a ausência da afirmação dos movimentos sociais na historicização da interseccionalidade não é apenas uma lacuna a nível de localização temporal do conceito, mas também um equívoco para então assumi-la como mais um campo acadêmico. Para elas, a interseccionalidade é compreendida a partir de dois pontos: o primeiro, enquanto ferramenta analítica para construção de análises críticas e pesquisa; e o segundo, através do modo como as pessoas – individuais ou coletivamente – produzem e se apropriam do conceito no seu dia a dia.

Kyrillos (2019) a considera um fenômeno metodológico de ruptura com uma visão monolítica de análise. Pois ao mesmo tempo em que não é viável falarmos sobre categorias de forma unificada, é importante que não compreendamos as estruturas de classe, raça, gênero e sexualidade como ‘variáveis independentes’, pois “a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constitutiva dela” (BRAH, 2006, p. 351). É necessário que em vez de compartimentalizarmos as opressões, formulemos estratégias que busquem interconectá-las e articulá-las.

Embora incorporem à academia a consolidação dessa perspectiva, a institucionalização dela no ensino superior não foi fácil nem direta. O seu trabalho intelectual em relação às questões sociais mais contextualizadas, como pesquisas sobre educação de jovens e adultos, por exemplo, permitem múltiplas conexões entre categorias de análise como raça, classe, nação e gênero e proporciona mais complexidade à interseccionalidade (COLLINS; BILGE, 2020).

Compreender a complexidade que atravessa os fenômenos é abandonar análises pautadas em categorias monolíticas ou meramente aditivas e lançar-se sobre as intersecções. Isso demonstra que mais que um instrumento de análise, a interseccionalidade é também uma elaboração crítica e contextualizada, que se encontra nos espaços acadêmicos, mas que foi elaborada a partir do olhar crítico e perspicaz do

movimento negro. É importante destacar que mesmo tendo sido disseminada no Brasil pelos meios acadêmicos, essa categoria é fruto de discussões produzidas principalmente por mulheres negras latino-americanas.

Diferente de outros instrumentos analíticos, a interseccionalidade busca evidenciar como os marcadores que atravessam o fenômeno em questão se apoiam uns nos outros para suas perpetuações. Não se trata de agrupar categorias e apontar suas especificidades, mas sim entrelaçá-las conforme a complexidade e pluralidade dos fenômenos e sujeitos em questão (HENNING, 2015).

Collins e Bilge (2020), consideram que o uso da interseccionalidade enquanto ferramenta analítica evidencia dimensões importantes do aumento das desigualdades.

A desigualdade social não se aplica igualmente a mulheres, crianças, pessoas de cor, pessoas com capacidades diferentes, pessoas trans, populações sem documento e grupos indígenas. Em vez de ver as pessoas como uma massa homogênea e indiferenciada de indivíduos, a interseccionalidade fornece estrutura para explicar como categorias de raça, classe, gênero, idade, estatuto de cidadania e outras posicionam as pessoas de maneira diferente no mundo (p.32).

A complexidade a que a interseccionalidade se aplica, consegue, ao focar em raça, gênero, idade e estatuto da cidadania, mudar a forma como pensamos renda, emprego, e riqueza, que são os principais indicadores de desigualdade econômica. Usar a interseccionalidade como ferramenta de análise permite entendermos as contribuições que as políticas públicas podem reduzir ou agravar em relação as desigualdades. As autoras (COLLINS; BILGE, 2020) afirmam que a análise interseccional é capaz de intervir sobre “os efeitos diferenciais das políticas públicas na produção de desigualdade econômica entre pessoas de cor, mulheres, jovens, residentes de zonas rurais, pessoas sem documentos e pessoas com capacidades diferentes” (p. 35). Geralmente, pessoas negras, povos indígenas, mulheres, LGBTQIA+ e outras minorias não desfrutam dos benefícios plenos da cidadania, e por isso, têm menos a perder e mais a ganhar.

Assim como os nossos olhares para os fenômenos, a interseccionalidade também está em constante processo de construção e recriação para realizar análises críticas e contextualizadas. Buscamos utilizá-la, principalmente, por se tratar de uma ferramenta de análise que consegue interconectar a teoria e a prática do campo que buscamos estar pesquisando.

Desse modo, a interseccionalidade contribui nesta pesquisa como instrumento metodológico com capacidade de nos auxiliar nas análises sobre a participação política

da juventude do MST de Alagoas. Através dela foi possível visualizarmos as relações de desigualdades que atravessam as/os jovens do MST, refletir sobre as relações de poder, as discriminações sofridas por fazerem parte de um grupo que é marginalizado por parte da sociedade.

A juventude do MST é um grupo que possui determinadas especificidades e é de mera importância que não deixemos de pensar as complexidades das relações e fenômenos que a interseccionam, entre alguns deles: o gênero, o território, a raça, a sexualidade, a classe, a idade, a posição que ocupam, a dificuldade ou facilidade de participação de determinados espaços.

4 PARTICIPAÇÃO E PROTAGONISMO DA JUVENTUDE DO MST EM ALAGOAS

Cativo de sonhos,
Dos meus sonhos,
Porque querem me negar até
esse direito.
Direito a vida,
A luta e a rebeldia.

Mas, enquanto sonhar for possível,
Enquanto sentir amor
E o sangue correr em minhas veias,
Serei Rebeldia,
Serei Luta,
Serei Resistência.

Podem até aprisionar o meu corpo,
Mas jamais aprisionarão minha alma.

Pé de Poesia, Sylvania Soares, 2018

A busca pela superação dos valores individualistas e competitivos de uma sociedade desigual, o desejo de desfrutar de uma vida com mais qualidade, o interesse em sair das condições adversas e a indignação com as injustiças vividas e presenciadas, são algumas das razões pelas quais certas pessoas decidem participar de determinadas lutas políticas e adentrar em movimentos sociais, partidos, coletivos e outros espaços políticos organizativos. As vivências e os espaços em que estão inseridas socialmente também são fatores que influenciam suas visões sobre os fenômenos – sejam eles políticos, econômicos, sociais e subjetivos – e refletem em seus modos de pensar e agir sobre o mundo.

Foram alguns desses motivos acima citados que provocaram as/os jovens que participaram desta pesquisa a perceberem a importância de se tornarem sujeitos políticos ativos na transformação de seus territórios, de suas histórias e de seus familiares. Para compreendermos suas trajetórias e os processos que as/os levaram a enxergar nas lutas políticas, e conseqüentemente na entrada no MST, a possibilidade de mudança de vida, é necessário realizarmos um breve levantamento do contexto histórico, social e econômico de onde elas/es vêm.

Por terem como principal característica em comum o fato de vivenciarem suas histórias no meio rural – apenas um dos jovens participantes da pesquisa não é de origem rural, mas sempre teve contato com o território por conviver com familiares que eram de

lá –, compreender como esse espaço se estruturou no Brasil ao longo da história e os reflexos que gerou às/aos suas/seus moradoras/es é necessário para analisarmos os modos de participação e os atravessamentos políticos que permeiam essas/es jovens que vivem nesses locais.

A partir de uma perspectiva sociológica, os locais são construídos por aspectos históricos, econômicos, sociais, culturais, entre outros, que influenciam no significado que o espaço passará a ter para os sujeitos que neles convivem (PAULO; MENEZES et al, 2013). No caso do espaço rural, o modo de vida gerado não depende apenas do espaço físico com o campo e trabalho na terra, mas com a ligação subjetiva que é gerada através da relação de convivência e trocas com o local, na formação de um território de relações, de vida, de experiência e de interesses coletivos (OLIVEIRA; PRADO, 2013).

Quando se fala em território rural no Brasil, a concentração fundiária – um problema de desigualdade na distribuição de terras desde a época das capitanias hereditárias, que foram os primeiros grandes latifúndios, ainda no período colonial – é uma das características históricas que se perpetua até hoje. Na tentativa de minimizar essa concentração e enfrentar os processos de exclusão, expulsão, expropriação e falta de oportunidade de sobrevivência nela e a partir dela, trabalhadoras/es e pequenas/os produtoras/es rurais organizaram movimentos de luta pela terra e pelo trabalho que ocasionou em um projeto político popular de reforma agrária.

Como já aprofundado no capítulo anterior, o MST se constrói enquanto um sujeito coletivo nesse cenário de desigualdades, alicerçado em uma concepção de democracia construída entre grupos e classes subalternas, em busca de transformação das bases latifundistas da estrutura agrária brasileira. Além dessa, outras pautas necessárias para a permanência dos sujeitos nos espaços rurais passaram a fazer parte das lutas das/os militantes do Movimento (FIRMINIANO, 2009).

Na terra de Zumbi dos Palmares, “quatrocentos anos depois das conquistas dos primeiros quilombos, a luta contra o cativo humano tornara-se a luta contra o cativo da terra” (MOURA; SILVA, 2009, p. 05). Em Alagoas, a dinâmica de surgimento do Movimento não se deu de modo muito diferente do restante do país. Marcado pelo seu desenvolvimento agrícola baseado principalmente na cana de açúcar, a concentração fundiária e, conseqüentemente, a concentração de renda, o estado perpetua a precarização das condições de vida para muitas famílias, principalmente para aquelas que dependem da terra.

Levar em consideração que as/os jovens que participaram dessa pesquisa encontram-se nesse território marcado por diversas desigualdades, desafios e injustiças, justifica o despertar delas/es em tornarem-se atrizes e atores políticos que agem ativamente nos processos de transformação de suas realidades. No tópico a seguir apresentaremos a trajetória das/os jovens participantes desta pesquisa e suas concepções sobre a política.

4.1. Trajetórias das/os jovens no MST e suas concepções sobre a política

As/Os jovens pesquisadas/os, marcadas/os por semelhanças e singularidades em suas trajetórias de vida, são em sua maioria as/os filhas/os de trabalhadoras/es rurais que cresceram acompanhando as dificuldades, as humilhações e explorações que muitas das vezes elas/eles, seus pais e mães eram submetidas/os nas relações de trabalho com as/os donas/os das terras que trabalhavam.

Em uma das conversas tidas com um dos jovens que participou da pesquisa, foram compartilhadas histórias da sua família em que ele relata que seu pai contava que quando era criança, muitas das vezes, trabalhava em condições precárias, com regime de troca de serviço por alimento. José Silva (28 anos, assentado no sertão) descreve que:

Ainda hoje eu me lembro que meu pai falava que trabalhava, e que geralmente existia muito a questão das pessoas que trabalhavam, por exemplo, durante o dia, e ganhava feijão, farinha, em troca do dinheiro. Não ganhavam o dinheiro e sim alimento (José Silva, 28 anos, assentado no sertão).

Ele continuou contando que além de terem que se submeter a essas formas de pagamentos que as/os donas/os das terras decidiam fazer, ainda passavam por inúmeros tipos de humilhação. Relembra quando o pai contava algumas vivências que eram comuns nas relações entre as/os donas/os de terras e as/os trabalhadoras/es, entre elas:

[...] Meu pai fala muito que lá, geralmente, o chefe da família vai trabalhar na fazenda, aí de manhã tem o café pra ele, e muitas das vezes os filhos ia lá para pegar um litro de leite... Eu não me recordo disso, mas meu pai fica muito emocionado falando disso, e diz que muitas das vezes eu ou meu irmão ia buscar esse leite na fazenda e passávamos olhando e não podia ficar ou comer porque era só para aquelas pessoas, para os peões, pra poderem ir trabalhar. Conta que meu avô – porque como eu te disse, é uma coisa que não foi só na geração do meu pai, mas foi na geração do meu avô também – muitas das vezes, pegava alguma coisa e escondia pra poder levar pro meu pai e pra minha tia, da

comida deles (dos trabalhadores) e que de manhã ele comia alguma coisa, mas não comia tudo, escondia pra poder tentar levar alguma coisa pra casa (José Silva, 28 anos, assentado no sertão).

Muitas vezes, a experiência da condição de subalternidade, humilhação – seja ela em relação à classe, ao gênero, à raça ou ao território a que pertence – e indignação diante das injustiças (junto a outros elementos que atravessam as vivências dos sujeitos), são algumas das causas que contribuem para o encontro das pessoas com a política. Adentrando na experiência de humilhação, e mais especificamente no conceito de humilhação social, Gonçalves Filho (1998) considera que ela é um fenômeno histórico que caminha com a vulnerabilidade social e é longamente vivenciado pelas/os pobres e suas/seus ancestrais.

Ela é produto da desigualdade de classes que resulta do capitalismo burocrático que separa homem e trabalho – trabalho que a princípio seria para a subsistência, mas que por interesses capitalistas, torna-se instrumento de dominação. Para o autor, o fenômeno da humilhação, que é:

[...] efeito da desigualdade política, indica a exclusão recorrente de uma classe inteira de homens para fora do âmbito intersubjetivo da iniciativa e da palavra. [...] devemos propô-la como uma modalidade de angústia disparada pelo enigma da desigualdade de classes. Como tal, trata-se de um fenômeno ao mesmo tempo psicológico e político (GONÇALVES FILHO, 1998, p. 15).

Para Costa (2004), a angústia das/os subordinadas/os, compartilhada entre os familiares e amigas/os, consegue mover ações e polarizar reuniões e discussões que assumem sentido político e capacidade de ação para a transformação dessa realidade de subordinação. As formas dos desencadeamentos dessas ações podem variar entre lágrimas e protestos – sendo este último o principal tipo de ação tomada pelas/os jovens dessa pesquisa.

Stédile e Fernandes (1999) defendem que a inserção das/os trabalhadoras/es em movimentos sociais do campo é uma das alternativas políticas possíveis para a transformação dessas condições e a construção de relações de trabalho mais horizontais. Nesse sentido, foram as explorações vivenciadas por muitas/os delas/es que as/os motivaram a se organizarem para entrar no Movimento.

Os autores acima citados consideram que o MST tem contribuído tanto no compartilhamento e fortalecimento de valores e tradições das/os trabalhadoras/es rurais quanto na proposição de diretrizes organizativas para a transformação das condições de

trabalho e de vida delas/es. Ao defender os princípios organizativos que resgatam, valorizam e ressignificam as tradições dessas/es trabalhadoras/es, o Movimento busca criar condições para que suas/seus membras/os vivenciem o sentimento de coletividade e pertencimento a uma organização coerente e comprometida com os direitos sociais. Para que elas/es passem das condições individuais de estarem sem terra, para as de serem Sem-Terra (ALVAIDES; SCOPINHO, 2013).

José Silva me indaga se conheço um ditado popular do interior que dizia que “a roda grande ia passar por dentro da roda pequena”. Segundo ele, esse ditado quer dizer que:

quem humilhava as pessoas, vamos dizer que, vai cair do cavalo e que o pobre um dia iria ser valorizado. Então, meio que é isso. O MST chega aqui e diz: você que era dono de tudo isso, que humilhava as pessoas, você agora vai perder. Por toda essa maldade que você fez, agora as pessoas vão ter a oportunidade de ter seu pedacinho de terra e não vão ser mais humilhadas, vão ter sua dignidade. Porque você, né? Terra é poder.

José Lucas (29 anos, assentado no agreste), relata que sua experiência de encontro com o Movimento se deu ainda na infância, quando morava em outro território rural e a família passava por necessidades financeiras. Seu pai soube de uma ocupação que estavam realizando na fazenda em que hoje é o assentamento e foi lá participar. Depois de alguns anos de luta enquanto acampamento, a região conseguiu se tornar assentamento e então a família garantiu a posse e foi de vez morar no território que se encontram até hoje.

O jovem José Lucas afirma que a entrada no MST transformou a sua condição de vida e a de sua família. Ele relata que foi através do Movimento que pôde garantir uma moradia e ter acesso à terra para trabalhar, além disso, a entrada no MST foi essencial para ampliar sua visão crítica sobre determinados fenômenos sociais e políticos que o atravessam. Ele expressa que “quando a gente não participa, a gente não tem o conhecimento, né? E quando a gente não tem conhecimento, a gente não tem os direitos também. Participar faz a gente saber os seus deveres e direitos, né?”. Essa visão não é uma visão isolada, ela circula por entre muitas/os jovens que ingressam no Movimento e se dedicam a ele com dedicação e responsabilidade.

Assim como os jovens José Silva e José Lucas, as participantes mulheres, Aline e Alessandra, também são de origem rural, e, assim como José Lucas, entraram no Movimento através dos pais. Os pais de Aline são os articuladores da conquista dos

primeiros assentamentos do Sertão, mais especificamente de Delmiro Gouveia, conquistados através da Reforma Agrária.

Alexsandra (20 anos, assentada no sertão) também carrega em sua trajetória a origem rural e os pais como os primeiros articuladores da região de Olho D'Água do Casado a lutar pela Reforma Agrária e conquista do assentamento no qual residem até hoje. Ela relata que entrou no Movimento através dos pais e contextualiza as razões que as/os levaram a isso, dizendo que:

Onde a gente morava antes era um lugar pequeno e escasso, em questão de terra, mas rico assim em questão de companheirismo, sabe? Amizade... Então lá era quase como se todo mundo fosse família, todo mundo conhecia todo mundo. Havia companheirismo, amizade... Mas foi quando percebemos que não tinha como evoluir alí naquela terra onde a gente morava. A gente morava em um pequeno povoado, lá na nossa cidade natal, e aí foi quando meu pai soube que haveria a ocupação desse assentamento aqui na cidade de Olho D'Água. Ele percebeu que a gente, por já ser uma família grande e onde a gente morava não ter meios de sobreviver através da agricultura – já por falta de espaço e de terreno onde plantar, e a terra também só ter lajeiros de pedra e tal – aí, foi quando ele soube, né, sobre essa ocupação e foi em frente, lutando junto com os outros companheiros e aí foi quando a gente conseguiu a ocupação. No caso, a gente meu pai, né? Pois a gente só veio mesmo pra cá (eu, minha mãe e meus irmãos) quando já tava tudo certinho.

Ela prossegue relatando que desde a infância, por volta dos 7 ou 8 anos, já morava lá no assentamento, porém só considera que ingressou de fato, quando chegou em sua juventude, por volta dos 15 ou 16 anos, quando começa a ser mais ativa a participar das reuniões, dos eventos e dos espaços organizativos. Nesse trajeto entre a infância e a juventude, ela traz algumas recordações sobre as condições às quais se encontrava, diz que “desde os 7 a 8 anos de idade a gente já estava por aqui. A gente morou primeiro em uma casa de lona. Não foi nem barro. Primeiro foi a lona, e depois foi pra barro e agora é que, digamos que, a gente tá numa mansão, né?”.

Foi através do MST e da Reforma Agrária que hoje ela pode enfatizar que diante de todo um processo de luta, mora em uma mansão. Porém os ganhos através do Movimento não se resumem a isso, ela reflete que há inúmeros outros ganhos e que vão além da aquisição de terra. Trata-se da aquisição de novos vínculos, da construção de novas relações com a terra e com a/o outra/o, consigo mesma e com seus processos subjetivos. Sobre isso, Alexsandra descreve que

Quando a gente entra numa organização, a gente se dá conta que tá entrando numa nova família. Construindo, na verdade. Pois é tanto companheirismo, tanto aconchego, assim... Que quando você entra, você se dá conta de que ali você tá construindo uma nova história, um novo capítulo, né, na sua vida. Você vê como se fosse um novo horizonte. Eu lembro assim, que quando eu entrei, comecei mesmo a me envolver... Nas viagens, nos nossos encontros, a gente sempre tem as questões de mística, questão de roda de conversa... É, principalmente na roda de conversa onde você, não só o jovem, mas principalmente o companheiro adulto, que tem já muitos anos de trajetória no MST e quando ele conta, assim a história dele, a pessoa até solta lágrimas, né, por saber que já se passou por tantas coisas e foi através do MST que muitos se ergueram, muitos construíram uma nova vida. Todos nós temos nossas dificuldades, mas quando você se encontra em uma organização onde lá você tem muitos companheiros pra lhe confortar, pra lhe ajudar no seu novo processo de caminhada, aí você se dá conta do quanto há mesmo companheiros pra te ajudar, pra te levantar e te reerguerem.

As admirações construídas pelo Movimento através do modo de funcionamento das subjetividades e relações de suas/seus membras/os e os vínculos criados a partir dele (além da busca por transformação por conta das insatisfações com as injustiças vivenciadas e presenciadas), são alguns dos fatores que contribuem para que as pessoas ingressem no Movimento e criem raízes suficientes para permanecer nele.

Para além das formas de ingresso no MST e na própria política se dar através da insatisfação com as condições de vida que se possui, há também as entradas que se dão através de elementos como a identificação e admiração com os valores, e das relações de vínculo com pessoas que já são do Movimento. Esse foi o caso do jovem Lucas Nunes (27 anos, acampado no litoral). Diferente de todas/os as/os jovens que participaram da pesquisa, Lucas Nunes não é de origem rural. Ele se aproximou do Movimento através de alguns familiares que já participavam. Ele se encontra no Movimento há quase 10 anos e relata que:

Quando comecei a entrar no MST, eu não era acampado, não era assentado e não tinha um vínculo mais orgânico com o Movimento, pois eu era morador da cidade. Conheci o Sem-Terra através de uma família minha que era assentada. Comecei conhecendo mais o Movimento através da secretaria estadual do MST e depois a gente foi articulando a juventude.

Algumas pessoas, percebendo-se excluídas dos processos de socialização e eliminadas da dinâmica de produção que o capitalismo impõe, unem-se às/aos trabalhadoras/es que experimentam de processos semelhantes. Elas/es se agregam

coletivamente e passam a participar das lutas e a construir projetos emancipatórios que contribuem para a transformação de suas realidades e do todo social (FALKEMBACH, 2007).

O companheirismo, que se constitui também pela identificação “com a exclusão, com o sofrimento da exclusão, e na experiência-limite” (FALKEMBACH, 2007, p. 145) que os desafiam, é tido como uma das principais características do Movimento e que atrai suas/seus militantes. Elas/es enxergam que são nessas relações de amizade que se estabelecem os sentimentos de comunidade e se produzem uma subjetividade coletiva.

Ortega (2000), assim como Lucas Nunes, visualizam nessas relações democráticas de amizade e companheirismo “um exercício do político, uma forma de re-traçar e re-inventar o político” (2000, p. 58), caracterizadas por buscar afastar a competitividade disseminada nas relações não baseadas em uma lógica de complementariedade, de ajuda mútua, de solidariedade política e coletividade.

O percurso de entrada no Movimento é relatado por suas/seus militantes, em sua maioria, como uma das mudanças mais importantes de suas vidas. Inicialmente, encaram a entrada com certo estranhamento, dada a natureza de ajustamento em relação ao modo de funcionamento coletivo e as regras organizativas do Movimento, assim como, por na maioria das vezes, estarem atravessadas/os por uma visão do mesmo deturpada pela mídia. Porém, as condições de vida desfavoráveis e a esperança de que os ideais do Movimento são condizentes com os valores delas/es, fizeram com que as críticas e tentativas de criminalização do Movimento não as/os desinteressassem de conhecer ou as/os afastassem.

José Silva compartilhou que até entrar no Movimento oficialmente, levou cerca de quase 01 ano, pois por conta da criminalização que havia em relação às ações dos seus membros, havia um receio de que ele entrasse e pudesse ser perseguido pelas/os donas/os de terras. Ele relata que quando a ocupação chegou perto de onde ele morava com sua família, em 2007, quando tinha 15 anos, ele ainda possuía uma imagem deturpada do Movimento, mas por conhecer a maioria daquelas pessoas que faziam parte do acampamento, saber que era justamente aquelas/es trabalhadoras/es que tanto se dedicavam aos trabalhos nas fazendas e ainda assim eram humilhadas/os e exploradas/os, foi percebendo que muito do que era falado sobre o Movimento, não se tratava da realidade que ele estava passando a perceber. Ele relata que:

quando a ocupação chega em 2007, eu comecei a participar, mas meu pai tinha muito medo ainda, como não conhecia e ainda tinha uma imagem “feia” – tanto ele tinha essa imagem que eu já falei, como eu também – de que muitos sem terras eram mortos, passava muito na televisão... então eu passei um ano ali, eu ia, mas voltava pra casa e meu pai não deixava eu viajar, porque tinha muito essa questão das viagens pra participar das reuniões, ele não deixava. E se deixasse era porque alguém do acampamento ia lá pedir a ele e dizia “não, ele vai comigo! Eu me responsabilizo a olhar ele, cuidar”. Porque também eu era menor de idade, não saía muito, então não tinha muito conhecimento, e você sabe que em todo canto tem maldade no mundo. Não estou falando do MST, mas o mundo tem maldade, e uma pessoa criada ali naquele território, que só vive na roça, quando sai, você sabe que é diferente. Por exemplo, ir pra Maceió naquele momento era muito perigoso, porque eu não sabia de trânsito, não sabia de ônibus, tudo era novo, então tinha todo um cuidado e depois de um ano, D. também foi lá na minha casa, falar com ele, ele foi compreendendo e ajudando inclusive a defender o Movimento, a dizer que o MST não era nada daquilo que era falado.

A realidade demonstra que a entrada de muitas/os jovens se dá de forma processual, como se houvesse um tempo de paquera ao Movimento, para só então embarcar de fato. A forma de entrada vai variar e ser influenciada por características específicas que vão atravessar a vida de cada um/a, como por exemplo, as experiências de vida, o território que convivem e o envolvimento político familiar e de pessoas próximas.

A oficialização dessa entrada, quando dada de modo comprometido e engajado, promove um verdadeiro divisor de águas e transformação de visão de mundo e de realidade de vida dessas/es jovens. Ela acontece como um modo de “chamado” para se responsabilizarem com as ações de luta do Movimento.

Leite e Dimenstein (2011), em suas pesquisas sobre a militância e a trajetória das/os participantes, também referem que há esse estranhamento – dada a natureza de desconhecimento em relação aos modos organizativos do Movimento – trazido pelas/os jovens que participam deste estudo, mas, posteriormente, vão sendo atravessadas/os pelos valores do Movimento e esses vão tendo os seus reflexos em suas vidas e produzindo novas subjetividades.

Nesse sentido, o enfrentamento de conflitos existentes durante o processo de inserção no Movimento – sejam eles os mais simbólicos, de lidar com a criminalização e discriminação, ou os mais práticos, de cortar a cerca para a ocupação da área – parece promover também um corte subjetivo – fazendo relação ao que Leite e Dimenstein (2011) associam sobre o corte das cercas.

Sobre essa analogia, o autor e a autora afirmam que “o arame arranha as subjetividades, já que (des)subjetiva e (re)subjetiva os corpos” (p. 79), no sentido de que “se descreve inicialmente em forma de medo, anseio ou indignação diante de uma vida que tenta se refazer pelas margens não só das rodovias acampadas, mas do campo social e político” (p. 79).

As principais mudanças ocasionadas a partir da entrada no Movimento têm relação com a formação de um pensamento crítico, disciplina, autonomia, a adoção de posturas mais coletivas, engajamentos nas lutas sociais e políticas, como referiu José Lucas quando afirmou que quando as pessoas não se engajam em determinadas organizações políticas, não adquirem determinados conhecimentos e por tanto também não tomam conhecimento dos seus deveres e direitos.

Para as/os jovens da pesquisa, o engajamento em espaços políticos e sociais como o MST, por exemplo, dá mais sentido à vida, além de proporcionar o aprofundamento das relações de acolhimento e companheirismo, como falaram José Silva e Alexandra. É através dos processos de formação política que as subjetividades militantes vão sendo (re)construídas com características de emancipação e responsabilidade, tornando as/os jovens atrizes e atores de suas próprias histórias. Neste sentido Alexandra afirma que:

Todos nós temos nossas dificuldades, mas quando você se encontra em uma organização onde lá você tem muitos companheiros pra lhe confortar, pra lhe ajudar no seu novo processo de caminhada, aí você se dá conta do quanto há mesmo companheiros pra te ajudar, pra te levantar e te reerguerem. (...) Às vezes, eu fico muito sentimental quando se trata de falar da vida no MST. É algo que muda realmente a gente. E eu percebi, assim, que no decorrer da minha vida, eu amadureci muito, cresci muito com o MST, e eu devo muito a ele.

Consideramos que as/os jovens que se integram aos movimentos sociais comprometidas/os com a transformação de uma sociedade mais igualitária, não são “quaisquer umas/uns”. Trata-se de uma juventude engajada em um projeto político e social com interesses em construir relações e espaços com capacidade de acolher as diversidades e promover processos que viabilizem a liberdade de ser e pensar diferente.

A indignação provocada pela injustiça impulsiona as/os jovens a participar desse mundo da política e a reivindicar por um projeto político e social baseado nos valores da igualdade e da justiça. Elas/es nutrem um sentimento de querer mudanças, acreditando que a política é capaz de transformar a sociedade em suas diferentes dimensões.

Nesse sentido, reafirmam suas crenças e se colocam a partir de suas lutas em prol de um projeto de sociedade possível, ainda que difícil. A utopia serve de orientação frente ao que se quer, ao que se reivindica enquanto ideal de sociedade; serve de orientação frente aos sonhos e desejos coletivos e em prol da coletividade, do bem-comum que, neste caso, bem poderia ser expresso pela imagem de uma sociedade anti-capitalista (MESQUITA; OLIVEIRA, 2013, p. 384).

A maioria das/os jovens que participou da pesquisa possui uma visão ampla de política, considerando que ela atravessa todos os contextos da vida, desde o ato de se relacionar, até o de se alimentar. Falar sobre política é falar sobre suas vidas, suas histórias, das escolhas feitas, das formas de se relacionar – consigo mesma/o ou com a/o outra/o – e das perspectivas críticas construídas.

Elas/es visualizam a política como meio de transformação e melhoria de seus modos de existência, e, das condições econômicas e sociais, não só para elas/es mesmas/os, mas também para os seus familiares e para a sociedade no geral. Nesse sentido José Silva comenta que:

o MST transforma vidas, como eu falei, porque transformou a minha vida e de várias outras pessoas que passavam pela situação que passava. Teve um vídeo que eu até postei no *status*, de um senhorzinho, um exemplo mais lindo e belo que você possa imaginar. Ele contou que foi muito humilhado e que não ficava nem com a palha do feijão e do milho, mas acredito que o MST é a esperança dessas pessoas e é isso que me orgulha do MST. Essa capacidade também de transformar vidas, criar processos do coletivo, porque todos os espaços, apesar de ter alguma contradição, tem um coletivo que você possa contar, que você possa ajudar, que você possa ter ali, porque sem isso eu acho que eu me sentiria muito mal.

A visão do Movimento sobre a juventude é a de que ela está relacionada a um potencial revolucionário com capacidade de promover rupturas e combater as injustiças sociais. Como discutido no capítulo 2, a partir de Castro S. (2005), ela é compreendida como um dos meios para agenciar a transformação e compartilhar sentimentos de identificação, pertencimento, ideais sobre a luta e atribuir para si a missão de mudança.

A concepção da/o jovem militante que ingressa no Movimento é associada então a uma vanguarda frente às opressões, sendo exemplo vivo de entusiasmo, estímulo, garra e coragem de lutar, além de “expressar sua rebeldia e seu espírito de coragem e luta, com isso um grande senso de dever para com a sociedade que estamos construindo, com nossos semelhantes enquanto seres humanos, o nosso compromisso de dever revolucionário” (MST, 1998a, p. 3).

Quando as/os jovens são indagadas/os sobre o que é ser juventude Sem Terra, elas/es afirmam que não é uma pergunta que se responde de forma simplista, mas que pode ser resumida como luta, ousadia, rebeldia, atitude, conquista e futuro. Além disso, é também a possibilidade de mudanças, de seguir na construção coletiva de uma sociedade mais justa (COLETIVO DA JUVENTUDE - MST, 2019). Percebemos que as concepções que elas/es possuem sobre si mesmas/os é comum entre as/os jovens da maior parte do país e dialoga diretamente com os ideais de juventude proposto em 1998, quando sentiu-se a necessidade de criar um setor especificamente para a juventude.

Em nossos diálogos, quando Lucas Nunes foi indagado sobre tal pergunta, ele inicia afirmando que o coletivo delas/es procuram reformular, em relação ao que já está dado pela sociedade, um novo ser, um novo indivíduo, um novo homem e uma nova mulher. Nesse sentido, ele continua relatando que:

A gente fala que a juventude é revolução, é que tem a tarefa, o papel, de quebrar as amarras, de acabar com o velho para surgir uma coisa nova. Ser jovem no MST, para além de defender a reforma agrária, de lutar pela nossa missão como Sem Terra – que é plantar, é cuidar da terra, é cuidar do meio ambiente, que é defender a reforma agrária, que é alimentar a cidade, a gente também tem esse elemento do jovem – o de ser revolucionário, que é um pouco do que é nossa ideia, nossa ousadia mesmo, né, nossa vontade de fazer. Acho que é uma juventude muito disposta, muito animada a prestar um novo modelo de sociabilidade, né. Inclusive entre nós. Não podemos permitir que essa sociedade nos diga que é bom fazer a homofobia, o racismo, a misoginia, o assédio.

Ao mesmo tempo em que algumas concepções das/os militantes se forjam a partir de um ideário de juventude associado a um modelo de participação política fortemente influenciado pelas práticas de militância dos anos 60, associando as/os jovens a uma natureza questionadora, rebelde (ABRAMO, 1997, p. 26), inquieta, crítica e ousada, essas/es jovens vêm construindo seus modelos e ressignificando esses termos no seu cotidiano. Lucas Nunes comenta que quando há comparações e naturalizações, surge uma certa desconfiança em relação a capacidade dessas/es jovens.

Antes de pensar: vamos apostar na juventude e vamos ver no que vai dar, teve uma desconfiança. Porque são contradições do mundo, né. A gente não tá numa bolha, a gente tá vivendo inteiro, né. Então depois dessa articulação, assim, esse processo de confiança foi sendo construído mesmo.

Essa capacidade de colocar as/os jovens enquanto revolucionários, mas também como rebeldes é reflexo de concepções essencializadas sobre a juventude. Mas, através

das construções tidas no dia a dia, essas concepções são olhadas com mais cuidado e vistas como possíveis de fazerem parte das experiências juvenis, mas não de estarem dadas de forma natural e automática, sendo isso ou aquilo, pelo contrário, podendo ser isso e aquilo.

Lucas Nunes relata que adquirir das/os mais velhas/os a confiança de saberem que “a juventude curte, mas também estuda, vai para as festas, mas também cumpre com seus compromissos”, é um processo de construção contínua. Isso reflete inclusive na aposta de formação de novas lideranças entre as/os jovens. Pois, como indaga Lucas Nunes, “já já os mais velhos vão passando e quem é que vai de fato assumir, né?”. É graças à confiança que a juventude adquire que é possível perceber mudanças e aberturas em relação às/aos jovens ocupando lugares de liderança.

Elas/es afirmam que a conjuntura atual é um dos momentos mais difíceis de militar e que elas/es mais vêm sofrendo ataques aos direitos conquistados – durante a pesquisa um dos jovens tem estado presente de forma direta na luta para não haver o despejo de um assentamento na região do sertão, é importante destacar que se trata de um assentamento e não acampamento, além de não ser o único que passa por isso no estado de Alagoas.

Apesar das condições dessa conjuntura, mas também justamente por essas e outras dificuldades e a falta de garantia de direitos até mesmo já adquiridos, que elas/es consideram que precisam estar engajadas/os nas lutas do que já está garantido e pelo que ainda está para ser conquistado. Afirmam ser necessário se envolverem cada vez mais nas demandas de suas regiões, principalmente, para garantirem direitos básicos de moradia, trabalho, educação, saúde, alimentação saudável, segurança e sobrevivência digna no campo.

O MST tem sido um Movimento com capacidade de desenvolver em suas/seus jovens o desejo de produzir novas realidades e, dessa forma, estimular suas potências reflexivas e de ação para a transformação de seus meios. A valorização do que as/os jovens vêm construindo no âmbito político dentro do Movimento, estimula o desenvolvimento das habilidades, a participação nas atividades políticas, assim como, incentiva a permanecerem na luta por condições mais dignas.

Maia *et al.* (2011) afirmam que as ações coletivas se constroem com uma tentativa de significação e possibilidade de transformação da realidade. Elas/es lutam não só pela reforma agrária, mas também por direitos sociais e de igualdade, sem descartar o

reconhecimento das peculiaridades e diferenças que atravessam cada uma/um, sejam elas de gênero, classe, raça ou sexualidade, por exemplo.

Compreendendo os modos de entrada e os atravessamentos que influenciaram e influenciam as/os jovens da pesquisa a ingressarem e seguirem no Movimento, agora vamos discutir como elas/es se organizam para produzirem e se articularem não só entre a juventude em si, mas entre as/os demais militantes do Movimento, suas produções subjetivas, suas instâncias e outras organizações políticas e sociais.

4.2. Ocupação de espaços no MST: participação e expressão política das/os jovens

É com base na necessidade de se organizar politicamente e lutar contra a reprodução das desigualdades e ataques aos direitos que surge, na década de 80, o MST. O Movimento se estabelece tendo como foco a reforma agrária, e vai se consolidando tomando outras reformas relacionadas à inclusão social e digna da/o trabalhadora/or do campo como pauta de luta. É baseado em olhares participativos na construção da luta social, na humildade da militância, na generosidade dos apoios das entidades, que o MST se dedica a uma metodologia funcionamento pautada em organização e solidariedade política.

Conforme foi crescendo, ampliando suas pautas de luta e se envolvendo em discussões que atravessam os interesses de suas/seus membras/os, foi-se criando uma metodologia de funcionamento para ajudar a se organizarem e buscarem construir estratégias para as questões que surgissem nos mais variados âmbitos que o envolvesse. Daí a criação dos chamados: acampamentos, assentamentos, núcleos de base, brigadas, setores, coletivos.

Os acampamentos consistem na ocupação de uma propriedade latifundiária em situação irregular, em que famílias que fazem parte do Movimento se instalam e passam a acampar nela. Passam a viver neles como forma de pressionar as autoridades para a desapropriação da posse que se encontra de forma ilegal nas mãos dos latifundiários. Nos acampamentos as famílias se sustentam através da agricultura familiar – dando à terra seu real significado: produção – e em forma de cooperativas. Esse período em que se encontram acampadas/os é uma formação política na prática em relação ao que precisarão desenvolver enquanto militante ao longo do processo de participação no Movimento.

Quando a terra é desapropriada pelo Estado e concedida oficialmente àquelas pessoas que estão ali vivendo e produzindo, dar-se o nome de assentamento. Nesse momento a terra passa a ser, de fato e de direito, daquelas famílias. É importante ressaltar que muitas das vezes esse processo de transição de acampamento até tornar-se assentamento costuma levar anos.

Até então, quando a terra se tornava assentamento e ficava sob posse dos Sem Terras, não corriam mais risco de serem despejadas/os dela. Porém, diante de um governo com tantos ataques aos direitos, atualmente alguns assentamentos ao redor do país, inclusive em Alagoas, encontram-se em ameaça de despejo e possível expulsão das famílias que se encontram nela há tantos anos.

Os assentamentos são conjuntos de unidades agrícolas, chamadas de lotes, destinadas para as famílias residirem e explorarem para o desenvolvimento de atividades relacionadas à agricultura e criação de animais. Os assentamentos também devem possuir áreas coletivas como centros comunitários, igrejas, agroindústrias, escolas, unidades de saúde e áreas esportivas. No entanto, na maioria das vezes acontece a posse da terra, mas as/os assentadas/os precisam continuar na luta para conseguir garantir esses direitos que deveriam vir junto à evolução do acampamento para assentamento.

As famílias assentadas são denominadas como um núcleo e o conjunto de até 30 unidades desse núcleo forma um núcleo de base. Os núcleos de base são constituídos para facilitar a comunicação e participação das famílias no planejamento e nas intervenções que venham a ser feita pelo Movimento. Cada núcleo de base escolhe uma coordenadora e um coordenador que cooperam com a coordenação do assentamento. Uma característica importante é que as instâncias de decisão do Movimento são organizadas para garantir a participação das mulheres – são sempre duas vagas para ser ocupadas, uma para um homem e uma para uma mulher – e cada uma/um possui direito a voto por igual (MST, 2005).

Os conjuntos de núcleos de base formam as brigadas. Elas foram criadas para substituir as grandes regionais e permitir maior participação de suas/seus membras/os, além de facilitar a multiplicação de lideranças (MST, 2005). Cada estado tem autonomia para realizar suas brigadas de acordo com critérios geográficos ou de participação das/os militantes.

Para encaminhar as tarefas específicas do Movimento nos assentamentos e nos acampamentos, as famílias também se organizam por setores. Eles são construídos e organizados desde o âmbito local até o nacional, de acordo com as necessidades de

demandas de cada região. Entre os setores mais comuns à maioria dos acampamentos e assentamentos estão: frente de massas, formação, comunicação, educação, finanças.

Cada um deles desempenha uma função específica, mas que se complementam para o bom funcionamento do Movimento. Esses setores são compostos por todas/os as/os militantes que se comprometem em contribuir com a organização estrutural do Movimento. De forma mais detalhada, os setores se estruturam em:

Frente de Massa, que organiza trabalhadoras e trabalhadores no acesso à terra, da ocupação à construção de acampamentos e manifestações e atos políticos; Comunicação, que nasceu do Jornal Sem Terra, anterior à fundação do MST em 1984, informando as famílias trabalhadoras Sem Terra; Formação, que se responsabiliza pelo aspecto político-ideológico de seus militantes, dirigentes e das bases nos acampamentos e assentamentos; Finanças, com a responsabilidade da manutenção financeira, que se desdobrou em um Setor de Projetos; Produção, Cooperação e Meio Ambiente, um setor que lida com a proposta de produção, principalmente nos assentamentos; Educação, que surgiu da demanda de escolarização das famílias acampadas e assentadas; Saúde, que surgiu de uma demanda constante nas populações rurais pobres por melhores condições de vida e de experiências como das Pastorais da Saúde ligadas à Igreja; Cultura, que se organizou a partir das produções artísticas no meio sem terra. (CASTRO, 2005, p. 100).

Até 2005, a juventude era caracterizada como um setor, porém, a partir desse ano foi considerado como um Coletivo. Essa mudança aconteceu com o objetivo de ampliar os processos de auto-organização, formação e organização de pautas de lutas das/os jovens em conjunto com os demais âmbitos do Movimento. Além do Coletivo de Juventude, outros que se destacam são os de Gênero e LGBTQIA+. A organização deles se dá pela formação de um grupo em que se compartilham interesses em comuns em relação à identidade, orientação, geração e pautas de lutas.

Vale ressaltar que os setores e coletivos, embora tenham a finalidade de dar conta das demandas de suas/seus militantes, desenvolvem funções distintas e por isso é importante que sejam ocupados de forma simultânea e não excludentes. Aline nos explica sobre isso dando o exemplo de uma jovem que pode fazer parte do setor de finanças, compor o coletivo da juventude e ainda contribuir com o coletivo de gênero também. Ela afirma que ocupar esses espaços que nos representam de forma política e organizativa é garantir que estratégias de afirmação de nossas identidades estejam sendo pensadas, fortalecidas e postas em prática. Em uma de nossas conversas informais sobre os espaços organizativos do Movimento, ela me diz que:

O MST vai ter vários setores. Setor de produção, setor de educação, setor de formação, setor de comunicação. Vai ter em torno de nove. E além dos nove setores ainda vai ter coletivos. Vai ter o coletivo de mulheres, vai ter o coletivo LGBT, vai ter o coletivo de juventude. Mas quem tá nos coletivos, também está organizado nos setores. Eu faço parte do de educação, mas eu sou jovem, participo aqui do coletivo de juventude, participo aqui do coletivo de mulheres.

Nesse sentido, as/os jovens de nossa pesquisa têm construído diferentes espaços para manifestar seus interesses e lutar pelas causas que acreditam. Elas/es têm promovido lutas que se relacionam não só às questões agrárias e às especificidades de estar no campo, mas também às que se relacionam a pautas que falam de suas vivências, de suas práticas e necessidades, de suas formas de ser e de como se fortalecer enquanto sujeito político e social.

Elas/es têm construído suas diferentes trajetórias ao longo do tempo de participação no MST se colocando como protagonistas em diversos espaços, tanto dentro, quanto fora do Movimento. José Silva é um desses jovens. Um dos primeiros lugares por ele ocupado foi a coordenação da brigada, depois passou a fazer parte da coordenação de finanças do seu assentamento, em seguida entrou na coordenação estadual, representando as cidades de Olho D'Água do Casado e Piranhas, onde ficou por dois mandatos (4 anos); depois foi eleito, e segue reeleito, como representante da direção nacional do Movimento.

José Silva relata que ocupar determinados espaços nem sempre é fácil e por ser jovem, nem sempre é acolhido logo de início. Ele comenta que a direção nacional do Movimento sempre foi composta por pessoas mais velhas – o que refletia na inflexibilidade e invisibilidade no que diz respeito à discussão de determinados temas que atravessam mais diretamente as vivências juvenis.

Essas tensões que giram em torno das questões geracionais não são de exclusividade do MST. Ao mesmo tempo em que os movimentos sociais – no geral marcados por atravessadores de gênero, racial e geracional – têm um certo grau de atenção para repensarem suas posturas e reverem suas práticas, ao estabelecerem trocas e lutarem por interesses diversos, podem cometer o equívoco de reproduzir formas de dominação e discriminação (SALES, 2003).

Castro (2009) refere que há jovens que ocupam determinados cargos, em reconhecidos movimentos sociais nacionais, que afirmam vivenciar relação de subordinação e subestimação. A incredulidade em relação à responsabilidade e à capacidade juvenil para ocupar alguns espaços e realizar ações com competência revela

a existência de uma relação hierárquica em função, principalmente, dos critérios geracional e de gênero.

Muitas das vezes, essas limitações existem tanto nos espaços de participação dos movimentos quanto no próprio ambiente familiar. Não é porque a juventude não apresenta as mesmas demandas ou estratégias de enfrentamentos, que seus familiares podem considerar que suas discussões e intervenções baseadas nos contextos atuais são menos importantes ou necessárias de serem dadas atenção.

As/Os jovens que passam por episódios de desconsideração e desvalorização – evidenciados, inclusive, pela negação ao acesso de certos espaços de decisão, por serem consideradas/os jovens demais – expressam que em alguns momentos isso ocasiona um sentimento de desânimo em relação às reivindicações e às demandas de transformação que buscam realizar. No entanto, embora sejam compreendidas/os por algumas/uns como sujeitas/os inexperientes ou sem capacidade suficiente para ocupar determinados lugares de visibilidade, Castro (2009) afirma que elas/es vêm assumindo esses espaços como agentes de transformação social, pois através de suas mobilizações é possível observar importantes transformações.

Além desse aspecto geracional – que já vem sendo encarado de uma forma mais atenta pelo Movimento –, há também os aspectos relacionados às responsabilidades advindos dos lugares de visibilidade ocupados e do comprometimento com o Movimento e com os grupos que se assume. Sobre isso José Silva afirma que “quando se está na frente de um coletivo, das pessoas, você não está falando só por você, está falando em nome de um coletivo”. Isso quer dizer que tanto é necessário ter uma postura que estabeleça respeito por parte do grupo em relação a esta/e jovem, quanto uma que sirva como exemplo de conduta a ser seguida.

O compartilhamento de valores e crenças presente no processo de participação do Movimento colabora para que as/os militantes construam uma identidade coletiva baseada nos fenômenos de pertença e engajamento, assim como em ações mobilizatórias que visam fortalecer as experiências do “nós”. Fazer parte de um Movimento é carregar uma identificação com um determinado grupo e envolver-se com seus ideais e princípios.

Prado e Júnior (2002) afirmam que esse compartilhamento de crenças e valores define uma cultura política própria do grupo e favorece a criação de estratégias que mobilizam as ações coletivas, necessárias para a continuidade do Movimento. Nesse sentido, um conjunto de “expressões e modos de ação vão sendo tomadas pelos indivíduos

na composição de um arranjo subjetivo de característica identitária” (LEITE; DIMENSTEIN, 2011, p. 26) que se desdobra no processo de formação militante.

Espaços diversos vêm sendo construídos e ocupados pela juventude. Outra jovem participante da pesquisa é Aleksandra, que faz parte do Movimento no alto sertão do estado, mas que sua atuação política ecoa por muitas outras regiões. Ela apresenta um programa de rádio, na Rádio Casadense FM 102.5, chamado “A hora do MST”. Ela conta que começou a explorar esses espaços através do programa de rádio que o pai tinha, onde ela contribuía com atuação na sonoplastia, até que recebeu o convite, por parte do seu amigo e dirigente nacional, José Silva, para apresentar o programa.

Todos os sábados, a partir das oito horas da manhã, o programa vai ao ar durante uma hora e também é transmitido online, envolvendo na produção, reportagem e equipe técnica, jovens assentadas/os da região que têm se desafiado na organização coletiva do exercício radiofônico. O programa tem o objetivo de ser mais um instrumento do Movimento para ampliar o diálogo com a sociedade e de manter informada as famílias que vivem nos acampamentos e assentamentos da região (COLETIVO DA JUVENTUDE – MST, 2020). Nesse sentido, Aleksandra relata que:

É através desse programa que a gente tenta mostrar para a sociedade aqui o que a gente vive e desmistificar essa questão do que é verdadeiramente o MST. Durante esse pouco tempo de espaço que a gente tem, onde a gente faz toda essa análise, é que a gente percebe que o público tem chegado mais próximo sabe? Tem se aproximado um pouco mais do que a gente via antes.

José Silva comenta em uma entrevista para o site do MST (2020) que o programa só é possível graças ao empenho coletivo das/os trabalhadoras/es organizadas/os na região que visualizam na construção do programa um espaço de importante disseminação das ideias na atualidade. As/Os jovens querem levar informação, mas também organização coletiva para superarem os desafios cotidianos, além de refletirem juntas/os sobre a realidade e as questões que são urgentes para o Movimento.

Ocupar estes espaços, além de ser uma forma de participação política, é também uma reconfiguração das estratégias de atuação e visibilidade, tanto do Movimento quanto da juventude, que constroem essas ações com o objetivo de oportunizar conscientização e formação política. Eles são considerados como espaços de participação e mobilização, assim como de “reconfigurações trazidas com a comunicação digital na política, especificamente nas formas de consumo, produção, circulação e recirculação de

mensagens” (CAMARGO; MAGNONI; MIRANDA, 2018, p. 116) e formação sobre a conjuntura política que as/os atravessam.

Como já discutimos no capítulo 2, um dos principais mecanismos de participação política das juventudes no contemporâneo tem sido através das ações culturais, das tecnologias e mídias digitais (MAYORGA; CASTRO; PRADO, 2012). A utilização desses meios acontece principalmente para visibilizar suas lutas, realizar discussões sobre debates importantes que as/os atravessam – como gênero, sexualidade, classe, raça – e construir espaços de formação e trocas de experiências, além de participar de ações políticas e militantes de forma ativa.

As plataformas digitais têm sido cada vez mais utilizadas como meio de articulação de ações, propagação de ideias e espaço de participação. Entre as mais utilizadas pelo MST há o *Facebook*, o *Instagram* e o *YouTube*. Devido às limitações impostas pela pandemia, em relação à necessidade de distanciamento, esses meios foram fortemente explorados por suas/seus militantes.

Matos (2009) considera que a internet tem capacidade de formação de um capital social compreendido como “um fator de participação política autônoma que apresenta efeitos sobre o capital humano, facilitando as relações sociais de interdependência e interação por meio das redes sociais” (p. 101). A oportunidade de expressão para vozes marginais e possibilidade de surgimento de discursos superando barreiras como espaço e tempo, é vista pelas/os estudiosas/os como uma espécie de ingrediente revigorante” da esfera pública (MARQUES, 2006).

Martino (2015) afirma que “assim como o mundo real é levado para as redes sociais digitais, as discussões online também têm o potencial de gerar atitudes e ações no mundo físico” (p. 58). Assim sendo, as ações realizadas por meio virtual alimentam as atividades desempenhadas na vida diária e conseqüentemente as atividades da vida cotidiana refletem no que tem sido gerado nas redes. Na cultura digital em que vivemos, não tem como negar as mídias digitais como espaço de mobilização e ativismo, assim como um espaço de ressignificação e reconfiguração dos modos de participação política, principalmente no que diz respeito aos modos de consumo, produção, circulação e reflexão.

Nesse contexto virtual e das novas tecnologias de propagação das informações, não se amplificam apenas as vozes, mas também reforçam e encorajam os posicionamentos que encontram em espaços importantes de afirmação identitárias. Assim, sujeitos que até então não se expunham publicamente para declarar suas ideias,

agora fazem por meio da internet e recursos afins, pois sentem-se mais à vontade e legitimadas/os pelos grupos que compartilham da mesma opinião. Com isso, sujeitos até então anônimos, passam a ser sujeitos ativos em seu coletivo virtual (CAMARGO; MAGNONI; MIRANDA, 2018).

Outra jovem que também tem conseguido trazer grandes contribuições para o Movimento é Aline Oliveira. Ela participa do setor da educação, do Coletivo de Juventude, é uma das coordenadoras do Projeto Arajuba¹² e ainda atua na Brigada do Congresso do Povo¹³ (sendo este o espaço que ela está mais atuante no momento).

Através da ocupação de cada um desses espaços, ela, assim como outras/os jovens, tem buscado contribuir com as pautas do Movimento a favor da transformação da sociedade que desejam construir, baseada em preceitos éticos, coletivos e justos. Por isso, a inserção em determinadas esferas do Movimento e da sociedade contribuem para reforçar a importância dos olhares para as demandas diversas das/os sujeitos sociais no campo contemporâneo e da construção de resistências às injustiças, preconceitos, discriminações (COLETIVO DA JUVENTUDE – MST, 2019).

Para a juventude do MST, a conquista da cidadania e dos propósitos de uma sociedade justa acontece através da participação política e da atuação ativa – no âmbito militante, social, cultural – a partir de diferentes estratégias de participação. Ocupar estes lugares, fisicamente e virtualmente – como as ações, as mobilizações, os compartilhamentos e as formações através das ferramentas que estiverem ao seu alcance – tem proporcionado a oportunidade de que suas pautas e a de suas/seus companheiras/os sejam levantadas e tornem-se relevantes. É assim que as/os jovens do Movimento têm buscado estar atentas/os aos impasses que impedem o desenvolvimento econômico, político, social das/os suas/seus e das/os que lutam por uma sociedade mais crítica e igualitária.

Lucas Nunes é outro jovem que tem dado grande contribuição ao Movimento e atualmente tem se dedicado à Brigada do Congresso do Povo, além de fazer parte do Coletivo da Juventude. Ele é uma das principais pontes de diálogos entre movimentos sociais como o Levante Popular da Juventude e o MST, e também participa do setor de

¹² Trata-se de um trabalho de apicultura baseado na agroecologia e realizado com as/os jovens acampadas/os e assentadas/os com objetivo de gerar renda à juventude e, assim, fazer com elas/es permaneçam no campo

¹³ Congresso do Povo é uma estratégia política para que as pessoas convoquem e instituem seu próprio congresso como parte de um grande processo pedagógico das massas populares. Esse processo busca ajudar a politizar a sociedade, a entender a conjuntura política, e a identificar as saídas desta crise e as formas de se organizar para construir as soluções. Ele busca ser essa ferramenta de mediação entre a realidade, a complexidade dos fenômenos políticos e suas consequências (MST, 2018).

comunicação e cultura do Movimento. É um grande artista e tem construído algumas produções de cunho político. Ele é um dos jovens que partilha da ideia de que não é porque são jovens, ou porque não possuem as mesmas estratégias de luta que seus pais e suas mães tiveram no início do MST, que suas articulações coletivas ou pautas baseadas nos contextos atuais da sociedade são menos importantes ou desnecessárias de serem ouvidas

Para as/os jovens, calar-se diante das tantas atrocidades as quais o povo está submetido é inadmissível. Por isso, veem-se na necessidade de denunciar os fenômenos responsáveis por determinadas desordens e organizar-se de forma coletiva para fazer a luta. Em função de ocupar esses espaços e serem protagonistas de importantes mudanças, essas/es jovens têm produzido ações políticas através de eventos formativos, culturais, políticos, acadêmicos.

É por meio dos processos organizativos, da participação, das lutas e reivindicações, e das escolhas de representantes, ou seja, dos espaços políticos que ocupam, que elas/es sonham e constroem mudanças sociais significativas tão importantes para o fortalecimento de suas identidades e suas práticas de (r)existência.

É importante ressaltar que as transformações possibilitadas por essas ações de participação não se colocam apenas no espaço das mudanças sociais, mas também no âmbito das subjetividades, do cotidiano e no campo das relações. Elas transversalizam essas dimensões tanto no sentido das mudanças sociais realizadas por meio de reivindicações e lutas coletivas quanto no das modificações pessoais.

Entre algumas das ações que essas/es jovens constroem em suas práticas políticas, o espaço da formação é um espaço prioritário. Como representação de um dos principais espaços de formação política e ideológica do MST, mencionamos a Escola Nacional Florestan Fernandes, criada em 2005, com intuito de contribuir com a formação e organização das/os militantes do MST e de outras organizações populares da América Latina e do Caribe. Com isso, consolida a formação como eixo fundamental do processo de participação política. Ela é defendida por Pizetta (2007) como:

um processo amplo e abrangente, que se realiza integralmente, seja através de cursos, reuniões ordinárias, ações coletivas, etc. [e que] [...] abrange diferentes momentos e estratégias [que] se constrói no cotidiano das lutas empreendidas pela organização. esse processo deve ser programado e desenvolvido para atender os diferentes níveis: base, militantes e dirigentes quadros da organização (p. 242).

Essa formação corresponde às contribuições teóricas para a transformação das relações sociais e permite uma maior aproximação entre as/os dirigentes e a base. Ela contribui para que as/os sujeitas/os adquiram conhecimentos especializados e culturais que fortaleçam as lutas sociais e de classe promovidas pelas/os trabalhadoras/es. Alguns de seus principais objetivos são: impulsionar o desenvolvimento da consciência política e organizativa das/os militantes e dirigentes; organizar e promover atividades com caráter de estudo, reflexão, análises e debates sobre temas conjunturais e estratégicos; fortalecer e obter maior clareza sobre os princípios políticos, organizativos e ideológicos do Movimento (PIZETTA, 2007; FIRMINIANO, 2009).

As marchas, as caminhadas, as ocupações de prédios públicos e as manifestações, são algumas outras experiências promovidas pelo Movimento e que têm como objetivo a construção de uma atriz e um ator social que desenvolva formas de organização, espacialização e territorialização que expandam suas experiências vividas e avaliadas (FERNANDES, 2000).

Algumas das ações que tem acontecido em Alagoas e tem tido as/os jovens como principais protagonistas falam um pouco desse processo de ocupação de determinados espaços pelas/os jovens. Segue abaixo o quadro com algumas atividades desenvolvidas entre os anos de 2019 a 2021, estruturada nos eixos de: formação, manifestação e cultura.

Quadro 1 – Atividades desenvolvidas pela Juventude do MST em Alagoas, de 2019 a 2021

FORMAÇÃO

- ✚ Curso de Formação de formadoras/es “Juventude e Questão Agrária Alagoana” – tem objetivo de *potencializar a compreensão e a atuação das/os jovens em relação às questões agrárias.*
- ✚ Formação de turmas de jovens educadoras/es da Brigada de Alfabetização Nise da Silveira, baseada na metodologia cubana “Sim, eu posso”.
- ✚ Escola Nise da Silveira – inauguração da primeira Escola de Formação, tem como objetivo fortalecer as iniciativas de trabalho popular de base no estado.
- ✚ Rede de Bibliotecas Populares – inauguração em homenagem ao centenário de Paulo Freire com objetivo de fortalecer a literatura em todas as suas dimensões.
- ✚ Seminário “A educação Popular Freiriana e a formação política na atualidade.

MANIFESTAÇÃO

- ✚ Protesto exige celeridade na construção do Plano para o Enfrentamento dos Efeitos Econômicos e Sociais da pandemia do Covid-19 entre os mais pobres.
- ✚ Distribuição de Marmitas Solidárias para população em situação de rua – ação pretende dialogar sobre o papel e a importância da Reforma Agrária Popular no combate à fome.
- ✚ Protesto na porta da Braskem, mineradora responsável pelo maior crime ambiental em área urbana do mundo.
- ✚ Distribuição de jornais e diálogos com a população convocando-a para o ato Fora Bolsonaro #2OutEuVou.
- ✚ Ações relacionadas à 12ª Jornada da Juventude que teve como tema “A juventude quer viver, derrubar o presidente e ver o povo no poder”.
- ✚ Protesto “O povo Sem Terra nas ruas e redes no #7SFORABOLSONARO!

CULTURA

- ✚ Versos de resistência – concurso de poesia para jovens negras/os que selecionou versos que retratam a luta, resistência e persistência e forjam sujeitos críticos.
- ✚ Festival de Cultura Popular na 20ª Feira de Reforma Agrária
- ✚ Escola Popular de Teatro – tem a perspectiva da formação de multiplicadores em Teatro Popular.
- ✚ Versão digital do tradicional Festival de Cultura Popular que acontece na Feira da Reforma agrária.
- ✚ Mostra Cultural: Arte, Juventude e Solidariedade – tem o objetivo de reunir produções artísticas das/os jovens do Movimento.
- ✚ Ciclo de Formação em Teatro do Oprimido – o curso pretende refletir sobre os problemas enfrentados no cotidiano das comunidades, bem como os possíveis caminhos para superá-los.

Dentre algumas das ações acima mencionadas, destacamos uma das ações de doação de 20 toneladas de alimentos que a juventude do MST doou para as famílias atingidas pelo desastre ambiental causado pela Braskem¹⁴, em Maceió. A ação integrou a 12ª Jornada Nacional da Juventude – que realizou ações de solidariedade por todo o país, conforme as necessidades de cada região.

De acordo com Lucas Nunes, a ação integra uma série de iniciativas construídas pelo Movimento Sem Terra ao longo do período da pandemia que, somente em Alagoas, já doou mais de 250 toneladas de alimentos. Ele destaca que:

Dessa vez a solidariedade chega às famílias que vivem o verdadeiro terror de perder sua casa pelo crime da Braskem e sua ganância e impunidade em Maceió”, destacou Lucas. “A Juventude Sem Terra quer não somente levar comida saudável para essas famílias, mas estender também seu apoio e disposição na luta por justiça junto ação aqueles e aquelas que perderam quase tudo por conta da mineração (COLETIVO DA JUVENTUDE – MST, 2021).

As Jornadas Nacionais da Juventude também são importantes ações desenvolvidas pelas/os jovens do Movimento a nível de Brasil e que têm seus temas construídos a partir das demandas e necessidades que mais as/os atravessam no momento. Elas/es dedicam o mês (geralmente de agosto), mas não só, a realizar ações, manifestações, cursos e encontros direcionados às temáticas específicas que foram decididas de serem colocadas como destaque de tal ano.

Em 2020 o lema da Jornada Nacional foi “Juventude em Luta, pela Vida e por Direitos!”. Diante de um ano marcado por tantos ataques e negligências em relação à pandemia, a juventude em Alagoas deu início à Jornada com a Campanha intitulada por “Ocupar, Resistir e Educar” que teve como principal bandeira a defesa da educação do campo, que há tanto tempo vem sofrendo sem infraestrutura e investimentos adequados, e que no contexto de pandemia e ensino remoto, sofreu impactos muito maiores. Algumas/uns das/os principais prejudicadas/os na situação acabam sendo as/os jovens e as crianças que em vez de conseguirem acompanhar a vida escolar, não possuem meios materiais para isso.

¹⁴ Braskem, a maior petroquímica das Américas, é a mineradora responsável pelo crime ambiental que, com a exploração desenfreada e ambiciosa de sal-gema (substância utilizada para fabricar soda cáustica e PVC), desabrigou aproximadamente 60 mil pessoas, em quatro bairros em Maceió, com o afundamento do solo e a instabilidade da terra. Essa exploração feita de modo inadequado, desrespeitando todas as regras é a responsável pelo que é considerado o maior desastre natural em área urbana em andamento no mundo, atualmente.

Para além dessas dificuldades em relação ao ensino virtual, houve também a dificuldade de conseguir articular-se para tocar a organização das ações e construir de forma coletiva novas estratégias para lidar com esse momento desafiador e inédito para todas/os. A necessidade de realizar reuniões online nem sempre conseguia atender a todas/os tanto pela falta de instrumentos quanto pela falta de acesso à internet.

Neste ano do centenário de Paulo Freire, a juventude organizou um mutirão de doações de livros e campanha para organização de uma rede de Bibliotecas Populares nos acampamentos e assentamentos. A iniciativa de construção desses espaços é uma ação concreta da Juventude Sem Terra em seus territórios para fortalecer a literatura em todas as suas dimensões.

Imagem 01: Viva Paulo Freire – Um educador do povo



Fonte: MST AL (2021)

Assim como em boa parte do país, o coletivo da Juventude do MST em Alagoas tem buscado estar em sintonia com as demandas contemporâneas que lhes atravessam e constroem modos de participação que consigam suprir as necessidades de seus campos de interesse. Sobre algumas das experiências de participação dos jovens aqui em Alagoas, expressas na vida cotidiana, destacamos as ações que o Movimento, e principalmente a juventude, tem atuado para trazer soluções.

Trata-se da participação das/os jovens em ações de denúncia ao maior crime ambiental em área urbana no mundo, existente na capital alagoana, causado pela mineradora Braskem. “Com bandeiras, palavras de ordem, batucada e intervenções

artísticas, jovens dos acampamentos e assentamentos do MST realizam [...] um escracho na porta da Braskem” (MST, 2021).

Imagem 02: Ação de denúncia ao crime ambiental da Braskem durante a 12ª Jornada da Juventude Sem Terra



Fonte: MST AL (2020)

O ato foi uma denúncia ao crime da Braskem que ameaça a vida de aproximadamente 40 mil pessoas, em quatro bairros de Maceió, com o afundamento do solo e instabilidade da terra em função da exploração desenfreada e ambiciosa de salgema (substância utilizada para fabricar soda cáustica e PVC). Durante o ato, a juventude realizou a distribuição de mudas de árvores frutíferas para a população e as convidou para denunciar os ataques que a mineradora segue fazendo na cidade (MST, 2021).

Em uma carta da Juventude Sem Terra à sociedade alagoana, elas/eles narram que:

Hoje a Juventude Sem Terra vem cantar e denunciar no coração de Maceió, as atrocidades provocadas pelo crime ambiental causado pela Braskem, repudiando a exploração da empresa na cidade, a impunidade que marca a história do crime e exigir a sua responsabilização (MST, 2021).

As/Os jovens relatam que um dos únicos caminhos para transformar as opressões em liberdade é com luta, organização e resistência. E é isso que procuram fazer e mobilizam a sociedade para se juntar a elas/eles e não naturalizarem as explorações e atrocidades que o capitalismo segue fazendo ao destruir diretamente a história de milhares de pessoas.

Imagem 03: Campanha “Ocupar, Resistir e Educar”

Fonte: página do MST (2020)

Destacamos também a ação de lançamento da campanha da Jornada Nacional da Juventude Sem Terra, realizada em 12 de agosto de 2020, em defesa à educação do Campo. Tratou-se da 11ª Jornada Nacional da Juventude Sem Terra e contou com a participação das/os jovens dos acampamentos e assentamentos do MST. A campanha com título “Ocupar, Resistir e Educar” teve como principal bandeira a defesa da educação do campo, que há tanto tempo vem sofrendo sem infraestrutura e investimentos adequados, mas que neste contexto atual de pandemia e ensino remoto, tem tido impactos muito maiores. Algumas/ns das/os principais prejudicadas/os na situação acaba sendo jovens e crianças que deveriam estar conseguindo acompanhar a vida escolar, porém não possuem meios para isso.

Imagem 04: cartaz de lançamento da campanha da 11ª Jornada Nacional da Juventude Sem Terra



Fonte: MST AL (2020)

Este foi o cartaz de divulgação do bate-papo de lançamento da campanha em Alagoas, debatendo sobre o tema “A luta em defesa da educação do campo em Alagoas”. Segundo uma das organizadoras, “Nossa perspectiva é construir um grande mutirão de debate e atividades em torno da Educação do Campo, tendo a Juventude Sem Terra como impulsionadores, mas que possa abraçar o conjunto da sociedade que entende a importância o papel da defesa de uma educação pública, de qualidade e gratuita”, comentou a jovem Aline Oliveira.

As experiências políticas das/os jovens do MST têm se dado através das fortes influências das dimensões culturais e de identidade. A relação com a terra afirma a identidade de luta pela transformação de seus espaços e traz, apesar das dificuldades e necessidade de resistência, a afirmação de um poder que se manifesta através dos eventos, da mística, das manifestações de rua, das formações e articulações com o país.

Segundo Castro (2005), a experiência tanto do MST quanto de outros movimentos sociais do Brasil e da América Latina, afirma que a cultura e a simbologia têm um papel fundamental no processo político e educacional das pessoas. Para a autora, “A cultura no MST é uma cultura de resistência e de enfrentamento (p.20)”, por isso, desde o início do Movimento foram adotadas metodologias de utilização da cultura através das suas várias manifestações artísticas, seja ela a música, o teatro, a mística, os murais, os poemas.

As ações que têm caráter cultural são algumas das que mais envolvem a presença das/os jovens. A juventude organizou uma programação para que no dia da Consciência Negra fosse exibido o filme “Marighella”. Lucas Nunes comenta que:

Ocupar a praça no dia da Consciência Negra com a história de um homem negro que lutou em defesa da liberdade é extremamente simbólico. Não é só o cinema que vai lotar a praça, é o desejo atual também de busca por essa liberdade tão sonhada por Marighella.

O objetivo da juventude é contribuir na promoção da arte, principalmente daquelas/es que não podem ir ao cinema ou que nunca tiveram acesso a um.

Imagem 05: Sessão de cinema – filme Marighella



Fonte: MST AL (2021)

O envolvimento dessas/es jovens nesses espaços ocupados serve para se organizarem para os enfrentamentos dos desafios que vivenciam e denunciarem as formas de opressão existentes na sociedade atualmente. É o anseio por uma sociedade mais justa e igualitária que fortalece o interesse para transformação e para o enfrentamento das lutas.

É através da experiência de estar nesses lugares que as/os jovens despertam ainda mais seus olhares para organizar ações baseadas nos ideais coletivistas, pois ocupar posições de visibilidade e de representação requer ainda mais comprometimento e dedicação – tanto de modo interno, no grupo, quanto externo, em relação à sociedade que almejam construir.

Nessa relação de fortalecimento interno – identitário – e externo – de trocas –, a juventude do MST tem conseguido construir articulações com outros Movimentos e

organizações, dentro e, até mesmo, fora do país, e encontrar aliadas/os que contribuem para alcançar seus ideais, mobilizar ações e fortalecer suas lutas.

4.3. Lutas empreendidas pela juventude do MST de Alagoas

O MST é considerado, na contemporaneidade, um dos mais importantes movimentos sociais do Brasil, destacando-se por sua história de luta em prol da/o trabalhadora/or do campo. Suas pautas são múltiplas e se constroem nas diversas frentes que fazem sentido para suas demandas internas e externas. Elas são impulsionadas com objetivo de amenizar as dificuldades de suas/seus sujeitas/os e reforçar a certeza de que é possível construir uma sociedade mais justa e digna para todas/os.

Comum na maioria dos movimentos sociais, os processos de transformação das identidades e ampliação das pautas de lutas dos movimentos nem sempre acontecem sem tensão. No caso dos movimentos sociais rurais não tem acontecido diferente. O MST, por exemplo, iniciou sua história levantando a bandeira de luta pela reforma agrária, entretanto, a ampliação de suas pautas e bandeiras se estende desde os interesses de lutas outras, como melhoria de acesso aos seus assentamentos, até a proposição de outro modelo de sociedade, como a busca por implementar políticas públicas sociais que terão reflexos em todo o país.

A conjuntura atual é um dos momentos mais desafiadores e de muitos ataques ao Movimento e aos direitos já conquistados – as ameaças de despejo em assentamentos já estabelecidos, como já dito neste capítulo, têm se tornado frequentes em algumas regiões e gerado um alto nível de tensão para as/os militantes. Estar engajada/o nas lutas e manter-se em alerta em relação aos ataques são os elementos necessários para garantirem o alcance de suas pautas.

A realidade vivenciada no campo brasileiro faz com que a juventude reflita quais estratégias podem se utilizar para superar o desafio de continuar vivendo em um lugar em que milhares de crianças, jovens e adultos têm seus direitos fundamentais básicos – como moradia, trabalho, saúde, educação – negados pelo Estado (BOLETIM DO MST – JUVENTUDE, 2020).

As ações direcionadas para a conquista desses direitos são múltiplas e encabeçadas não apenas pelas/os jovens do MST, mas tendo elas/es como as/os principais a incorporarem em suas agendas de lutas. Entre as diversas demandas que fazem parte das necessidades dessa juventude, as que se sobressaíram na fala das/os participantes

dessa pesquisa foram: Reforma Agrária, educação do campo, políticas de permanência e agroecologia.

A luta pela terra surge como um dos principais aspectos da questão agrária brasileira e se estrutura com a manifestação de grupos organizados para enfrentar os processos de exclusão, expropriação e expulsão da terra e da vida nela. Acredita-se que através das lutas sociais, a Reforma Agrária tem potencial para transformar-se em projeto político popular amplo e revolucionário (FIRMINIANO, 2009).

Em Alagoas, o Coletivo da Juventude se constituiu, em 2015, tendo como um dos principais objetivos organizar as/os jovens para fortalecer a luta pela Reforma Agrária Popular. Ele favoreceu o planejamento das ações que as/os jovens desenvolveriam a partir das necessidades dos assentamentos e acampamentos, e também foi, e continua sendo, um espaço de debates sobre o papel da juventude nas lutas do Movimento e da classe trabalhadora. Nesse sentido, José Silva afirma que:

Todos os jovens assentados e acampados devem se envolver nos debates e nas lutas para que possamos construir um novo modelo de vida no campo e na cidade, que traga perspectiva e garanta de dignidade e os direitos dos jovens.

A Reforma Agrária, juntamente com outras formas de organização das/os trabalhadoras/es, encontrou um novo projeto democrático-popular de desenvolvimento econômico, político e social. Projeto este que enxerga na luta por reformas uma possibilidade real de fazer com que a sociedade participe mais ativamente dos processos políticos (FIRMINIANO, 2019) e consiga articular estratégias que favoreçam o alcance desses direitos.

As/Os teóricas/os do MST consideram que a luta pela Reforma Agrária atravessa uma luta contra um modelo econômico e político que vai muito além da disputa pela terra (LEITE; DIMENSTEIN, 2011). Para que algumas ações possam ter força, é necessário enfraquecer modelos políticos que buscam desestabilizar reformas como esta.

Nosso debate em torno dos desafios da reforma agrária, que foi debatido ao longo dos últimos dois anos, revela que agora, para a reforma agrária avançar é necessário, em primeiro lugar, derrotarmos o modelo econômico neoliberal e o imperialismo. Ou seja, nossos inimigos não são apenas os latifúndios atrasados (MST, 2007, p. 90).

A ampliação da luta contra esse funcionamento de gestão e condição da vida dominada pelo capital fez com que o Movimento se agregasse de forma estratégica a outras atrizes e atores sociais que também visualizavam esse modelo econômico como

adversário. Dessa forma, o MST avançou para uma fase de atuação ampliada e junto a suas pautas, incorporou demandas e reivindicações que ultrapassam os interesses em lutas resumidas à Reforma Agrária para uma dimensão mais geral – agroecologia, combate às sementes transgênicas, sustentabilidade, biodiversidade, aquecimento global, educação (LEITE; DIMENSTEIN, 2011).

Em uma entrevista registrada no site do Movimento, com o tema “Qual história que a gente quer contar?” (2021), discutiu-se que a Juventude tem reforçado a ação coletiva em defesa da Reforma Agrária Popular através do fortalecimento da agroecologia, da construção de novas formas de relação entre a/o sujeita/o e a natureza, da produção de alimentos saudáveis, da política de solidariedade, como uma prática contínua que consolida a organização e a luta da Juventude Sem Terra pelo Brasil (COLETIVO DA JUVENTUDE – MST, 2021). Nessa ocasião, Aline Oliveira, uma das participantes de nossa pesquisa, afirmou que “Nossos assentamentos e acampamentos precisam ser os melhores lugares para se viver no mundo!”. Ela completa o diálogo dizendo que:

Esse é um desafio que também precisa ser assumido pela juventude camponesa. A defesa das nossas áreas precisa ser uma tarefa cotidiana para que com isso a gente consiga fortalecer a luta pela Reforma Agrária Popular, mas também pela transformação da sociedade (COLETIVO DA JUVENTUDE – MST, 2021).

Durante a jornada do Movimento, tem-se colocado em pauta questões que vão além da Reforma Agrária. Nesse sentido, Lucas Nunes reforça as concepções anteriores e afirma que:

Para além de tudo que envolve a mudança da sociedade, a gente tem que acreditar primeiramente na Reforma Agrária, como a possibilidade de vida digna para quem tá na terra. Acho que a causa mesmo que me mobiliza é a do campo. A de ter uma Reforma Agrária Popular... onde a gente fala que a gente quer a terra, mas a gente sabe que só a terra não resolve. Mas é a terra que chega com a escola, com o posto de saúde. Enfim.

Pensar nas reformas de forma isolada não possibilita o nível de transformação desejado. É por isso que o Movimento tem buscado colocar em pauta questões que vão além da conquista da terra, assim, tem trazido e discutido ações práticas de temas que fazem parte do cotidiano como, por exemplo, as relações de gênero, de sexualidade, a cultura e educação. Em relação aos reflexos que a Reforma junto a outras pautas pode atingir, Lucas Nunes afirma que:

Esse nosso programa de reforma agrária, de reforma popular, eu acredito que possa resolver o problema, por exemplo, da cidade, desse inchaço, dos hospitais cheios, do aumento das periferias. Muitos desses problemas da cidade é refletido pela relação com o campo. Pelos fazendeiros, pelo agronegócio. A causa da reforma agrária e da construção de novos valores é o que me mobiliza para buscar uma sociedade mais digna, né. Tem que ter muita, muita força para continuar.

É através da luta pela Reforma Agrária que se tem demonstrado uma capacidade de organização que alinha a defesa dos direitos fundamentais a um projeto político popular voltado para melhoria de vida das/os trabalhadoras/res. As/Os jovens afirmam que

Em toda a nossa trajetória de luta, somente quando nos organizamos conseguimos romper a cerca dos latifúndios que impedem o acesso às políticas públicas ao povo do campo. Assim é em relação à Reforma Agrária, assim é em relação à educação (BOLETIM DO MST – JUVENTUDE, 2020).

A busca de uma transformação na sociedade de modo geral, faz com que a luta pela educação do campo torne-se outro dos principais aspectos explorados pelo MST e por seus jovens. Sua preocupação é em promover acesso ao ensino público de qualidade, para crianças jovens e adultos, desde a alfabetização até os cursos de pós-graduação. O Movimento defende que a “educação é uma construção da humanidade, que não se vende e nem se compra” (BOLETIM DO MST – JUVENTUDE, 2020), com isso, tem buscado mediar uma série de ações e atividades que visam desencadear um processo de formação social e política, direcionada principalmente pela juventude.

Leite e Dimenstein (2011) consideram que a forte relação do MST com a educação como campo de formação pode ser dada, em parte, por uma ausência histórica de movimentos nesse contexto, quer seja ela no campo das teorias pedagógicas, quer seja como sujeitas/os educativas/os ou proponentes de reflexões sobre educação. Através disso, o Movimento viabiliza um debate sobre educação do campo que enfraquece a tentativa de transformar as escolas do campo em espelhos de como acontece nas escolas urbanas.

O desejo do Movimento é formar educadoras/es que tenham como interesse levar para as escolas do campo uma proposta pedagógica que atenda aos princípios do Movimento. E como nos informa o Boletim do MST (out/2020), entre alguns dos objetivos que têm em relação à educação do campo, têm-se os de:

- ✚ Lutar para acabar com o analfabetismo nos acampamentos/assentamentos;
- ✚ Universalizar o acesso à escolarização das crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, ampliando a rede de escolas públicas em todos os assentamentos;
- ✚ Realizar jornada de lutas na esfera municipal, estadual e regional, para garantir o acesso à escola pública;
- ✚ Garantir o acesso às universidades e lutar para que tenha cada vez mais universidades construídas em territórios camponeses;
- ✚ Ter todos os níveis e as modalidades de ensino nas instituições do próprio campo;
- ✚ Construir escolas com bibliotecas, áreas de esporte, cultura, lazer e informática.

Um elemento importante a ser destacado na discussão da educação do campo é o tema do transporte escolar. A ausência de escolas no campo faz com que a realidade das/os jovens que vivem nas áreas rurais seja ainda mais desafiadora, inclusive no aspecto da mobilidade. Entra em questão situações como: a dependência do município para disponibilizar o transporte, o excesso de tempo gasto no trajeto diários de idas e voltas, além das dificuldades de participar de determinadas atividades em horários que não são os oficiais de aula.

Esse tipo de dificuldade refletia até no rendimento básico das/os jovens em sala de aula, e sobre isso José Silva relata que:

Eu tinha que tentar terminar pelo menos ensino médio, porque aqui é muito difícil porque eu trabalhava muito na roça. De 5h00 da manhã às 05h30 da tarde, aí quando você chega, “morto”, quebrado, você teria que ir pra escola ainda à noite. Então, pegava um carro ia pra escola, só que chegando na escola, eu dormia demais porque eu já estava “morto”.

As/Os jovens do Movimento sinalizam que não podem cair nos argumentos impostos pelo Estado, de que a falta de investimentos nas escolas do campo é por falta de público suficiente e assim, compensa mais financeiramente, levar as/os jovens para a cidade. Porém, nada favorece a vida das/os jovens, pois até mesmo o transporte escolar, que daria suporte ao argumento do estado de investir prioritariamente nas escolas urbanas, é sem qualidade ou inexistente – é constante as queixas das más condições das estradas, da distância dos centros urbanos e da má qualidade dos transportes oferecidos. Esses

fatores dificultam consideravelmente a continuidade dos estudos das/os jovens e adultos que desejam seguir seus estudos, fazer curso técnico, superior, pós-graduações (BOLETIM DO MST – JUVENTUDE, 2020).

As/Os jovens dos assentamentos que pesquisamos relatam que é comum passarem por discriminações ao estarem em ambientes que não são familiares para elas/es. Em uma conversa informal entre algumas/uns jovens, foi relatado que quando eles vêm dos assentamentos, as/os demais alunas/os ficam zombando, dizendo que são “as/os que tomam a terra do povo”, que moram perto do presídio (no caso de um dos assentamentos do agreste), lugar onde deveriam estar, já que roubam as terras alheias. Além disso, elas/es ainda relatam que muitas das vezes as discriminações já acontecem no próprio transporte, partindo até mesmo de pessoas que também moram na zona rural, mas não assentamento ou acampamento.

Um relato que me marcou desde a época da graduação, quando construía a pesquisa do meu TCC, foi a de uma jovem de 21 anos, que fazia faculdade em uma cidade vizinha a que morava, e que cotidianamente sofria violências e discriminações. Ela relatou que precisava pegar a van que levava para a faculdade, na rodovia, relativamente próxima do assentamento.

Para ir, ainda era cedinho da noite, ia sozinha, sem sentir perigo. Já para voltar era mais complicado, pois retornava por volta das 23 horas e precisava que alguém fosse a buscar – por conta do esquisito que ficava –, porém em um episódio específico que seu pai não pôde ir busca-la, a mesma pediu para ficar na casa da tia – a primeira casa do assentamento e a mais próxima da rodovia – e o motorista disse que não.

Segundo ele, as pessoas que usavam a van já reclamavam só pelo fato dele parar naquele ponto. Quando ela indagou o porquê, ele disse que era pela situação das/os moradoras/es daquela região serem do MST. Ela afirmou que depois dele dizer isso, ficou calada, pois, se fosse discutir com o motorista e as demais pessoas, poderia até perder a chance de ir à faculdade.

Apesar do constrangimento e da exclusão que as pessoas que partilhavam daquele espaço direcionavam a ela, não deixou de ir na van, pois, do contrário, comprometeria o sonho de formar-se como professora e contribuir com a educação do campo e do seu próprio assentamento. Infelizmente, experiências desse tipo são recorrentes entre as/os jovens do Movimento, seja na escola, na faculdade ou no transporte.

Scott, Cordeiro e Menezes (2010) afirmam que grande parte da juventude rural frequente, quase diariamente, a cidade para estudar:

estabelecendo com os urbanos uma interação que, todavia, não é desprovida de conflitos, sendo responsável pela construção de relações de coleguismo, namoro e amizade, mas também pela construção de estigmas e preconceitos que perpassam o processo de construção das identidades desses jovens rurais (p.345).

Vale ressaltar que, ao longo das três décadas do Movimento, com muito esforço e mobilização, algumas escolas foram construídas, porém, o cenário atual da educação do campo é preocupante – muitas escolas têm sido fechadas (MST, 2020). Kamila, do Coletivo de Educação do Movimento, explica que no início de 2020 houve um ataque do governo Bolsonaro às ações dos movimentos populares e às/aos trabalhadoras/es do campo, através das alterações diretas feitas ao PRONERA¹⁵ – programa que permite jovens e adultos acessarem a cursos de educação básica (alfabetização, ensinos fundamental e médio), técnicos profissionalizantes de nível médio, cursos superiores e de pós-graduação (especialização e mestrado).

Ela pontua que “nessa reestruturação, o governo extingue a coordenação responsável pela Educação do Campo. Assim, ficando inviabilizada a continuidade do PRONERA, voltado para a formação superior de estudantes do campo”. Isso confirma o quanto as políticas públicas voltadas para melhoria da vida no campo vêm sendo sucateadas e atacadas (MST, 2020).

Em um país como o Brasil, em que a desigualdade e o acesso à programas básicos de sobrevivência é um direito de poucos, lutar pela educação pública, gratuita, de qualidade e ser contra o desmonte feito ao que já está construído, é dever de todas/os nós. Defender a educação do campo é, assumir nitidamente, o caráter de não neutralidade da educação, como diz Paulo Freire, e evidenciar o seu papel emancipador, libertador, vinculado a projetos de desenvolvimento do campo e, conseqüentemente, do país. Nesse sentido, a Reforma Agrária é uma pauta essencial e os demais âmbitos como educação do campo, agroecologia e soberania alimentar, por exemplo, tomam-se necessários de serem encarados com dedicação também, pois são âmbitos que se complementam para dar base ao Movimento e suas/seus integrantes.

O modelo capitalista de educação defende um conceito de “capital humano”, que restringe as pessoas apenas a mão de obra, força de trabalho a serviço dos interesses dos

¹⁵ O PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) surge da luta das/os trabalhadoras/es rurais pela criação de uma política de escolarização e capacitação permanente de famílias assentadas, nos níveis de educação básica, ensino médio, ensino superior e especialização, no âmbito do governo federal.

capitalistas. As/Os jovens são os alvos principais desse sistema e desse modelo de educação. A partir disso, percebemos que a falta de investimento em educação de qualidade e libertadora é um projeto da elite no sentido de manterem as desigualdades para manterem duas, pois um povo sem educação não tem elementos para compreender as realidades em que vivem. Com isso, serve apenas para integrar um exército de pessoas com pouca qualificação – já que aquelas/es que tiveram acesso a uma infância e juventude dividida entre educação e trabalho, reforça a massa sendo qualificada apenas ao mercado. A juventude do Movimento reflete que:

Muitas pessoas tendem a pensar que uma educação para a área rural seria simplesmente formar técnicos agrícolas para ter agricultores mais eficientes no aspecto produtivo. A realidade do campo, que demanda a construção de agroindústrias, exige profissionais preparados em outras áreas como saúde, educadores, direito, economia, engenharia e arquitetura, cultura e comunicação. Além disso, requer também uma educação humanística que situe o morador rural dentro do que se convencionou chamar de modernidade (BOLETIM DO MST – JUVENTUDE, 2020).

A realidade é que no Brasil a escola do campo foi planejada pelo estado sem que se levasse em conta a população a quem se destinava, seu contexto social, econômico, cultural e ambiental. Não se leva em conta nem mesmo as próprias necessidades profissionais da região rural. A consequência é que a educação do campo pensada por quem não é do campo e que não está interessada no desenvolvimento do campo, prepara a/o jovem para migrar, pois além de induzirem a buscarem suprir suas necessidades no ambiente urbano, levam a associar o rural como local de atraso e sem perspectiva de mudança, já que não há investimentos para que isso seja revertido (FERRARI et al, 2004).

Para reforçar esse fenômeno, diversos estudos no Brasil e em outros países apontam para a tendência da saída das/os jovens em direção às cidades. As pesquisas confirmam que o deslocamento das/os jovens se dá tanto em relação ao acesso à escola e ao trabalho, quanto em relação à atração das/os jovens pelo espaço urbano, que passa a ideia de ser mais desenvolvido e estruturado para dar suporte às suas necessidades.

A autora ressalta que no caso das/os jovens, as dificuldades as/os atingem diretamente, principalmente, a partir do ensino fundamental II e ainda mais no ensino médio e superior, já que a maioria dos assentamentos possuem apenas até o 5º ano do fundamental.

A construção da percepção do meio rural como ambiente desvalorizado socialmente tanto pelas discriminações sobre sua população (ainda mais quando

acampadas ou assentadas) quanto pela exclusão ao acesso aos serviços básicos com qualidade, reforçam os estigmas de que morar em áreas rurais é considerado como morar mal, ao tempo em que consideram que morar nos centros urbanos é sinônimo de viver bem.

Apesar das dificuldades em relação às condições de permanência no campo, as/os jovens afirmam que deseja permanecer e trazer melhorias para seus assentamentos. Esse desejo perpassa não apenas pelo discurso, mas se manifesta também nas ações estratégicas para permanência na terra. A luta por políticas públicas que possam promover educação, trabalho e projetos sociais, além de fomentar a agricultura familiar e movimentar a economia regional, é constante e coletiva. As/Os jovens afirmam que:

Viver no campo já é uma forma de resistir e de lutar, mas principalmente romper o silêncio. O desafio é denunciar a situação e enfrentar a partir da organização e luta. Com isso, podemos obter conquistas de políticas públicas capazes de legitimar o campo como espaço de vida, de cultura, de lazer, de educação, de profissionalização e produção (BOLETIM DO MST – JUVENTUDE, 2020).

Infelizmente, a juventude rural ainda é uma categoria percebida pelo Estado como uma “população minoritária” e por isso não tem sido foco prioritário para as políticas públicas que envolvem as/os jovens. Castro (2018) afirma que essa invisibilidade é produto de dois tipos hierarquia, a urbano x rural e a juventude x juventude rural.

Perceber as consequências que a ausência das políticas públicas gera na permanência dessas/es jovens no contexto rural, torna necessária a organização política por parte das/os jovens na luta para evidenciar os prejuízos que essa falta de investimentos tem proporcionado em suas vidas.

Para além da defesa da Reforma Agrária, das lutas por condições dignas de permanência no campo e capacidade de sustentação, o MST busca garantir um processo de formação continuada que desmitifica os sistemas exploratórios e busca fortalecer a consciência política a partir da combinação de práticas que permitem a produção de uma/um sujeita/o social ativa/o e consciente da conjuntura que vivencia.

Em sua história de lutas, o movimento conseguiu questionar o latifúndio e cobrar a democratização da terra, entretanto, atualmente o Brasil carrega um problema que tem se expandido cada vez mais, principalmente neste atual governo, que é o agronegócio – que tem como um de seus pilares a utilização excessiva de agrotóxicos. No momento, a conquista da terra não é mais suficiente para enfraquecer o latifúndio – que só será derrotado com a construção de um novo modelo agrícola.

A única forma de produzir alimentação saudável e sem agrotóxico é através da agricultura familiar, conforme o modelo da agroecologia, baseado em uma produção sem alterações químicas venenosas nos alimentos. A juventude do Movimento afirma que:

A Reforma Agrária representa uma nova organização da propriedade fundiária, mas temos também que mudar a organização da produção no meio rural. Dessa forma, poderemos produzir alimentos saudáveis para o povo brasileiro, ocupando um espaço vago pelo agronegócio, que produz com agrotóxicos e para exportação (BOLETIM DO MST – JUVENTUDE, 2020)

As/Os jovens confessam que precisam lutar para que o Estado use todas os instrumentos de política agrícola – tais como a garantia dos preços, os créditos, o fomento à transição e consolidação da produção agroecológica, os seguros, a assistência técnica necessária, a armazenagem – para o cumprimento da consolidação da Reforma Agrária e os projetos que dão garantia ao desfrute da terra (BOLETIM DO MST – JUVENTUDE, 2020).

Diante da necessidade e urgência em fomentar a agroecologia, em 2018, A UFAL, em parceria com o MST, inicia o primeiro bacharelado em agroecologia do Brasil para assentadas/os. O curso tem como objetivo formar as/os beneficiárias/os da Reforma Agrária para atuarem em suas áreas de assentamento dentro dos princípios da agroecologia.

Imagem 06: Mesa da solenidade de abertura do primeiro curso de bacharelado em agroecologia do Brasil destinado às/aos assentadas/os



Fonte: UFAL (2018)

O coordenador do curso, na aula inaugural, afirmou que “Os assentados vão ter acesso aos conhecimentos fundamentados na ética profissional e política, para atender à crescente demanda por produtos agropecuários de qualidade e que sejam produzidos com baixo impacto ambiental, com viabilidade econômica e justiça social” (UFAL, 2018).

A pessoa escolhida para representar as/os estudantes de Alagoas, Paraíba, Ceará e Pernambuco foi Sylvania Melo. “Saímos de nossas casas em busca de conhecimento, para termos condições de apoiar o fortalecimento da agricultura familiar. Queremos nossos assentamentos totalmente agroecológicos. Vamos agarrar essa oportunidade de contribuir para a produção de alimentos saudáveis e de promover justiça social”, declarou a assentada.

Esta pandemia tem comprovado o quanto o Movimento é forte, unido e trabalha em prol da coletividade. Lucas Nunes afirma:

A gente tem falado desde o começo da pandemia que nossa quarentena é uma quarentena produtiva. Enquanto a gente não pode se organizar presencialmente, a gente vai criar um apoio de solidariedade de doação nacional de alimentos. Ou seja, a quarentena é colocar roça para nos alimentar e também matar a fome do povo da cidade. E vem sendo uma experiência muito boa de diálogo com a sociedade, com a periferia. E também, lógico, com essa parte de matar a fome do povo. A gente sabe que os trabalhadores informais, de periferia, são os que mais tá sofrendo. Enquanto nós do MST doou toneladas de alimentos, o agronegócio não deu 1kg de arroz. Essa é a quarentena do fica na roça – plantando, produzindo. Ou então, fica em casa, mas não em silêncio.

A Reforma Agrária, a educação do campo e a agroecologia são algumas das pautas de lutas que destacamos para ressaltar a importância de um campo baseado com estrutura não só de terra, mas de sobrevivência digna com direito a desfrutar de uma vida com qualidade, saúde, estrutura social, consciência crítica e capacidade de decisão e mobilização por seus direitos. É importante ressaltarmos que além dessas, existem outras lutas que perpassam as vivências dessas/es jovens e que se interseccionam às lutas aqui discutidas.

4.4 Desafios da juventude militante do MST

Entre os desafios vivenciados pela juventude, os relatos das/os jovens participantes da pesquisa destacam as relações de gêneros, as questões geracionais e a

diversidade sexual, como alguns dos principais fenômenos que atravessam e determinam muitas das suas experiências.

De acordo com as/os jovens que participaram dessa pesquisa, há uma cultura nos contextos rurais, baseada na hierarquia familiar em que a autoridade é centrada no marido e no pai, e as mulheres, em geral, não têm tanto espaço. Através das redes de apoio e empoderamento advindos principalmente dos coletivos da juventude e de gênero, as mulheres jovens estão construindo seus próprios projetos de vida, e se opondo às representações que limitam os papéis e os lugares das mulheres no espaço rural (SALES, 2003).

É importante destacar que o conceito de gênero discutido aqui, além de ser uma ferramenta de análise, é também uma ferramenta política, necessária de ser enfatizada enquanto demarcador que tem grandes determinações sobre a existência das/os sujeitas/os (SALES, 2003). No âmbito familiar, as condições das/os jovens, geralmente, são de subordinação, principalmente quando se tratam das mulheres. Se normalmente a visibilidade da juventude em geral está baseada no âmbito do trabalho, no caso das jovens mulheres rurais essa condição é ainda mais marcante.

Elas se constituem numa força de trabalho importante para a reprodução da unidade familiar; entretanto, elas não têm assegurado, suficientemente, o acesso ao lazer, nem a uma renda fixa e nem a um ‘pedaço de terra’ que lhe seja próprio. Quando solteira atende às determinações do pai e ao se casar com um jovem rural irá ficar subordinada à família do esposo. A ‘falta de liberdade’ é uma expressão bastante utilizada para se referir à condição da jovem no meio rural (AGUIAR, STROPASOLAS, 2010, p. 165).

Na divisão de trabalho, na organização familiar, o espaço doméstico é o que é oferecido à jovem. Nessa esfera doméstica acontece um trabalho que não é considerado “produtivo”, já que não produz uma rentabilidade. O trabalho na lavoura, reconhecido como de “esfera produtiva”, é considerado um tipo de trabalho inadequado para as mulheres, já que é visto como o trabalho pesado. Apesar da mulher também circular nesses espaços e se envolver nas produções agrícolas, é um espaço visto como masculino, o que dá ao homem a legitimidade para controlar, gerir e centralizar os recursos financeiros gerados por todas/os da organização familiar (AGUIAR, STROPASOLAS, 2010).

Situações como a descrita acima servem de estímulo para que as jovens pensem em buscar trabalho na cidade, a fim de garantir uma renda e que esta lhe seja própria.

Por esses e outros motivos, não é incomum elas afirmarem não gostar de trabalhar na roça, embora gostem de conviver no meio rural, o que faz perceber que “a rejeição à atividade agrícola não significa necessariamente rejeição à vida no meio rural” (BRUMER, 2007, p. 38). Não vendo melhores possibilidades entre os arranjos possíveis, a migração para a cidade acaba sendo não só uma questão de escolha entre sair e ficar, acaba por ser uma necessidade.

Esse debate inicial que fizemos com repercussão na vida das mulheres sobre as diferenças nos âmbitos do trabalho e dos processos de falta de autonomia nas relações familiares, se espriam por outras dimensões da vida e encontram na intersecção com a geração – outro dos desafios das/os jovens que participam do Movimento. Isso acontece especialmente quando essa desigualdade de gênero se encontra com a geração, pois reflete no modo como as jovens são tratadas.

Neste sentido, Aline Oliveira, uma jovem mulher militante, historiadora, apiculturista, participante do Coletivo da Juventude e Coletivo de Gênero, compartilha conosco que entre as experiências por ela vividas enquanto jovem, também há a de cerceamento da liberdade e até de participação plena das atividades do Movimento, já que algumas das vezes os espaços não são vistos como adequados para as mulheres. Aline afirma que muitas das vezes as jovens não são incentivadas a participar de determinadas atividades do Coletivo da Juventude que exigem dormir fora de casa, por exemplo, ou se distanciar de casa. Ela relata que:

Os pais, às vezes, deixam mais, apoiam mais a saída dos meninos do que das meninas. Isso tem mudado muito, mas ainda existe desse pensamento, infelizmente. Mas penso que isso tem mudado a partir das discussões que o Movimento tem trazido sobre machismo, patriarcado... isso tem mudado muito mais, mas ainda há um limite. Você pode se perguntar: por que às vezes tem a participação mais de menino [em eventos fora do assentamento], e isso tem a ver com a postura patriarcal de alguns pais, que liberam mais os meninos do que as meninas. Mas é um processo que vem se modificando ao longo do tempo e que a gente precisa contribuir na formação para que isso aconteça.

A existência dessas barreiras e a falta de incentivo para envolver-se em determinados locais acaba sendo uma das dificuldades encontradas pelas jovens para estar, ocupar e intervir em alguns espaços. As/Os jovens acreditam que para lidar com esses desafios é necessário que o Movimento insira em suas discussões temáticas relacionadas ao gênero, ao machismo, ao patriarcado, à lgbtqia+fobia, à sexualidade, às relações abusivas, entre outros temas que atravessam a realidade de suas/seus militantes.

De forma que transforme a visão das/os que têm o olhar mais conservador e já forme uma nova geração mais desconstruída de tais preconceitos. As contribuições e articulações geradas pela capacidade organizativa do MST nos seus mais variados métodos e níveis de organização é o que faz com que o Movimento seja engajado em pautas atuais e que dizem respeito não apenas às/aos suas/seus militantes, mas a sociedade como um todo.

Algumas vezes, as/os jovens passam por preconceitos geracionais dentro do próprio Movimento ao serem taxadas/os como um grupo que não tem comprometimento com as responsabilidades do acampamento/assentamento e que só quer curtidão. Embora haja a necessidade de diversão – não só para a juventude –, também há os compromissos com as pautas que são levantadas. Há muitos projetos que são encabeçados pelas/os jovens e elas/es têm sustentado e dado fôlego a sua existência com muita excelência, contribuindo com interesses que vão além das que contemplam apenas a juventude.

Sobre isso, Lucas Nunes, relata que:

A algum tempo atrás, no nosso próprio movimento – não do Movimento em si, mas a base, né – o assentado, o acampado, falavam assim: o jovem não quer nada, né. O jovem não quer trabalhar. O jovem só quer saber de brincar e num sei o que... Eles perguntam: o que é que acontece nesses encontros? Vai só para namorar! [...] Hoje a gente tem muita credibilidade, porque assim... pela trajetória que a gente trilhou, tem muita coisa – tarefa mesmo do assentamento, acampamento, que a juventude se envolve, se envolveu, deu muito gás para as coisas acontecerem. Então essa movimentação foi mudando assim, em torno do que somos nós dentro do Movimento. De ter essa ousadia, de ter essa alegria, dessa relação mesmo entre os acampados e os assentados, e mostrar assim, nós é jovem, nós quer curtir, mas nós também tem compromisso com o que tá sendo construído, né. E aí, seja nos mutirões de trabalho, seja nas organizações do próprio acampamento... nós temos aí muitos jovens nas coordenações das brigadas, das áreas, assumindo tarefas de verdade. Isso ajuda também. Esse retorno, essa resposta que a gente tem dado ajuda demais nessa construção do olhar do movimento (para os jovens).

Lucas Nunes considera que há uma contradição sutil, pois “antes de pensar: ‘vamo apostar na juventude e vamo ver no que vai dar’, teve uma desconfiança”. Apesar de perceber que isso é uma falha de algumas pessoas que fazem parte do Movimento, ele considera passível de existir – não só esse tipo de discriminação, mas outros também – pois se trata de contradições de sujeitos humanos, existentes em todo mundo. Como as/os membras/os do MST não estão em uma “bolha”, utilizando os próprios termos de Lucas Nunes, vez ou outra, pode existir alguém com tais posicionamentos.

Além desse tipo de desconfiança em relação a responsabilidade da juventude, por parte de algumas pessoas, determinadas vezes há também a desqualificação em relação ao peso da fala ou da credibilidade do que se é dito pela/o a/o jovem. Em relação a isso, a jovem Aline Oliveira, assentada na região do sertão, relatou que algumas vezes não é dada tanta atenção ao que as/os jovens colocam em questão. Entretanto isso não acontece pela ideia ser desinteressante ou incoerente para o contexto, mas pelo simples fato de vir da juventude – já que quando é colocado da mesma forma, mas pelas mães ou pelos pais, é acatado com mais facilidade.

Se participar e ser ouvida/o dentro das próprias regiões já tem seus desafios, ser jovem e ocupar espaços de representação a nível nacional e que geralmente são ocupados por adultos e pessoas mais velhas é duplamente desafiador. Quem conversa sobre isso com propriedade e relatando as experiências que vivencia nos espaços em que ocupa é José Silva, ele afirma que:

Assim, Jade, no meu primeiro mandato não foi fácil, não vou mentir pra você. [...] Não só aqui (em Alagoas), mas na maioria dos outros estados, sempre foi pessoas mais maduras, mais experientes, tanto homem como mulher que foram pra direção nacional. Então quando eu chego naquele espaço onde só tem pessoas mais velhas, e, querendo ou não, você sabe, com todo respeito, que a maioria dos velhos, e quando vem da roça, o pensamento não é tão aberto assim. Algumas coisas são assustadoras para eles e eu compreendo também. Tudo vai depender do espaço muito das vezes que você tem sua cabeça. Então, chega eu, chega outro representante de Rondônia que é mais velho que eu um pouquinho, e chegar a do Pará. Chega esses três jovens e o nosso dirigente da comunidade LGBT. Então chega esses quatro jovens e ficamos meio que perdidos, sentávamos juntos pra poder conversar sobre os assuntos e ir se alinhando para não sermos “tratorados”, muitas das vezes. Porque nós temos outro pensamento, outra cabeça diferente daquele povo ali. Já nesse outro mandato, agora, mudou, acho que não 50%, mas uns 30% renovou, vem a juventude agora, inclusive acho que dá outra cara no MST também.

Com essa renovação geracional entre as/os dirigentes nacionais do Movimento, é possível visualizar mudanças relacionadas principalmente a temas que até então eram tabus para algumas pessoas e que acabava passando despercebido ou sendo abafado também nos espaços de articulações e decisões. José Silva continua relatando suas experiências e expressa que:

Muita coisa antigamente não era colocada em pauta e agora consegue ser colocado. Temos um menino que ele é o primeiro Sem Terra a se transformar no MST – ele é drag –, e eu e outras pessoas ouvimos de alguns dirigentes, que aquilo era uma vergonha pra direção do MST.

Eles não aceitavam esse tipo de pauta e diziam que era uma vergonha dar esse tipo de espaço. Só que a maioria das pessoas vai pra cima e diz que ele é aquela pessoa que vai ajudar o Movimento [...] então você consegue ver uma mudança, porque a partir disso, você consegue ver uma coisa diferente, consegue ter essa abertura, que se fosse em outro tempo, lá atrás, iria dizer: não, vamos colocar outra pessoa para debater as pautas do MST, as pautas econômicas, as pautas dos assentamentos. Então agora você consegue ter outra dimensão e outra leveza no Movimento, porque antes era tudo fechado em uma lei pra aquela cabecinha e hoje conseguimos ter uma nova abertura, onde eu mesmo tanto aqui em alagoas ou em um nível nacional, tenho muita abertura de debater sobre as coisas e saber que minha colocação é importante.

Contribuindo com as reflexões feitas por José Silva, o jovem Lucas Nunes, mesmo não estando na direção nacional, também levanta observações que contribuem para entendermos que essas discriminações acontecem nos mais diversos espaços do Movimento e fora dele.

A diversidade que é a juventude, as vezes ainda não é entendida pela galera mais velha. O jovem tem mais facilidade de conviver com ela [a diversidade]. Quando vai para o meio mais conservador, é muito difícil você se colocar. Seja na sua luta, ou seja como indivíduo. Pois é uma pressão que você vai sofrendo. Pois é difícil você se colocar enquanto indivíduo e é mais difícil você se colocar de forma mais ousada no movimento. Pois tudo faz parte de um processo, né? Por isso a gente vai construindo os caminhos de você pautar. Combater, entre nós primeiro, para depois ir fazendo dentro do movimento com os outros. Por isso que acho fundamental isso do sujeito jovem tá ali, pois primeiro começa entre nós e depois chega na ala mais conservadora, que tem em todo lugar da sociedade.

Como já citado anteriormente, os desafios se dão tanto pela discriminação de ser taxado como jovem demais para ter propriedade sobre as sugestões que serão dadas, quanto pela própria carga de responsabilidade e necessidade de abrir mão de situações típicas para as/os jovens – como evitar festejar em espaços coletivos do assentamento, por exemplo, para não ser descredibilizado quando precisar se posicionar de forma mais séria em um momento formal. Quando indagado se fazem relação entre sua postura e o cargo que ocupa no Movimento, José Silva relata que:

Hoje em dia o povo tem um respeito maior, mas antigamente não tinha. Mas tenho postura. Por exemplo, eu não bebo em assentamento, eu não vou festinha em assentamento, já pra evitar. Eu sou brincalhão, mas eu sou muito respeitador com as pessoas, pra também não dar lugar, pra não acabar desrespeitando alguém ou dando o motivo pra alguém vir me desrespeitar, entendeu? [...] Inclusive, teve uma vereadora que veio me dizer que achava que eu era um moleque chato, e depois ela mandou

pedir desculpa, porque disse que achava que eu era um moleque chato por ser muito novo e por ser muito na minha. Você entende que recai uma certa cobrança por você ser jovem e estar na liderança? Eu fui na rádio de Piranhas, sexta-feira, eu nunca tinha ido, o radialista comentou isso também, dizendo “nossa primeira vez na história que eu estou vendo dirigente do MST jovem, será que dá conta mesmo do serviço?”. Provocando.

As/Os jovens Sem Terra têm buscado um espaço no território rural que atenda às necessidades básicas de uma vida digna, com moradia, saúde, educação, trabalho, projetos para a agricultura familiar, alimentação saudável e políticas de incentivo a permanência no campo, para que assim elas/es não tenham a necessidade de fugir para a cidade.

A juventude Sem Terra afirma que os desafios são muitos, então é necessário desnaturalizar as relações adultocêntricas, baseadas na credibilidade principal à voz adulta, e as relações patriarcais de gênero, que afirma como única possibilidade de expressão de gênero o binarismo, condenando a transexualidade, a homossexualidade e a bissexualidade (BOLETIM DO MST – COLETIVO LGBTQIA+, 2019).

As/Os jovens se consideram como as/os responsáveis por pensar novas estratégias que incorporem essas dimensões nas discussões da luta de classes e da Reforma Agrária Popular defendida pelo Movimento. Com isso, têm como objetivo fortalecer a auto-organização das/os LGBTQIA+ e desafiar a militância de todo o Movimento a combaterem o machismo, o preconceito sexual e de gênero, o racismo e outras diferenças que possam existir como barreira para possibilidade de liberdade e diversidade. O Coletivo afirma que:

Em 35 anos de história, o MST segue na luta pela Reforma Agrária, na organização popular e construindo coletivamente formas de resistir e existir. Hoje, enxergamos a Diversidade Sexual como parte dessa luta e da resistência no atual contexto político, dando materialidade ao Projeto Popular que carrega consigo o sonho da terra e dos seres humanos livres (BOLETIM DO MST – COLETIVO LGBTQIA+, 2019).

Como característica do Movimento, dar importância a assuntos atuais e que atravessam a realidade de suas/seus militantes, é trazer o debate da liberdade e da diversidade sexual como necessária para alcance de uma sociedade justa e comprometida com a pluralidade da/o sujeita/o. Em relação a isso, o Coletivo LGBTQIA+ faz menção que o arco-íris da bandeira LGBTQIA+ se soma ao vermelho da bandeira do MST para

construírem juntas/os uma sociedade livre de opressão e exploração (BOLETIM DO MST – COLETIVO LGBTQIA+, 2019).

O jovem José Silva, sertanejo, homossexual, representante nacional do Movimento em Alagoas, relatou que passou por muitos preconceitos por conta de sua sexualidade, no início de sua juventude, principalmente quando ia para o ambiente escolar. Ele nos descreve que era uma fase muito difícil, pois:

Era muito ruim, hoje as coisas conseguiram avançar mais um pouco, mas imagine, o povo falar que você estava rebolando, que você estava isso e aquilo outro. Então, pra descer do carro pra ir para escola, era um peso, uma dor, você ter que controlar seu jeito, tudo, e ficar quietinho ali, para as outras pessoas não ficarem falando. Como eu te disse, no sertão é muito complicado, tudo difícil. Então eu pensava e quando chegava a hora de ir para escola era como se fosse um pesadelo. Então eu já descia do carro sem querer ir, me sentindo obrigado. Tinha que ir porque era obrigado, se não meu pai me batia. Tinha que ir! Era isso! Era um peso, um peso, um peso que você não tem noção no que era ir para aquele espaço ali pra você ser o motivo do deboche, das brincadeiras de todo mundo. Eu não me via naquele espaço, e não queria ir, me sentia obrigado, mas ia. Tinha alguns professores (a) que ajudavam.

Casos como o de José Silva não são raros. Infelizmente, apesar dos avanços e das discussões feitas na atualidade, ainda há muita discriminação e até violência com pessoas que saem do padrão cisheteronormativo imposto socialmente. É por esse e tantos outros casos que a juventude considera que precisa levar cada vez mais para dentro seus assentamentos e acampamentos discussões que giram em torno das relações de gênero e diversidade sexual. Pois é impossível construir uma nova sociedade com emancipação da/o sujeita/o, sem levar em consideração as múltiplas formas humanas de ser, viver e se relacionar. Nesse sentido, reflete que:

Os nossos territórios têm que ser espelho da sociedade que queremos construir, para isso é fundamental a inserção da nossa juventude em todos os espaços, construindo resistências pulsantes nos assentamentos, acampamentos, escolas, com ações coletivas, que combatam o machismo, o racismo e a LGBTfobia, pois essas práticas são estruturantes para o capital (MST, 2019).

O Movimento registra que enquanto Sem Terra, jovens, mulheres, negras/os e LGBTQIA+fóbico, todas/os precisam ocupar os espaços dentro e fora do Movimento, pautando a construção de uma sociedade justa e diversa, para assim realizar uma Reforma Agrária Popular e enfrentar os retrocessos impostos, nesse momento delicado, por esse governo homotransbifóbico.

Nesse sentido, é necessário que a juventude se posicione bem e tenha muita capacidade de atuação para realizar intervenções concretas na defesa de tudo que o capital quer explorar e tirar dela. Para isso é fundamental que haja a defesa dos territórios, condições de moradia e permanência no campo, educação de qualidade, e implementação de programas e políticas públicas que viabilizem uma condição econômica favorável para sobrevivência. Visualizam que a conjuntura atual é um dos momentos mais difíceis e de muitos ataques e desmonte aos direitos já conquistados, como é o caso das ameaças de despejos a mais de um assentamento alagoano.

As/Os jovens precisam estar engajadas/os nas lutas e se envolverem cada vez mais nas demandas de suas regiões para garantirem sua permanência no local. Um outro desafio, além dos já citados, que foi destacado pelas/os jovens, trata-se da falta de empregos no meio rural, pois trabalham em condições favoráveis, apenas em épocas específicas, já que o plantio e a colheita se dão em momentos específicos.

José Lucas foi um dos jovens que mais enfatizou a dificuldade que a falta de emprego e seus desdobramentos gera à juventude. Ele relatou que já foi à São Paulo quatro vezes, para trabalhar, porém não se adaptou o suficiente para ficar de vez. No entanto, metade dos seus nove irmãos estão por lá a trabalho, em busca de melhores oportunidades.

Outro caso semelhante ao de Lucas, no que diz respeito à falta de oportunidades de trabalho no assentamento e região, está sendo vivenciado por uma das jovens que conheci no mesmo assentamento que o dele. A falta de oportunidades no próprio Movimento e região, induziram-na a ir para São Paulo tentar melhores condições financeiras por lá.

Refletindo sobre os desafios das diversidades que são podadas e das condições objetivas de conseguir existir, resistir e militar, Lucas Nunes descreve que é muito difícil militar sem incentivo de programas e políticas que as/os auxiliem, pois:

Um grande desafio é perder os jovens dentro do movimento porque não tem uma possibilidade de geração de renda e trabalho de forma organizada. Porque ter a gente tem, né. A gente pode pensar a roça, o artesanato. Ela é uma possibilidade. Porém, ela não é uma possibilidade imediata. E aí, às vezes, a gente precisa de uma forma mais imediatista.

Isso reforça o que discutimos sobre a necessidade de uma estrutura que enraíze essas/es jovens em seus assentamentos e acampamentos e permita que a permanência

nesses espaços não se limite apenas à conquista da terra, mas de um espaço para viver com dignidade e qualidade.

Para lidar com as lutas e os desafios acima destacados pelas/os jovens, a militância juvenil é fortalecida, ao nosso ver, a partir de expressões políticas como a cultura, a arte, a poesia, a música – como dispositivo de afeto, consciência política e pertencimento e estratégia de construção identitária e de subjetivação – e as redes de amizade que estas/es jovens constroem em suas trajetórias.

4.5 Militância, arte e amizade

“Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”.
Paulo Freire

Ser militante se tornou símbolo de contestação social, força cultural e simbólica – que se materializa também em forma de arte e como cultura de resistência. É um modo de atuar que surge como forma de criticar o instituído através de novas expressões e formas políticas, e aparece também como forma de resistir às relações de desigualdade, sejam elas de cunho racial, de classe ou de gênero.

Ou seja, ela é também uma maneira de entender o contexto, as crenças e as práticas das pessoas. Um movimento social que se baseia em cultura, é considerado um movimento enraizado tanto no sentido da própria memória histórica do povo, como nas pautas de lutas que baseiam sua atuação.

No MST, a cultura militante se refere aos estilos de vida e sua própria existência, desde a rotina, no dia a dia dos acampamentos e assentamentos, até as variadas estratégias de luta em suas manifestações artísticas e componentes simbólicos que se produz no movimento social. Neste sentido, Navarro e Herrera (1998) descreve que no Movimento:

A cultura é o que se faz, o que não se faz, o que se vê e o que não se vê. É modo de ser, de viver e de conviver, produto da relação com a natureza, homens e mulheres. Se expressa nas festas, nos bailes, na comida, na música, na arte, na indumentária, nos objetos, na língua: mas não é somente isso, é todo o sentido da vida (p. 45).

As/Os jovens do MST consideram que se torna cada mais urgente repensar o mundo através da diversidade cultural. Isso é necessário para compreendermos os

costumes, as produções, e as necessidades dos povos. É urgente o diálogo entre as diferentes culturas para a construção de um mundo mais sustentável, justo, igualitário e que respeita as diversidades. Elas/es afirmam sermos a única espécie com capacidade de produzir cultura (MST, 2017).

Uma das ferramentas da cultura é a expressão artística - manifestada através da música, da poesia, da literatura, da dança, do slam, do artesanato, do teatro, entre outros. Ela tem um poder de comunicação capaz de conscientizar, denunciar e resistir às desigualdades e às diferentes formas de opressão. Assim como, também pode ser utilizada como instrumento de massificação com capacidade de alienação, gerando condições para a implantação de sistemas que oprimem e exploram diversas/os sujeitas/os.

A arte consegue atuar como protagonista em momentos de luta e de resistência, mas também pode ser usada, a depender de quem e de quais interesses estão envolvidos, para impor condições de submissão e opressão. Isso evidencia o quanto a arte é uma ferramenta que possui grande responsabilidade na construção da cultura que se pretende produzir e o quanto as/os artistas são agentes culturais, capazes de atuar na transformação social. Por isso, é muito importante estar atenta/o a que lado da história estamos nos posicionando, apoiando e produzindo – da resistência ou da opressão.

Para o MST, a arte é uma ferramenta estratégica fundamental no que diz respeito à luta política. Ela se faz presente desde a criação do Movimento – na bandeira, no hino, na mística, nas músicas, no processo formativo e na construção da identidade Sem Terra. Cada vez mais o Movimento tem investido na formação artística, inclusive com a criação de Escolas de Artes. Ele considera que a arte é animadora, mobilizadora, educativa, inclusiva e tem capacidade de contribuir na organização dos processos formativos de suas/seus militantes (MST, 2019).

Para as/os jovens do MST, a arte tem uma função política e social de afirmação da identidade e produção de resistência, capaz de desenvolver conhecimento intelectual e produzir subjetividades formando novos sentidos e consciência crítica. Em uma perspectiva emancipadora, permite a percepção da realidade de uma forma sensível e, portanto, capaz de refletir e intervir de forma criativa em relação aos diversos fenômenos subjetivos, sociais, econômicos e políticos que as/os atravessam.

Em entrevista para o site do Movimento, um jovem afirma que “é impossível pensar um projeto de nação sem incluir a arte como parte estratégica”, pois ela pode ser um dos “elementos fundamentais na busca e construção de alternativas para a hegemonia política, social e cultural”. E completa ainda que apostam “em uma arte que questiona as

estruturas de poder, e que possa proporcionar a organização da classe trabalhadora para a transformação social, além de propor alternativas para questões adversas”. O objetivo do MST é compreender a arte em sua função ideológica e de resistência, na pretensão de produzi-la e criá-la a partir de uma perspectiva contra-hegemônica – que é o modelo político do qual o Movimento se baseia (BRENNAND, 2017).

Para o sistema capitalista, a classe trabalhadora é negada de fazer arte. Como de costume, ele segrega e coloca as expressões artísticas como algo para poucas pessoas e a separa da classe trabalhadora, colocando esta no papel de consumidora do que é produzido. Com intuito de enfrentar quaisquer tentativas do sistema de convencer a sociedade dessa ideia, o MST coloca como lema das Escolas de Artes a frase “todo e toda Sem Terra fazendo arte” (MST, 2019).

Isso tem como objetivo fazer a/o sujeita/o trabalhadora/or Sem Terra perceber que ela/e também é uma/um produtora/or de arte. Alcançar essa finalidade é importante para a construção da pessoa como sujeita/o histórica/o e transformadora/or de sua realidade, sobretudo nessa conjuntura, em que a arte e suas expressões – música, da poesia, da literatura, do *slam*, do artesanato, do teatro – são tidas como estratégias de transformação e resistência.

O MST propõe a construção de uma cultura popular, baseada tanto em uma memória histórica como em uma “leitura do mundo”, como diria Paulo Freire, expressas em forma de força e resistência para as situações que estão vivendo. No caso da música, por exemplo, existem as específicas para os momentos de ocupações, para os de protestos e atos públicos, assim como para os de formação e comunicação do que se quer construir (LOCH; ROCHA, 2007). A produção musical do Movimento tem objetivo de expressar o que se passa no cotidiano de lutas dessas/es trabalhadores, denunciar as violências vivenciadas por suas/seus militantes e despertar um olhar crítico para os fenômenos políticos e sociais. Nesse sentido, Loch e Rocha (2007) afirmam que:

Além das marchas, acampamentos, ocupações, protestos, reivindicação de direitos, a música também se apresenta enquanto um espaço de discussão e análise de condições materiais, de protestos, de críticas e de preservação da história camponesa. Analisar tais canções é compreender as raízes da música do MST enquanto música advinda do campo, uma música com um cunho político que fala sobre questões complexas, que busca a conscientização, que fala sobre o cotidiano, que envolve ações culturais de solidariedade, de mutirões, de festas populares, que envolve crítica e esperança (p. 980).

As produções em relação à poesia, ao *slam*, ao teatro e outras formas de expressão não são diferentes, também buscam conscientizar a militância das injustiças sociais e envolvê-la nas discussões que a atravessam – abrangendo as especificidades de suas lutas, dando atenção especial à Reforma Agrária e aos direitos sociais.

Segundo Castro (2005), a experiência tanto do MST quanto de outros movimentos sociais do Brasil e da América Latina, afirma que as expressões artísticas e a simbologia têm um papel fundamental no processo político e educacional das pessoas. Para a autora, “A cultura no MST é uma cultura de resistência e de enfrentamento (p. 20)”, por isso, desde o início do Movimento foram adotadas metodologias de utilização dela através das suas várias manifestações artísticas, seja ela a música, o teatro, a mística, os murais, os poemas.

Entre os eventos artístico político realizados pela juventude alagoana do MST, destacamos um concurso de poesia, nomeado como “Versos de resistência”, ocorrido em 2019. Tratou-se de um concurso com o lema “Eu, jovem pret@, resisto e insisto”.

Imagem 07: Participantes do concurso nomeado “Versos de resistência”



Fonte: MST AL (2019)

Jovens negras/os dos quatro cantos de Alagoas elaboraram versos que retratam a luta, a resistência e a persistência que os forjam enquanto jovens criativas/os e questionadoras/es das realidades que as/os cercam. Trouxeram a escrita como uma forma de encontro com a sobrevivência.

Imagem 08: Alexandro em concurso “Versos de resistência”

Fonte: MST (2019)

Alexandro, participante do evento organizado pelo Coletivo da Juventude, relata para uma entrevista ao site do Movimento que encontrou na poesia uma forma de denunciar e de sobreviver às dificuldades em que vivia. Ele encontra na escrita uma forma de desabafar as revoltas, realizar um alerta e informar à juventude e demais pessoas sobre as atrocidades que acontecem diariamente, principalmente com as/os jovens negros.

Assim como Alexandro, outras/os jovens do MST têm buscado expressar suas críticas e denúncias através de seus escritos em forma de poema, batalhas de *slam* ou música. Como resultado de uma compilação de poemas feitos por algumas/uns jovens do Movimento, o Coletivo da Juventude de Alagoas construiu o livro chamado Pé de poesia (2018).

Imagem 09: “Coletânea Pé de Poesia”



Fonte: MST AL (2018)

Entre algumas das poesias registradas nele, escolhemos trazer uma que fala sobre a arte e política.

Meu sangue é uma mistura

Leandra Lima

De arte mirada, poética.

De arte escrita, abstrata.

De fatos que me ocasionaram,

De atos que me formaram,

Política utópica de uma vida.

Que inflama outras veias,

De luta e rebeldia.

Água que aos poucos sacia,

De morte, vida e sementes,

Que no campo floreiam.

Meu sangue é uma mistura.

De arte mirada, poética.

Que inflama outras veias.

O Coletivo de Cultura, junto a jovens de vários estados do país, inclusive de Alagoas, construiu uma carta aberta sobre arte, poesia, luta e organização política que

reafirmam seu compromisso com a construção de uma sociedade mais justa. Segue alguns trechos dela:

[...] Guardamos na memória coletiva a dança da semente, as rimas das poesias dos povos, sotaques de aqui e acolá do mundo, festejos e crenças... O ato da resistência. Ocupamos as terras dos latifundiários, a nossa terra. E na Luta, nas ações combatentes, na organização coletiva para sobreviver à violência e aprender as estratégias de ataque, nós construímos valores e símbolos que continuam a trajetória insubmissa dos quilombos. Nossa poesia nasceu em cima dos caminhões, sob a lona, apesar das balas. Nós fazemos poesia pra vencer o medo e anunciar a vitória. Nossa poesia fala de camponeses e militantes que se formam em consonância com o cultivo e a rebeldia. Nossa poesia projeta um futuro de liberdade. A cultura revolucionária que vislumbramos na nossa prática militante é ação para a libertação, em todas as suas frentes. No cotidiano da luta é que aprendemos a responsabilidade de nos erguer contra a propriedade privada e a mercantilização da vida, contra a violência da cultura hegemônica que mantém os trabalhadores e trabalhadoras em condição de servos. Aprendemos, em nosso cotidiano militante, a necessidade de criar espaços de sociabilidade que apontem o futuro que sonhamos; que tenham o potencial de nos reconstruir como novos seres enquanto construímos novas relações de produção e reprodução da vida – potencial de nos reconstruir como mulheres e homens novos. Por isso é que nossa cultura tem que ser política e insubmissa (MST – COLETIVO DE CULTURA, 2017).

Diante do potencial político e social para a construção de uma visão crítica da realidade e formação de consciência numa perspectiva de desnaturalização da barbárie e construção de novos valores e sociabilidades, a arte é considerada uma ameaça permanente para os sistemas radicais e precisa ser eliminada ou reduzida ao mínimo. Não obstante, após o golpe de 2016, a cultura foi um dos primeiros alvos do governo Temer e segue sendo cada vez mais bombardeada pelo atual governo de Bolsonaro.

Até então, o Ministério da Cultura foi extinto, as políticas públicas para o campo cultural são praticamente inexistentes e os casos de censura (e autocensura pela sobrevivência) são cada vez mais comuns. Esse desmonte e sucessão de ataques não é surpresa para ninguém, em se tratando de um governo intolerante, radical e contrário à diversidade e liberdade de pensamento.

A chegada da pandemia intensificou ainda mais as desigualdades sociais e reforçou o quanto o sistema não valoriza a cultura e reforça o individualismo. Se já era difícil para algumas/uns garantir os direitos fundamentais, o privilégio de ficar em casa e ainda ter acesso à literatura, música, cinema e arte no geral, por meio virtual, foi e continua sendo complexo.

Lucas Nunes compartilha conosco que elas/es têm que aproveitar esse momento também “para aprender e fazer um debate político-cultural”, ele afirma que “tem sido necessário pensar a cultura, as músicas, as linguagens” e que “isso tem sido uma outra frente forte nossa, nesse tempo de pandemia”. Para as/os jovens do Movimento, a arte é considerada um lugar necessário de respiro e encontro – mesmo que virtual – que precisam ser valorizadas e colocadas como dimensões estratégicas na construção de reXistência.

Para elas/es o enfrentamento das dificuldades relacionadas à pandemia e outras existentes previamente a ela, só conseguem ser superadas através da organização política social de forma crítica, criativa e solidária. Nesta conjuntura pandêmica, um dos valores que se destacam entre elas/eles é a solidariedade e as redes de amizade que ajudam a ninguém soltar a mão de ninguém. Sobre a pandemia e a solidariedade, as/os jovens consideram que:

Precisamos nos reinventar sob a perspectiva de novos valores e de uma nova cultura política que tem a solidariedade como um importante elemento cultural, o cuidado, as formas mais coletivas e saudáveis de existência e convivência social e com a natureza. E nos entendermos como seres interligados que habitamos um planeta e somos responsáveis pelo rumo que tomaremos enquanto humanidade (MST – COLETIVO DA JUVENTUDE, 2020).

As relações de amizade que nascem através da solidariedade e da coletividade partilhada nos espaços de trocas existentes no Movimento, fortalecem os afetos políticos e a identidade militante, além de reforçar os ideais sociais, culturais e comunitários e possibilitar a construção de projetos comuns para enfrentamento dos desafios que as/os atravessam. Os valores defendidos pelo MST, como os de justiça e igualdade, possibilitam a constituição de uma convivência companheira caracterizada por manter relações democráticas e humanizadas.

É baseada em uma organicidade coletiva que busca afastar a competitividade e dar espaço a relações baseadas na lógica de complementariedade, de ajuda mútua, de coletividade e de solidariedade, que novas lógicas de relações vão sendo estabelecidas. Falkembach (2007) afirma que as relações de amizade vão produzindo novas formas de vida, de comunidade e de subjetivação coletiva. A partir disso, o conceito de amizade passa a ser visto como “um exercício do político, uma forma de re-traçar e re-inventar o político” (ORTEGA, 2000, p. 58).

As/Os jovens apontam para os valores mais voltados para a amizade e para os espaços de encontros, de interação social, de comunicação, de entretenimento e de partilha artística cultural, como espaços de subjetivação e fortalecimento militante. Os Coletivos, por exemplos, são um dos espaços de participação que se sobressai como importante dispositivo de acolhimento, satisfação, troca de afetos, experiências e fortalecimento da identidade.

Sobre esses valores, Alexsandra, relata que “quando se está organizado dentro de um coletivo, você vai ter mais força para se apegar. Onde você não se sente só ali, sabe?” pois, “tem aquele conjunto de jovens, onde cada um vai estar sempre segurando em outro”. Enquanto prosseguia suas falas sobre suas experiências no Movimento, afirmou que participar dos espaços coletivos com outras/outros militantes, fortalece sua estrutura para enfrentar os desafios da vida. Ela afirma que:

Todos nós temos nossas dificuldades, mas quando você se encontra em uma organização onde lá você tem muitos companheiros pra lhe confortar, pra lhe ajudar no seu processo de caminhada, aí você se dá conta do quanto há companheiros pra te ajudar, pra te levantar e te reerguerem.

O modelo de relação vivenciado entre as/os integrantes do MST é fortemente marcado pela presença do companheirismo. As experiências de passar pelos acampamentos, vivendo em situações precárias e dependentes uma/um das/os outras/os, faz com que os laços se estreitem. Nesse sentido Alexsandra nos fala um pouco de sua experiência na época que esteve acampada e nos conta que:

Onde a gente [ela e a família] morava antes, era um lugar pequeno e escasso, mas rico em questão de companheirismo, sabe? Amizade! Então, lá, era quase como se todo mundo fosse família. Todo mundo conhecia todo mundo. Havia companheirismo, amizade.

A forma de vida estabelecida pelas condições de luta que se constitui o Movimento, desafia-as/os a desenvolverem cada vez mais as habilidades sociais e de comunicação para lidar com grupos e dialogarem sempre de forma horizontalizada e democrática, para assim viverem de forma harmoniosa e alinhada em relação aos objetivos de luta. Essa condição também promove trocas de experiências e fortalece a esperança de melhores condições de vida e de sociedade. Nesse sentido, Alexandra prossegue compartilhando suas experiências de como se sentiu em sua inserção no Movimento, nos contando que:

Quando a gente entra no Movimento, a gente se dá conta que tá entrando numa nova família. Construindo, na verdade. Pois é tanto companheirismo, tanto aconchego, assim... Que quando você entra, você se dá conta de que ali você tá construindo uma nova história, um novo capítulo, né, na sua vida. Você vê como se fosse um novo horizonte.

Ela prossegue afirmando que, às vezes, fica até “muito sentimental quando se trata de falar da vida no MST. É algo que muda realmente a gente. E eu percebi, assim, que no decorrer da minha vida, eu amadureci muito, cresci muito com o MST e eu devo muito a ele”.

Apesar dos desafios enfrentados por Alexandra e por tantas/os outras/os jovens, para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e com acesso aos direitos fundamentais, a capacidade do fazer coletivo que o Movimento tem faz com que as dificuldades sejam ressignificadas e vivenciadas de uma maneira menos insuportável. Sobre os desafios de ser jovem e militante, mas estar em um Movimento acolhedor e que as/os fazem se sentir acolhidas/os, Alexandra afirma que:

Eu vejo que você ser jovem fora do MST é desafiador. Mas quando se é jovem do MST é algo realmente muito mais desafiador e muito mais grande. Então eu penso assim, que quando se é um jovem do MST, você não luta só. Além disso, você não luta só pelo que você sonha, mas também pelo que os seus companheiros também sonham.

A amizade enquanto categoria política representa uma importante forma de relação entre as/os militantes, de modo que surge para possibilitar trocas afetivas, cumplicidade, confiança, resistência. Ela tem sido compreendida enquanto modelo de “relação que vai permitindo inaugurar laços que a potencialize enquanto prática de reconhecimento da alteridade, de valorização dos assuntos e temas de ordem comum, de incitação de modos de subjetivação que produzam nas pessoas interesses de natureza ético-estética (LEITE; DIMENSTEIN, 2011a, p. 111).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que sentir ao adquirir passagens para um destino bastante desejado, no qual a pessoa cria expectativas e realiza o planejamento de explorar diversos roteiros, conhecer pontos turísticos, construir relações, ser afetada e afetar o local pelo qual passa e, de repente, tudo que foi planejado precisar ser repensado de forma a se adaptar a uma viagem virtual, cheia de limitações físicas e tensões em relação à sobrevivência? Nosso processo de pesquisa foi bem semelhante a essa analogia. Readaptar foi a palavra-chave para sua realização.

Quando iniciamos o processo de planejamento da pesquisa, nós o fizemos considerando um contexto de normalidade, imaginando que imprevistos poderiam ocorrer, mas sem a menor ideia de um acontecimento nas proporções de uma pandemia e com o nível de duração e impacto que faz até hoje.

Construir um trabalho nesse contexto foi um duplo desafio, pois, além de precisar abrir mão da proposta de pesquisa que estava planejada para acontecer em campo, majoritariamente, em contato direto com as/os jovens, tivemos que desenvolver estratégias para enfrentar as dificuldades em relação à precariedade de acesso à internet e às trocas de modo virtual.

Apesar das dificuldades, o trabalho não parou. Pelo contrário, reforçou a compreensão de que pesquisar já é, por si só, um processo de aprendizagem que vai para além do âmbito da pesquisa. É um processo que se desdobra para a vida e não se finda nas considerações finais do trabalho, pois não é algo que se cria apenas no papel, “mas no seu interior, nas vísceras e nos tecidos vivos” (ANZALDÚA, 2000).

Assumir essa perspectiva de implicação e afetação, de forma ética e política com o campo e com o próprio trabalho, é se afastar de uma psicologia marcada pelas produções baseadas na ciência moderna – pautada em critérios de universalidade, neutralidade e previsibilidade – e adotar uma perspectiva crítica da Psicologia Social, preocupada em combater as relações de dominação, comprometida com a transformação social e que leva em consideração as intersecções que atravessam as/os sujeitas/os, como: gênero, raça, território, sexualidade, geração, dentre outras.

Enquanto uma pesquisa direcionada pelos olhares da Psicologia Social, que buscou dialogar com a juventude do MST sobre o modelo de participação política protagonizado por ela em Alagoas, nossas investigações se direcionaram especificamente para compreendermos de que juventude falávamos, quais eram suas trajetórias, suas

concepções de política e como se davam seus modos de participação política a partir do Movimento.

Nesse sentido, nos debruçamos sobre a Juventude do MST no estado, uma juventude que tem sua trajetória fortemente marcada pela participação política, manifestada através das lutas que envolvem as pautas de classe, moradia, permanência no campo, educação, raça, trabalho, relações de gênero, de sexualidade, transformação social, entre outras.

A busca pelo enfrentamento das condições de subalternidade, humilhação e injustiças existentes na realidade difícil que vivenciam, é uma das causas que contribui para o encontro delas/es com a política. A angústia vivenciada e compartilhada entre amigas/os e familiares desencadeiam reações que variam entre lágrimas e protestos – esta última é a que predomina entre a juventude dessa pesquisa.

A indignação provocada pelas condições acima mencionadas impulsiona as/os jovens a participarem desse mundo da política e a reivindicarem por um projeto político e social baseado nos valores da igualdade e da justiça. A esperança nessa transformação faz com que enxerguem a política como possibilidade de transformação para elas/es mesmas/os, para os familiares e para a sociedade no geral, seja nos âmbitos econômico e social ou de seus modos de existir.

Essas concepções políticas semelhantes aos princípios e valores partilhados pelo MST, fez com que se identificassem com o Movimento e ingressassem nele. Esse ingresso tem contribuído tanto no compartilhamento e fortalecimento de valores e tradições das/os trabalhadoras/es rurais quanto na proposição de diretrizes organizativas para a transformação das condições sociais e políticas delas/es. É através dos processos de formação política que as subjetividades militantes vão sendo (re)construídas com características de emancipação e responsabilidade, tornando as/os jovens atrizes e atores de suas próprias histórias.

É importante ressaltar que, para além das formas de ingresso no Movimento e na própria política acontecerem por conta da insatisfação com as condições de vida que possuem, há também as inserções que se dão através de elementos como a admiração e identificação com os valores, e as relações de vínculo com pessoas que já são desses espaços.

Ocupar esses espaços políticos de luta contra a reprodução das injustiças, desigualdades e ataques aos direitos, requer muita organização. Para tanto, o MST desenvolveu uma metodologia de funcionamento para ajudar a se organizarem e criaram

os chamados acampamentos, assentamentos, núcleos de base, brigadas, setores e coletivos. Cada um deles desempenha uma função organizativa específica que se complementam para o bom funcionamento do Movimento.

Para a juventude ocupar esses espaços que as/os representam de forma política e organizativa é garantir que as estratégias de afirmação de suas identidades estejam sendo pensadas, fortalecidas e postas em prática. Desse modo, elas/es têm promovido lutas que se relacionam não só às questões agrárias e às especificidades de estar no campo, mas também às que se relacionam a pautas que falam de suas vivências, de suas práticas e necessidades, de suas formas de ser e de como se fortalecer enquanto sujeita/o político e social.

Entre as principais pautas de lutas levantadas por elas/es para alcançar uma vida com qualidade, estão a Reforma Agrária, a educação no campo, a agroecologia, as políticas de permanência no campo – além dessas, existem outras lutas que perpassam as vivências dessas/es jovens e que se interseccionam a outros desafios vivenciados por elas/es. Essas pautas se destacam para ressaltar a importância de uma luta baseada não só na conquista da terra, mas na permanência nela, a partir de uma sobrevivência digna com direito a desfrutar de uma vida com qualidade, saúde, direitos sociais, consciência política e visão crítica para garantia dos direitos e capacidade de decisão.

Entre os desafios que as/os atravessam e determinam algumas de suas experiências, se destacam as questões geracionais, as relações de gênero, de diversidade sexual e a ausência de políticas de permanência no campo.

O reconhecimento geracional, enquanto um dos desafios que atravessam suas vivências, acompanha a trajetória destas/es jovens. Elas/es reconhecem que algumas vezes vivenciavam episódios de incredibilidade e tentativa de silenciamento por suas ideias, por serem taxadas/os como jovens demais e inexperientes, mas através de suas responsabilidades e dedicação às atividades que dizem respeito aos interesses do MST, tem conseguido conquistar confiança e ocupar lugares de grande responsabilidade e capacidade de intervenção nos diversos âmbitos do Movimento.

Entre as/os participantes da pesquisa, tivemos a participação direta de duas jovens. Tratam-se de mulheres que ocupam importantes espaços no Movimento, mas que também compartilham que as questões de gênero precisam continuar sendo levantadas, pois ainda existem práticas de cerceamento no que diz respeito à sua participação, principalmente no que se referem às relações hierárquicas familiares, como na proibição da filha em

participar de determinadas atividades, em detrimento do filho que é constantemente incentivado, por exemplo.

Como forma de estratégia para desconstruir determinados preconceitos, o Movimento adotou em todos os seus cargos, o princípio de igualdade de gênero, buscando assim, democratizar a participação e garantir a todas/os os direitos de decisão e articulação no Movimento. Em sentido semelhante, um outro desafio enfrentado pela juventude, diz respeito ao reconhecimento das identidades de gênero e sexualidade dissidentes como expressões na vida das/os jovens. As/Os jovens se colocam como as/os responsáveis por desenvolverem novas estratégias que incorporem essas dimensões nas discussões da luta empreendidas pelo Movimento. Buscam fortalecer a auto-organização das/os LGBTQIA+ e combater o machismo, o sexismo, a LGBTQIA+fobia, o racismo e outras desigualdades que possam existir como barreira para liberdade e diversidade dos modos de ser.

Para lidar com essas lutas e desafios, elas/es buscam, através das expressões artísticas e das redes de fortalecimento entre os pares, estratégias que lhes encorajem a seguir na militância. Elas/es apontaram os espaços formativos artísticos e culturais como uma forma de resistir às dificuldades e fortalecerem seus vínculos. Indicaram também para a importância dos valores mais voltados para a amizade e a solidariedade como modo de fortalecimento dos coletivos e motivação para seguirem nas partilhas. Consideram que a amizade tem a capacidade de fortalecer o sentimento de pertencimento ao grupo, reforçar os ideais comunitários, culturais e políticos e possibilitar a construção de projetos comuns frente a estas e outras lutas e desafios acima mencionados.

Diante das discussões realizadas sobre as categorias juventude e política, consideramos que estudos como este se fazem necessários no cenário atual para desconstruir debates essencialistas, universalizantes e adultocêntricos dos quais relacionam a juventude como detentora de uma ligação automática com a política, ou como inevitavelmente revolucionária, ou ainda sem capacidade suficiente para ocupar espaços de decisão e execução de ações políticas. Em contramão a essas visões, consideramos que a juventude é, dentre muitas coisas acima discutidas, uma categoria plural, em constante processo de transformação, sensível a analisar e atuar sobre a conjuntura em que se encontra e os fenômenos que a atravessam.

A trajetória de participação política da Juventude do MST em Alagoas tem se destacado por ser uma categoria comprometida não apenas com a luta por seus direitos e melhores condições de vida, mas também envolvida em ações políticas e sociais, junto a

outras organizações, movimentos sociais e comunidade, para combaterem as desigualdades e injustiças que atravessam suas vivências nos âmbitos comunitários, estudantis, trabalhistas, sociais, políticos, ambientais, culturais e existenciais.

Após mais de dois anos envolvida de forma comprometida, ética e política, chegamos ao fim da imersão neste trabalho. Isso não é sinônimo de que as discussões se esgotam no que foi exposto por aqui, pois os debates sobre as categorias juventude e política estão sempre em processo, em contínuo movimento.

Ressaltamos que apesar das dificuldades existentes para executar uma pesquisa de campo em meio a uma crise sanitária e política que limita e fragiliza a atuação plena das/os pesquisadoras/es, foi duplamente importante e compensador assumirmos uma perspectiva baseada em uma psicologia crítica, plural e comprometida em analisar de modo horizontal as intersecções que envolvem as/os sujeitas/os, em seus mais variados campos de atuação social e política.

Uma produção de conhecimento é sempre limitada ao tempo e ao lugar, portanto, essa pesquisa é resultado, primordialmente, das relações que tivemos com as/os jovens que participaram dela. Portanto, consideramos este trabalho como uma contribuição para este tipo de discussão e julgamos ser necessário que outras pesquisas sobre esses temas tão importantes em nossa atualidade, aprofundem os resultados que aqui disponibilizamos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil.** Revista Brasileira de Educação, 5 e 6, pp. 5-14, 1997.
- ABREU, C. Narrativas digifeministas: arte, ativismo e posicionamentos políticos na internet. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica.** Salvador, v. 02, n. 04, p. 134-152, 2017.
- ABRAMO, H. W. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H. W. BRANCO, P. P. M. **Retratos da Juventude Brasileira. Análises de uma pesquisa nacional.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- ALCALDE, E. *Slam* na Educação: a poesia escrita com giz e dita com o coração. In: ALCALDE, E.; ASSUNÇÃO, C.; MOTTA, R.; CHAPÉU, U. (Orgs.). **Slam da Guilhermina: três ponto zero.** 1.ed., São Paulo, 2016.
- ALMEIDA, R. S. de. **Juventude e Participação:** Novas formas de atuação juvenil na cidade de São Paulo. 2009. Mestrado em Ciências Sociais – PUC-SP, São Paulo, 2009.
- ANZALDÚA, G. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **ESTUDOS FEMINISTAS.** p. 229 – 236, 2000.
- AUGUSTO, N. M. A juventude e a(s) política(s): Desinstitucionalização e individualização. **Revista Crítica de Ciências Sociais [online].** n.81. p.155-177, 2008.
- AVAAS, 2011. Disponível em: <https://secure.avaaz.org/page/po/about/>
- BAILEY, A. C. Estética e Dialogismo: o papel da Literatura na formação da cidadania. **Revista Contrapontos.** Vol. 12, n. 3. p. 279-289, dez. 2012.
- BECK, U. A reinvenção da política. in BECK, U.; GIDENNS, A.; SCOTT, L. **Modernização Reflexiva: Política, tradição e estética no mundo moderno.** Oeiras: Celta, 2000.
- BOGO, A.; BOGO, M. N. R. de A. Processos formativos do MST: desafios e limites históricos. **Revista Trabalho Necessário.** 17(33), 85-110, 2019.
- BORELLI, S. H. S.; ROCHA, R. M.; OLIVEIRA, R. A. **Jovens na cena metropolitana: percepções, narrativas e modos de comunicação.** São Paulo: Paulinas, 2009.
- BRENNAND, E. M. **Enquanto governa a maldade, a gente canta a liberdade: coletivo de cultura do MST:** caminhos para a criação de uma cultura contra-hegemônica. Dissertação. UNESP, São Paulo, 2017.
- BRINGEL, B. **O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil.** São Paulo, 2009.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. 2ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

CALLE, A. *El estudio del impacto de los movimientos sociales. Una perspectiva global*. In: *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*. n.120. Madrid. 2007.

CAMARGO, A.; MAGNONI, A. F.; MIRANDA, G. V. Comunicação política, internet, juventude e participação: proposta de reflexão. **Comunicação - reflexões, experiências, ensino**. Curitiba. v. 14. n.1. p. 087-098, 2018.

CAMPOS, A.M.; MEDEIROS J.; RIBEIRO, M.M. **Escolas de Luta**. São Paulo: Veneta, 2016.

CANÁRIO, R. A. educação e o movimento popular do 25 de abril. **Trabalho & Educação**. Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 15-30, 2006.

CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de. (Org.). **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: MAUAD-X. p.102-120, 2007.

CARRANO, P. A Participação Social E Política De Jovens No Brasil: Considerações Sobre Estudos Recentes. **Revista O Social em Questão**. Rio de Janeiro, v.15, nº 27, fev. pág. 83-100, 2012.

CASTELLS, M. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CASTRO, A. C. de; BICALHO, P. P. G. de. Juventude, Território, Psicologia e Política: Intervenções e Práticas Possíveis. **Psicologia: Ciência E Profissão**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, n.33, p. 112-123, 2013.

CASTRO, E. G. **Entre Ficar e Sair: Uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, 2005.

CASTRO, E. G. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales: Niñez y Juventud**,7(1) 179-208, 2009.

CASTRO, E. G., MARTINS, M., ALMEIDA, S. L. F., RODRIGUES, M. E. B., e CARVALHO, J. G. **Os jovens estão indo embora? A juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Mauad X., Seropédica, EDUR, 2009.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. **Política públicas de/para/com juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004.

CATINI, C. de R.; MELLO, G. M. de C. Escolas de luta, educação política. **Educação e Sociedade**, 2016.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Editora Boitempo. São Paulo, 2020.

CORSO, J. C. Identidade dos Sem Terras: as questões identitárias nos discursos da CPT e do MST. **Revista Tempo, Espaço, Linguagem**. Irati, v. 3, n. 2, mai-ago. p. 45 - 61, 2012.

CORTI, A. P. de O.; CORROCHANO, M. C.; SILVA, J. A. da. Ocupar e resistir”: a insurreição dos estudantes paulistas. **Educação e Sociedade**. Campinas. V. 37, nº. 137, p.1159-1176, 2016.

COUTINHO, L. G.; POLI, M. C. Adolescência e o Ocupa Escola: retorno de uma questão? **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, 2019.

COTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, 24. 40-52, 2003.

DEMO, P. Pesquisa qualitativa. Busca de equilíbrio entre forma e conteúdo. **Revista Latino-americana de Enfermagem**. v. 6, n. 2. p. 89-104. Ribeirão Preto, 1998.

DESLANDES, S. F. O ativismo digital e sua contribuição para a descentralização política. **Ciência e Saúde Coletiva**. vol.23, 2018.

DURSTON, J. Juventud rural en Brasil y México: reduciendo la invisibilidad. In: **Políticas Sociales**. Santiago do Chile, CEPAL, 1998. Acesso Internet: www.cinterfor.org.uy em 18.08.2020.

EVARISTO, C. Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, M. A. (Org.) **Representações Performáticas Brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces**. Belo Horizonte: Mazza Edições. p 16-21, 2007.

FALKEMBACH, E. M. F. **MST, “ESCOLA DE VIDA” EM MOVIMENTO**. Caderno Cedes. Campinas. vol. 27, n. 72, p. 137-156, 2007.

FERNANDES, B. M. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FERRARI, D. L.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M. L. S.; TESTA, V. M. Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir? **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, vol. 12, n. 2, 2004.

FERREIRA, S. R. Jovens secundaristas e o exercício democrático nas ocupações escolares de 2016 em porto alegre. **38ª Reunião Nacional da ANPEd** – 01 a 05 de outubro de 2017 – UFMA – São Luís/MA.

FIRMINIANO, F. D. **A formação cultural dos jovens do MST: a experiência do assentamento Mário Lago, em Ribeirão Preto (SP)**. São Paulo: Editora UNESP; São

Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 288 p. ISBN 978-85-7983-043-3.
<http://books.scielo.org>. Acesso em: 01 set 2021.

FLORENTINO, R. Democracia liberal: Uma novidade já desbotada entre jovens. **Opinião Pública**. Campinas. 14(1), 205-235. 2008.

FRANÇA, J. N. de. **Projeto democrático socialista do MST: alguns elementos linguísticos-ideológicos**. EDUFAL. Maceió – AL. 2009.

GUATTARI, F. **Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo**. São Paulo: Brasiliense. 1987.

GOHN, M. da G. **Manifestações e protestos no brasil: correntes e contracorrentes na atualidade**. Editora Cortez. São Paulo: 2017.

GOMES, I. Z. **Terra e Subjetividade – A recriação da vida no limite do caos**. Criar Edições Ltda. Curitiba, PR. 2001.

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. P. 115-147. 2008.

GROPPO, L. A. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes Modernas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

GROPPO, L. A. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. **Revista de Educação do Cogeime**, ano 13, n. 25, dez. 2004.

GROPPO, L. A. SILVA, R. A. Experiência e subjetivação política nas ocupações estudantis no Rio Grande do Sul. **Retrato da Juventude**, 2020.

GUARESCHI, N. M. F.; GONZALES, K. Z. Discursos sobre juventude e práticas psicológicas: a produção dos modos de ser jovem. **Rev. latinoam. cienc. soc. niñez juv.** v. 6, n. 2, p. 463-484, 2008.

HENN, MATT *et al.*. *A Generation Apart? Youth and Political Participation in Britain*. **Journal of Politics and International Relations**. 4, 167-192. 2002.

HOOKS, B. Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 2008.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo. Ed Martins Fontes, 2013.

JASPER, J. *The art of moral protest: culture, biography, and creativity in social movements*. Chicago: *The University of Chicago Press*. 1997.

KASTRUP, V.; PASSOS, E.; ESCÓSSIA, L. da. **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios do racismo cotidiano**. Editora Cobogó. 2019.

KIMBERLEE, R. H. *Why Don't British Young People Vote at General Elections?* *Journal of Youth Studies*, 5(1), p. 85-98, 2002.

LATTES, G. B. *La démocratie au miroir de la jeunesse*, in A. Muxel; M. Cacouault. *Les jeunes de l'Europe du Sud et la politique, une enquête comparative: France, Italie, Espagne*. Paris: L'Harmattan, 167-188, 2001.

LEITE, J. F.; DIMENSTEIN, M. Movimentos sociais e produção de subjetividade: o MST em perspectiva. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 2, p.269-278. 2010.

_____ **Militância Política e Produção de Subjetividade: O MST em Perspectiva**. Natal-RN: EDUFRN, 2011a.

_____ Processos de subjetivação da militância política do movimento dos trabalhadores rurais sem terra. **Revista Polis e Psique**, v.1, n.2, 2011b.

LOCH, S. A.; ROCHA, E. A. O MST e a poesia: movimentando a literatura e a história. In: CELLI – **Colóquio de estudos linguísticos e literários**. Maringá. p. 975-983. 2009.

LOPES, J. R. A questão social da terra como desafio para a Psicologia. **Psicologia em Estudo**. Maringá, 12(3), p. 583-592, 2007.

LOPES, L. G. R.; CARVALHO, D. B. Juventude assentada e a identidade vinculada com a terra. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29159034>. Acesso em: 04 nov. 2019.

MAIA, AJV., *et al.* Juventude e política: observando a Ufba. In: SAMPAIO, SMR., org. **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos**. Salvador: EDUFBA. pp. 169-186, 2011.

MARQUES, F. P. J. A. **Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil**. Opinião Pública. Campinas. p.164-187, 2006.

MARTINO, L. M. S. **Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes, redes**. Editora Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MARTINS, J. S. **Reforma Agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp. 2000.

MARTUCCELLI, D. Condición adolescente y ciudadanía escolar. **Educación & Realidade**. Porto Alegre. p. 155-174, 2016.

MATOS, H. **A comunicação pública no Brasil e na França: desafios conceituais**. Veredas, v. 8, n. 8, p. 99-114. 2009.

MATTOS, A. R.; MESQUITA, M. R. A participação política de jovens no contemporâneo e seus desafios. **Psicologia & Sociedade**. 25(2). p. 478-480, 2013.

MAYORGA, C.; Pesquisar a juventude e sua relação com a política - Notas metodológicas. **Estudos de Psicologia**. 18 (2). p. 343-350, 2013.

MAYORGA, C.; CASTRO, L. R.; PRADO, M. A. M. Juventude e os paradoxos da política. **In Juventude e a experiência da política no contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra Capa. p. 261-270, 2012.

MESQUITA, M. R.; OLIVEIRA, A. C. M. Juventudes, movimentos e culturas: A participação política de jovens na cidade de Maceió. **Estudos de Psicologia**, v.18, n.2, p. 379-387, jun. 2013.

MESQUITA, M. R.; BONFIM, J.; PADILHA, E.; SILVA, A. C. Juventudes e participação: compreensão de política, valores e práticas sociais. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n. 2, p.288-297, 2016.

MIGNOLO, W. Local Histories/Global Designs: Essays on the Coloniality of Power, Subaltern Knowledges and Border Thinking. **Princeton: Princeton University Press**. 2000.

MIZEN, P. Putting the Politics Back into Youth Studies: Keynesianism, Monetarism and the Changing State of Youth. **Journal of Youth Studies**. 5(1), p. 5-20. 2002.

MST, MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Agenda** 1998.

_____ **A arte nos torna mais sensíveis e criativos para pensar nossas formas de luta**. 14 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/02/14/a-arte-nos-torna-mais-sensiveis-e-criativos-para-pensar-nossas-formas-de-luta/>
Aceso em: 25 nov. 2021.

_____ **Arte: Ferramenta de Resistência Cultural**. 17 de maio de 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/05/17/arte-ferramenta-de-resistencia-cultural/>
Aceso em: 25 nov. 2021.

_____ **Assembleia da Juventude Sem Terra debate os desafios dos jovens brasileiros na atualidade**. 12 de abril de 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/04/12/assembleia-da-juventude-sem-terra-debate-os-desafios-dos-jovens-brasileiros-na-atualidade/>

_____ **Cultura Sem Terra: luta, organização, produção e poesia**. 20 de outubro de 2017. Disponível em: <https://mst.org.br/2017/10/20/cultura-sem-terra-luta-organizacao-producao-e-poesia/>. Aceso em: 25 nov. 2021.
Aceso em: 25 nov. 2021.

_____ **Desafios da educação do campo é tema da Jornada da Juventude no Nordeste**. 21 de agosto de 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/08/21/desafios-da-educacao-do-campo-e-tema-da-jornada-da-juventude-no-nordeste/>

_____ **É impossível pensar um projeto de nação sem arte e cultura como parte da estratégia.** 1 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/12/01/e-impossivel-pensar-um-projeto-de-nacao-sem-arte-e-cultura-como-parte-da-estrategia/> Acesso em: 25 nov. 2021.

_____ **Filme “Marighella” será exibido gratuitamente na periferia de Maceió.** 17 de novembro de 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/11/17/filme-marighella-sera-exibido-gratuitamente-na-periferia-de-maceio/> Acesso em: 25 nov. 2021

_____ **DESAFIOS DA JUVENTUDE SEM TERRA. Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Juventude.** N.2, 2020. Disponível em: www.mst.org.br. Acesso em: 25 nov. 2021.

_____ **LGBT SEM TERRA: rompendo cercas e tecendo a liberdade. Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – LGBT.** Ago. de 2019. Disponível em: www.mst.org.br. Acesso em: 25 nov. 2021.

_____ **Textos para estudo e debate: 5º Congresso Nacional do MST.** São Paulo. 2007.

NAVARRO, L. H.; HERRERA, R. V. *Acuerdos de San Andrés.* México, Ediciones Era, 1998.

NEVES, C. E. A. B. Modos de interferir no contemporâneo: um olhar micropolítico. In: **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 45 (1 - 2), p. 2-23. 2004.

NOVAES, R. R. “Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso. In: **Políticas Públicas – Juventudes em Pauta.** EBERT, F. São Paulo: Cortez, ação educativa. 2003.

OLIVEIRA, E. C. S.; BLEINROTH, M. L. M.; SILVA, Y. M. Desobediências epistêmicas e pesquisas monstruosas em psicologia social. In: CRUZ, L. R. da; HILLESHEIM, B.; EICHHERR, L. M. **Interrogações às políticas públicas: sobre travessias e tessituras da pesquisa.** Florianópolis, Ed. ABRAPSO. p. 13 – 32, 2021.

ORTEGA, F. **Para uma política da amizade: Arendt, Derrida, Foucault.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

PALMEIRAS, L. V. S. A força da escrita de Glória Anzaldúa. **Revista Entrelaces.** V. 1, n. 14. p. 189 – 206. Rio de Janeiro, dez. 2018.

PAULO, M. A. L. de. Juventudes rurais nos pequenos municípios do Nordeste do Brasil. Uma breve reflexão acerca do desenvolvimento rural. In: MENEZES, J. A. et al. **JUBRA: territórios interculturais de juventude.** Recife: Ed. Universitária da UFPE. p. 325-342, 2013.

PELÚCIO, L. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Dossiê Saberes Subalternos**. v. 2, n. 2 p. 395-418, 2012

PINTO, G.; CUNHA, V.; E MAYORGA, C. **Juventude em ação: formas de participação social e política de jovens em uma favela de Belo Horizonte** [Resumo expandido]. In Xv encontro nacional da associação Brasileira de psicologia Social. Maceió: ABRAPSO. 2005. Acesso em 01 de fevereiro, 2015, em <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/>.

PIZETTA, A. J. **A formação política no MST: um processo em construção**. Observatório Social de América Latina, Buenos Aires, Año VIII, n.22, sep. 2007. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal22/EMS22Pizetta.pdf>>. Acesso em: 01 set 2021.

OLIVEIRA, O.; PRADO, M. A. M. A categoria juventude em contextos rurais: o dilema da migração. In: LEITE, J. F.; DIMENSTEIN, M. (Org). **Psicologia e Contextos Rurais**. Natal: EDUFRN. p. 57-88, 2013.

ORTEGA, F. **Amizade e estética da existência em Foucault**. Rio de Janeiro: Graal, 184p. 1999.

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

ROMAGNOLI, R. C. A cartografia e a relação pesquisa e vida. **Psicologia e Sociedade**. v. 21, n. 2, p. 166-173, 2009.

SALES, C. de M. V. **Criações coletivas da juventude no campo político: um olhar sobre os assentamentos rurais do MST**. Dissertação. Fortaleza, 2003.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org); **Epistemologias do Sul**. São Paulo, Ed. Cortez, 2009.

SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, R. *Slam poetry*: poesia performática, política e educação. Dissertação. UFES. p. 106, 2020.

SOUZA, J. T. P. Os jovens contemporâneos e a política contra o instituído. In L. A. GROppo, M. Z. FILHO & O. L. MACHADO (Orgs.), **Movimentos juvenis na contemporaneidade**. pp. 117-156. Recife: Editora Universitária UFPE. 2008.

SPÓSITO, M. P.; ALMEIDA, E. de.; CORROCHANO, M. C. Jovens em movimento: mapas plurais, conexões e tendências na configuração das práticas. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 41, 2020.

STROPASOLAS, V. L.; AGUIAR, V. V. P. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: **Gênero e geração em contextos rurais** / organizadores SCOTT, P.; MENEZES, R. C. e M. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010.

VINADÉ, T. F.; GUARESCHI, P. A. Inventando a contra-mola que resiste: um estudo sobre a militância na contemporaneidade. **Psicologia e Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 68-75. 2007.

WANDERLEY, M. de N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In: **Revista Sociedade e Agricultura**. P.87-145, 2000.